

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO
Grupo de Pesquisa:
CAMINHOS DA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS**

JOSEFA ADRIANA CAVALCANTE FERRO DE SOUZA

**A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL), ONTEM E HOJE: o caso do
Colégio Estadual Humberto Mendes**

MACEIÓ - AL

2010

JOSEFA ADRIANA CAVALCANTE FERRO DE SOUZA

**A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM
PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL, ONTEM E HOJE: o caso do
Colégio Estadual Humberto Mendes**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – Mestrado em Educação Brasileira – linha de pesquisa “História e Política da Educação” -, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa.

MACEIÓ - AL

2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

S729t Souza, Josefa Adriana Cavalcante Ferro de.
A trajetória da educação escolar em Palmeira dos Índios/AL ontem e hoje: o caso do Colégio Estadual Humberto Mendes / Josefa Adriana Cavalcante Ferro de Souza. – 2010.
145 f. : il. color.

Orientador: Elcio de Gusmão Verçosa.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 139-141.
Apêndices: f. 142-145.

1. Letramento – Palmeira dos Índios (AL). 2. Educação pública – Palmeira dos Índios I. Título.

CDU: 37(813.5)(091)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PALMEIRA DOS
ÍNDIOS (AL), ONTEM E HOJE: o caso do Colégio Estadual Humberto
Mendes.

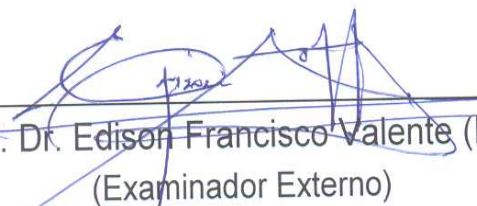
JOSEFA ADRIANA CAVALCANTE FERRO DE SOUZA

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 15 de dezembro
de 2010.


Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa
(orientador - CEDU-UFAL)



Prof. Dr. Edison Francisco Valente (FAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Maria das Graças de Loiola Madeira (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)

RESUMO

Este estudo aborda a trajetória do letramento em Palmeira dos Índios, desde seu surgimento, passando pela institucionalização feita pelo Estado, até o que é considerado como seu apogeu, representado pela criação e duas primeiras décadas do Colégio Estadual Humberto Mendes (1960-1980). A pesquisa toma como ponto de partida a chegada de Frei Domingos de São José, enviado pela Diocese de Olinda/Recife - momento em que os traços da cultura branca começam a interferir na vida dos nativos da região, situada no Agreste, por meio da presença destacada dos ensinamentos religiosos oriundos da Igreja Católica. As Missões indígenas, que serviram para a pacificação entre nativos e brancos proprietários que haviam ocupado terras na região, ao tempo em que estabeleceriam a presença católica na vida política e social daquela comunidade pelos anos a vir, dariam origem à importância fundamental para a educação escolar ali desenvolvida. De modo sistemático, esta dissertação traça, assim, a trajetória da instrução privada e pública, no município de Palmeira dos Índios, desde as primeiras experiências de iniciativa privada, passando pela chegada da primeira professora concursada para a Vila de Palmeira dos Índios, pela ampliação do número de Cadeiras e professores, a criação do grupo escolar, em 1932, a chegada, na década de 1940, de dois colégios religiosos, particulares, até a criação, no âmbito público, do primeiro colégio que se firmaria na década de 1960. Com base nos caminhos percorridos pela instrução em Palmeira dos Índios, este estudo procura, a partir de relatos que foram colhidos, compreender a lógica que se impôs ao letramento de sua população, sobretudo na segunda metade do século XX, tomando como referência a trajetória do Colégio Estadual Humberto Mendes, nos aspectos administrativo e pedagógico, até 1980, quando, segundo depoimentos, a escola vai do seu auge ao seu declínio, parecendo ser essa realidade o que irá se impor à educação pública que hoje se dá no município.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento – Palmeira dos Índios - Educação pública – Atuação pedagógica.

ABSTRACT

This study follows the evolution of literacy in Palmeira dos Índios from its introduction to its peak with the foundation and first two decades of operation of the Colégio Estadual Humberto Mendes (1960-1980). The starting point for the research is the arrival of Fray Domingos de São José, an envoy of the Dioceses of Olinda/Recife to the Agreste with the mission of introducing the tenets of European culture in the lives of the native-American population through the religious teaching of the Catholic Church. The Fray's Indian Missions, working out the peace between natives and European settlers and land-owners established a strong Catholic presence in the social and political life of the new community as well as the characteristically religious input of the schooling to be pursued thereof. So, this essay undertakes a systematic discussion of the evolution of private as well as public schooling in Palmeira dos Índios in its various stages of development: the first publicly-assigned teacher to arrive at the village, the expansion of Chairs and chair holders, the foundation of the first public high school, in 1932, the foundation of the two local Catholic high schools in the 1940's, up to the foundation of the first Lyceum in the 1960's. Assuming this historical approach to the evolution of literacy in Palmeria dos Índios as its cornerstone this study strives to understand the logic that presided the instruction of the local population, especially in the second half of the 20th century, taking as primary reference to our reading the administrative and pedagogical evolution of the Colégio Estadual Humberto Mendes up until the 1980's, when, according to the interviews made, the school started to decline to the poor conditions where the local public instruction, unfortunately, lies today.

Key-words: Literacy – Palmeira dos Índios – Public Education – Pedagogical action

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela missão que me confiou e para cujo cumprimento sempre me indicou os caminhos a trilhar, nos momentos mais difíceis sempre me mostrando uma luz a seguir.

A minha família, para a qual fui muito ausente a fim de cumprir esta jornada, por ter compreendido a importância deste momento para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas de trabalho, que foram responsáveis pelo incentivo que me conduziu a seleção do mestrado - Lucicleide e Odilon, em especial -, pelo muito tenho a agradecer-lhes.

A todos aqueles que me incentivaram com palavras de conforto, com carinho e respeito pelo meu trabalho, sempre ouvindo meus desabafos, conquistas e preocupações.

Àqueles poucos que não acreditaram em mim, por me acharem incapaz de concorrer à seleção para o mestrado, o meu muito obrigado, pois estes foram, a contragosto, os grandes incentivadores para esta grande conquista, pois, quando era tentada a desanimar, lembrava-me do desafio de contradizê-los.

A todos e a todas que se dispuseram a me concederem entrevistas, a minha gratidão pelo carinho que recebi, pela energia positiva que me passaram, juntamente com as riquíssimas contribuições que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Em minhas buscas sempre encontrei pessoas maravilhosas como João Tenório, Anderson Menezes, Jorge Vieira, Julia Maria Leite, José Sineyde (*in memoriam*), dentre outros que foram relevantes para a produção deste trabalho, emprestando material, muitas vezes relíquias, para que eu pudesse enriquecer minha pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos Políticos Estratégicos e Filosóficos (NEPEF), meu muito obrigado pela contribuição.

À direção do Centro Educacional Cristo Redentor, por entender a relevância da minha formação profissional, sendo condescendente para as muitas vezes que, quando necessário, precisei me ausentar.

Ao companheirismo dos colegas de turma, sempre juntos buscando colaborar com o aprendizado.

Aos professores do curso de Mestrado, pela grande contribuição para a minha formação.

E, em especial, ao grande mestre, Prof. Dr. Elcio de Gusmão Verçosa, que, sempre junto a mim, orientou o traçado dos caminhos, deixando-me muito tranquila para esta grande conquista e que, em todos os momentos de orientações, sempre contribuiu positivamente para minha autoconfiança, o meu eterno agradecimento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I	28
A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS ATÉ FINS DA DÉCADA DE 1920	
CAPITULO II	54
A EXPANSÃO DAS ESCOLAS E SEUS BENEFICIADOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – dos anos de 1930 à criação do Colégio Estadual Humberto Mendes	
CAPITULO III	75
A ESCOLA ESTADUAL PALMEIRENSE HOJE ANALISADA DE UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO	78
3.1. O primeiro ano do Colégio Estadual Humberto Mendes – 1960	
3.2. Período de 1961 a 1966 – direção de Pe. Odilon Amador	82
3.3. 1966 – Maria Conceição Pacheco de Araújo	95
3.4. 1967 – 1969 – José de Souza Leite (in memoriam)	97
3.5. 1969 – 1972 – Mauro Daniel da Silva	99
3.6. 1973 – 1975 – José Correia Filho	106
3.7. 1976 a 1977 – Círiaco Barros	117
3.8. 1978 – 1983 – Abel Cordeiro de Souza	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	139
1. DOCUMENTAIS	139
2. BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS	139
ANEXOS	142

SIGLAS UTILIZADAS NESTA DISSERTAÇÃO

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
APALCA - Academia Palmeirense de Letra, Ciências e Artes
CEAGB - Centro Educacional Antônio Gomes de Barros
CEDU – Centro de Educação
CEPA – Centro Educacional e de Pesquisas Aplicadas
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CSA – Centro Sportivo Alagoano
CARPIL - Cooperativa Agropecuária de Palmeira dos Índios
CSE – Centro Social e Esportivo
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FACEPI – Fundação Cultural Educacional de Palmeira dos Índios
FFPA - Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca
FUDANOR - Fundação de Amparo ao Menor
FUNEC – Fundação Educacional do Agreste Alagoano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEAL - Jogos Estudantis Alagoanos
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBA – Lei Brasileira de Assistência
O.S.P.B. – Organização Social e Política Brasileira
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCJ – Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
U.D.N – União Democrática Nacional
UFAL – Universidade Federal de Alagoas

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a localização destacada da sede do Município, no Agreste alagoano	29
Figura 2 – Espaço em que vai ser construída a sede do município de Palmeira dos Índios	31
Figura 3 - Educandário Sete de Setembro	60
Figura 4 – Foto do Monsenhor Macedo	67
Figura 5 - Fachada do Colégio Pio XII	70
Figura 6 - As primeiras freiras do Cristo Redentor - 1944	71
Figura 7 – Primeira sede da Escola Normal Cristo Redentor -1947	72
Figura 8 - Sede atual do Colégio Cristo Redentor	72
Figura 9 - Homenagem as professoras	73
Figura 10 – Panorama Geral da área urbana de Palmeira dos Índios, com indicação do prédio do Colégio Estadual Humberto Mendes.	77
Figura 11 - Foto do primeiro Diretor do Colégio Humberto Mendes	80
Figura 12 – Fardamento de diária	81
Figura 13 – Fardamento de gala	81
Figura 14 – Foto do Padre Odilon Amador – diretor responsável pela consolidação do Colégio Estadual Humberto Mendes	82
Figura 15 - Primeiro desfile da Banda Marcial do Colégio Estadual Humberto Mendes	87
Figura 16 - Primeira turma concluinte	90
Figura 17 - Beca da turma concluinte	91
Figura 18 – Foto da Professora Maria Conceição Pacheco de Araújo	95
Figura 19 – Foto do Pe. José de Souza Leite	97
Figura 20 – Foto do Professor Mauro Daniel da Silva	99
Figura 21 – Foto do Professor José Correia Filho	106
Figura 22 – Flagrante de reunião com os professores	110
Figura 23 - Momento Festivo	111
Figura 24 - Jogos Inter-classes	112
Figura 25 - .Oficinas ao lado do ginásio do Colégio	113
Figura 26 - Governador Afrânio Lages visita as oficinas do Colégio	114
Figura 27 - José Correia fala em mesa que presidiu a inauguração do Ginásio de Esportes	114
Figura 28 - Pista de atletismo e campo de futebol	115
Figura 29 – Foto de Ciriaco Barros	117
Figura 30 - Equipe de Handebol – Infante juvenil/1977	123
Figura 31 - Professor Givaldo Leôncio, Roberto Carvalho (capitão do time de Handebol adulto), Murilo Mendes (Secretário de Educação), Roberto Wanderley (Técnico do time de Handebol feminino) e Roberval Melo (melhor atleta e artilheiro do JEAL/1977), juntos recebem a premiação.	123
Figura 32 - Seleção Alagoana em Brasília	124
Figura 33 – Foto de Abel Cordeiro de Souza	126

RELAÇÃO DE TABELAS

TABELA 1 – ATENDIMENTO ESCOLAR NO BRASIL NO PERÍODO DE 1932/1938	63
TABELA 2 – PALMEIRA DOS ÍNDIOS – EDUCAÇÃO ESCOLAR - 1940	67

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Documento 1 – Fac-símile da Portaria que aprova o Regimento do Colégio	115
Documento 2 – Texto de despedida do Diretor apresentada pelos servidores do Colégio	116

INTRODUÇÃO

Essa dissertação resulta de uma pesquisa sobre o contexto educacional de Palmeira dos Índios, cujo projeto inicial tinha, como único objetivo, entender a trajetória do Colégio Estadual Humberto Mendes, situado na sede daquele município. O foco inicial do estudo era o contexto administrativo e pedagógico em que esta escola nasceu, consolidou-se e chegou até os dias atuais, indo de um período considerado áureo até a situação em que se encontra, colocando-se uma atenção especial sobre a política educacional recente, tida como perpassada pelo que se convencionou chamar de Gestão Democrática.

O Colégio Estadual Humberto Mendes teve sua origem na segunda metade da década de 1950, em meio a um período de políticas apontadas, no Brasil, como abertas à democracia, mas vivenciadas em Alagoas com governos locais rígidos, com destaque para os coronéis¹ e também, no dizer de Tenório (1995), também com a presença dos neocoronéis², os quais comandavam, sobretudo o Agreste e o Sertão, com rigor, determinação e autoritarismo, valendo a regra: “ou se seguiam as regras ou se era punido” – evidentemente desde que não se fosse do grupo no poder. É nesse contexto que o Agreste Alagoano – Palmeira dos Índios, mais precisamente - recebe uma escola com cursos ginásial e colegial³, mercê do administrador municipal e da relação de parentesco mantida com o então governador.

Sabe-se, pela historiografia da educação em Alagoas, que, neste processo de implantação e efetivação da educação escolar no interior, o processo educacional percorreu rumos significativos dentro do Estado, seguindo uma linha tradicional, em meio ao qual o Colégio Estadual Humberto Mendes assume um

¹O termo “coronel”, no seu sentido clássico, denominava, nessa época, como ainda nomeia, no campo político, os senhores abastados, detentores do poder político local, por conta do poder econômico e social derivado da propriedade da terra, sobretudo, traduzido o poder oligárquico que se consolida no Império e na República Velha.

²Segundo nos ensina Tenório, (1997, p. 87), além de se presenciarem, em Alagoas, uma reciclagem dos poderosos ao longo da história republicana, novas famílias foram ocupando lugares de destaque nas oligarquias alagoanas, a ponto de se providenciar, por volta dos anos de 1950, uma redistribuição do poder, graças à subdivisão dos antigos municípios, sendo cunhada, para os ocupantes dos novos cargos políticos (prefeitos, vereadores, cabos eleitorais), a denominação de “neocoronéis”.

³ Tratam-se dos atuais cursos de Ensino Fundamental (segundo segmento) e Ensino Médio, então raros, mesmo na capital, Maceió.

lugar de grande singularidade. Com ação pedagógica relevante para os padrões da época, que fazia com que seus egressos se destacassem em tudo o que dizia respeito aos saberes dos currículos de então, o Colégio Estadual Humberto Mendes passou a ser conhecido, por muito tempo, como “O Gigante do Asfalto”⁴, título que hoje já não se usa mais. Galgando os melhores resultados em seu ensino por mais de duas décadas⁵, com investimentos diretos e massivos do Governo Estadual, tem-se até a primeira metade dos anos de 1970 uma ascensão ímpar da educação neste estabelecimento de ensino do interior do Estado, ainda que com diretores indicados pelos políticos.

Esse cenário educacional, no entanto, começa a mudar, com o panorama de destaque alcançado pela escola, modificando-se ainda nos anos de 1970, perdendo aquela instituição educacional paulatinamente o renome da década anterior. O que me instigou à pesquisa foi esta queda de importância do Humberto Mendes, onde trabalhei de 2001 a 2008, considerando-se, de um lado, o renome adquirido por uma escola pública estadual em décadas tão rígidas, e, de outro lado, a situação pedagógica em que se encontra hoje, apesar das mudanças que passou a existir no sistema de ensino brasileiro e alagoano dos anos de 1990. Se considerarmos que dos anos de 1980 para cá, com mudanças na política nacional, em que se vivenciam as lutas para redemocratizar o Estado Nacional, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, com mudanças também na educação, dá-se a abertura, ao menos legal, para a Gestão Democrática, esta se consolida com a LDBEN 9.394/96, mediante o surgimento de diversos programas, investimentos, parcerias para o desenvolvimento da educação escolar.

No entanto, o que se observa e tem me inquietado profundamente é que, de uma escola tida como de referência, o Colégio Estadual Humberto Mendes passou a ser uma escola igual a todas as outras anteriores ou posteriores ao seu surgimento, deixando de ser aquela disputada, inclusive, pelas famílias da classe média e da elite palmeirense, as quais se orgulhavam de nela ter seus filhos e filhas. Não somente os dados censitários apontam essa redefinição do perfil social

⁴ O termo “Gigante do Asfalto” foi usado para definir o tamanho do colégio e sua localização – na única rua asfaltada da cidade. Hoje, com o surgimento de novas escolas na cidade, o termo perdeu o sentido.

⁵ Esses resultados positivos se expressavam, principalmente, nos vestibulares e concursos, nascendo, daí a fama de excelência atribuída ao ensino ministrado pelo colégio. Era uma época em que os processos de avaliação hoje comuns (SAEB, com Provinha Brasil, Prova Brasil e ENEM, por exemplo) sequer eram cogitados.

dos atuais estudantes do Colégio Humberto Mendes, como os dados de rendimento do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil) e ENEM, quando confrontados com os de outras escolas da cidade – todas privadas – apontam os indicadores desfavoráveis da escola pública à qual me refiro. Numa breve enquete com famílias da cidade – com os próprios colegas professores da escola, inclusive – fica clara a falta de confiança no ensino ali ministrado pelas razões as mais diversas: falta de docentes no quadro dos professores do colégio por meses a fio, infrequência destes, precárias condições de trabalho...

Fazendo eu parte da sociedade palmeirense, cidade interiorana que adquiriu destaque no campo econômico e social bem cedo, considerando-se os padrões de desenvolvimento de Alagoas, pois foi, ainda no Império, porta de entrada para o Sertão alagoano, e observando a relevância educacional que Palmeira dos Índios assumiu desde os anos de 1940, com o funcionamento de um colégio de padres (o PIO XII, para os rapazes) e de um colégio das freiras (o Cristo Redentor, para as moças), foi, portanto, com um misto de surpresa e espanto que vi, pelos estudos preliminares que empreendi, ser considerada desnecessária pela Igreja e pela sociedade socialmente mais bem aquinhoadas de Palmeira dos Índios a presença de uma escola estadual pública, de ensino fundamental e médio, em fins dos anos de 1950, que viria para dar oportunidade de estudos mais avançados aos filhos das classes média baixa e pobre, que não dispunham de recursos para pagar as escolas particulares que havia na cidade.

Evidentemente que sendo os governantes de Palmeira dos Índios integrantes de grupos economicamente privilegiados do município (MELO, 2001) e sendo a demanda por instrução secundária bastante restrita na cidade e na região, era difícil às elites locais aceitarem a chegada de uma escola secundária pública estadual para a cidade, ainda mais se considerarmos a rivalidade entre os grupos políticos que historicamente sempre se digladiaram no Estado, no município e na região, como bem nos mostrou José Ronaldo Batista Melo (2001). O argumento para a não aceitação dessa nova escola era o de que, se as escolas religiosas “ofereciam bolsas para estudantes carentes”, financiadas pelo governo, por que despender tanto recurso desnecessariamente?

É neste cenário que vejo a importância da criação e do desenvolvimento do Colégio Estadual Humberto Mendes para a educação em Palmeira dos Índios, bem

como a influência que exerceu na formação de gerações que antes não teriam a oportunidade de estudar para além do então Curso Primário⁶. Consta no arquivo da escola, por exemplo, registrados em pastas individuais, bem como segundo depoimentos de ex-alunos coligidos pela pesquisa de campo e mais depoentes analisados, que o seu quadro de professores era do mais alto nível intelectual da época, sendo essa a principal razão apontada para o sucesso de seus estudantes nos vestibulares da capital e de outros Estados.

Quando fiz parte do Colégio Estadual Humberto Mendes, como professora, me incomodava ver o descaso com este processo histórico vivido pela escola e como ela se encontrava sucateada. O que me motivou a uma pesquisa, num primeiro momento, foi, portanto, a busca da reconstrução desta história, fazendo registro dos seus períodos de destaque, de modo a, assim, contribuir para o registro e a análise deste legado histórico tão importante para a educação, não somente de Palmeira dos Índios, mas também do contexto educacional do Estado de Alagoas.

Por minhas investigações vejo que não há grandes e sólidos rastros da trajetória educativa propriamente dita do Colégio Estadual Humberto Mendes, com exceção do estudo de Melo (2001), o que faz com que seus discentes entrem e saiam da escola sem ao menos saber sua origem e sua importância na educação do Estado. Hoje, com tantas mudanças, perde-se o sentido de sua formação, ficando o Humberto Mendes, em tudo igual a qualquer outra escola criada no passado ou no presente.

A busca inicial converteu-se, com o avanço de meus estudos, no intento de perceber, em última instância, as determinações de natureza sócio, histórica e política do que meu orientador, inspirando-se na linguagem cristã, tem denominado como “nascimento, vida e paixão, sem ressurreição” do Colégio Estadual Humberto Mendes. Nesse sentido, parece ser importante, inclusive para os atuais estudantes desse colégio, entender como uma instituição, que rivalizava com as escolas

⁶Correspondente aos anos iniciais do atual Ensino Fundamental – que antes era de quatro e agora é de cinco anos -, o Curso Primário, já na época desenvolvido, na sua maioria, nos Grupos Escolares, tinha sequência no Curso Ginásial – de quatro anos –, para cujo ingresso exigia-se um vestibular conhecido como Exame de Admissão. Neste exame era considerado aprovado somente quem tivesse nota maior que cinco, sendo altíssimo o índice de reprovação, já que as vagas disponíveis para o Curso Ginásial eram poucas. Seguindo-se a esse, como integrante do nível secundário, o Curso Colegial (com suas inúmeras denominações), para ele não havia necessidade de seleção, já que esta fora feita no final do Curso Primário ou nos seus quatro anos via reprovação e evasão. Para além do Primário, até o Curso Superior, usou-se, por década, para as etapas que compreendiam o Ginásio e o Colegial, a denominação genérica de Curso Secundário.

públicas e privadas mais renomadas de Alagoas e de outros Estados do país, chegou a ter até sua estrutura física comprometida, com desabamento de prédio e interrupção de seu funcionamento por meses, no decorrer de sua história.

Para alcançar tal objetivo, em conversas com meu orientador, sentimos a necessidade de buscar o contexto histórico da instrução escolar em Palmeira dos Índios, nos mais distantes períodos de sua história, cujos vestígios encontram-se apenas mencionados sucintamente em escritos de Torres¹ (2003)⁷ e Torres² (s/d)⁸, sobre os quais, porém, me debrucei, como ponto de partida, na busca de estabelecer os marcos da implantação do ensino nos tempos mais remotos desta cidade, rastreando, também, o perfil da sociedade, em sua fisionomia social, política, econômica e cultural. Nesse sentido vejo uma relevância ainda maior para esta pesquisa, pois permitirá a construção, de forma sistemática, da história da instrução escolar em Palmeira dos Índios, até porque a história do ensino em Palmeira dos Índios, no que pese a presença de estudos na área da política educacional, como o alentado estudo de Melo (2001), é inteiramente desconhecida pela maior parte da sociedade palmeirense.

A pesquisa de Melo (2001), nesse estudo, será de todo modo, o fio condutor para a análise da atual estrutura do Colégio Estadual Humberto Mendes, a partir de relatos de suas primeiras décadas, num contraponto com as mudanças que ocorreram nas décadas finais do século XX e na atualidade - anos iniciais do século XXI. Assim, esse estudo poderá render frutos para além do que parecia meramente pontual, a saber, a compreensão da situação atual de uma escola, por mais importante que isso possa ser.

⁷ Sempre que utilizar Torres¹ me refiro aos trabalhos de Luiz Byron Passos Torres – filho de Luiz B. Torres, cuja referência se dará como Torres².

⁸ Este referencial, como será muito utilizado, merece algum destaque. Trata-se do trabalho de Luiz B. Torres, nascido em 04 de abril de 1926 na cidade de Quebrangulo/Al. Em 1937, sua família migra para Maceió e, em 1940, se instala em Palmeira dos Índios, onde seu pai passa a ser comerciante. Seu gosto pela Literatura inicia com uma criptografia pessoal, escreve um romance sobre as Cruzadas da Idade Média. Em 1947, funda em Palmeira dos Índios junto com outros jovens, o Centro Literário Palmeirense, como também o grupo musical “Malucos em Ritmo”, que animava os saraus e serestas na região. Entre as peças teatrais que dirigiu, pode ser citada “Morre um gato na China”, tendo como atores os palmeirenses Jofre Soares (este, depois, famoso nacionalmente), Ronaldo Ramos e Cristália Lira, apresentada no Teatro Deodoro, em 1959. Dentre seus escritos literários podem ser mencionados: “Procissão dos Miseráveis”, “Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios”, “A Terra de Tilixí e Tixiliá - Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX”, “Vereadores e Prefeitos Palmeirenses, desde 1838”, “Estou Baleado, me acudam”, “Jesus, o impostor?”, que, direta ou indiretamente, contribuem com o relato da história política, social, cultural de Palmeira dos Índios. (dados colhidos na APALCA - Academia Palmeirense de Letra, Ciências e Artes).

Assim, com este trabalho pretendo contribuir para o conhecimento e a divulgação de parte significativa da história da educação em Alagoas, especificamente em Palmeira dos Índios, na medida em que analiso a trajetória e o desenvolvimento institucional do letramento em Palmeira dos Índios. Agindo deste modo, espero prestar uma relevante contribuição ao projeto do Grupo de Pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, cuja meta é produzir uma História da Educação em Alagoas que abranja o mais amplamente possível os processos formais e não formais do letramento no Estado no seu conjunto.

Nesta pesquisa, seguindo a orientação que predomina no núcleo de pesquisa em História da Educação em Alagoas, anteriormente referido, existente no Programa de Pós-Graduação em Educação do CEDU, procurei trilhar as sendas de meu estudo de forma diversa de uma historiografia fragmentada e factual. Sobre esse modo de enfoque, Bloch (2001, p.52) enfatiza que os velhos analistas narravam, desordenadamente, acontecimentos, cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento. Nesse estudo, pelo contrário, foi com olhar da “História Nova”⁹ que vai para além da narrativa de fatos e deleita-se sob a amplitude do campo socioeconômico, que envolve as atividades humanas, valendo-se dos atributos disponíveis para ultrapassar as lacunas, valorizar as diferentes áreas do conhecimento para atingir os objetivos propostos, como enaltece a seguir Febvre (1953,apud Burke, 1991, p.12).

Foi tentando seguir o princípio febvreano, que procurei avançar em meu estudo, o que estabelece que convém que “Historiadores sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos, e psicólogos”¹⁰, o que valida a busca por diferentes campos do saber para responder a uma proposta da “*história-problema*” por meio de diferentes abordagens que conduzem o historiador a se interessar por tudo, sem se limitar a história no sentido estrito, que me lancei à pesquisa. Foi assim que procurei reconstruir os fatos, considerando que não somente a história oficial é válida, mas todo um contexto de vivência formador deste legado.

Na minha trajetória investigativa e de exposição do que me foi dado levantar, fez-se indispensável, para começar, referir o ensino institucionalizado em Alagoas à

⁹Que costuma ser conhecida, também, como “Historia Social”, contrapondo à “História dos Acontecimentos” pura e simplesmente, como se usava entender ser a única via legítima para a construção da História.

¹⁰ No meu caso particular, que sou geógrafa de formação, outra não poderia ser a opção na hora em que tentei ser, simultaneamente, também historiadora.

formação educacional do território brasileiro, cujo processo teve início oficial com os jesuítas, os quais tinham a missão precípua de catequizar os índios e ao mesmo tempo “*domesticá-los*” para o trabalho na Colônia, período que foi denominado de “heróico” por Matos (apud SAVIANI, 2008).

Isso foi feito sem, contudo descuidar, sobretudo a partir do século XVII, com a promulgação, no final do século anterior (1599), da versão definitiva da “*Ratio Studiorum*”¹¹, da formação dos trabalhadores demandados pela Coroa Portuguesa para a gestão do projeto colonial em terras brasileiras¹². Dessa tarefa dos jesuítas, os filhos dos viventes dos territórios das regiões do sul da capitania de Pernambuco – que corresponde atualmente ao Estado de Alagoas - somente se beneficiaram eventual ou indiretamente, já que em Alagoas há notícias apenas da presença dos jesuítas enquanto curadores de uma fazenda de gado às margens do Baixo São Francisco, nas imediações do município de Porto Real do Colégio, que a Coroa Portuguesa lhes havia concedido para exploração, dentro do acordo para que os filhos de Santo Inácio cuidassem do ensino em terras brasileiras (VERÇOSA, 2006).

Assim, as expansões educacionais que vão ocorrer ao longo dos primeiros séculos de colonização do Brasil, não alcançaram os alagoanos, ao menos diretamente, sendo a presença dos Franciscanos, que viriam a ter em Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (hoje Marechal Deodoro) e Penedo as sedes de suas missões, nos conventos criados no Século XVIII, o que, segundo estudiosos da vida colonial alagoana (COSTA, 1931; VERÇOSA, 2006), supria de algum modo, no campo educacional, a ausência de uma organização especificamente voltada para a tarefa de escolarização.

Devendo os filhos dos alagoanos detentores de poder e riqueza – naqueles tempos as moças das famílias dos “homens bons” ficavam em casa aprendendo o que era necessário para fazer delas boas donas de casa – sair de sua terra para

¹¹ O texto completo do “Regime escolar e Currículo de estudos da Companhia de Jesus” (em latim “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”), foi recém-publicado pela Editora ESFERA DO CAOS (2008), com tradução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda.

¹² Com isso não estou querendo dizer que foram unicamente os jesuítas a desenvolver atividade de educação escolar no Brasil colonial. No entanto, embora reconheça que, da tarefa de beneditinos, carmelitas, franciscanos, capuchinhos, dominicanos, entre as ordens masculinas, e dos recolhimentos femininos e das irmandades, tenha feito parte também o de ensinar a cultura letrada, aos jesuítas coube essa tarefa por mandado papal e real, a ponto de serem instituídas oficialmente formas de autofinanciamento da tarefa de letramento até graus mais avançados (exceto o de nível superior) necessários ao projeto colonial e às necessidades dos filhos das elites no Brasil.

estudos mais avançados do que as chamadas “primeiras letras” – tanto antes quanto depois da expulsão dos jesuítas, de qualquer modo, tendo as classes de estudos mais avançados sido desmontadas com o fechamento das escolas inicianas (1749), a política pombalina para o ensino teve repercussões, ainda que indiretas, sobre os filhos das elites aqui residentes¹³. É que as medidas de políticas educacionais tomadas pela metrópole não obtiveram sucesso na maioria das capitâneas brasileiras. Se o ensino passa a ter escolas laicas ou confessionais mantidas por outras instituições religiosas e surge o ensino público, financiado diretamente pelo Estado, a dinâmica educacional existente antes da expulsão, somente vai se fazer presente novamente no Brasil com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e com a autonomia política, após 1822.

Com efeito, foi na Constituinte de 1823, com a elaboração de um tratado de educação para a mocidade (FAVERO, 2006), que se estabeleceu o princípio da liberdade de ensino e a determinação da criação de escolas das primeiras letras em todas as cidades e vilarejos e a garantia da instrução primária gratuita a todos os cidadãos, dando-se aí, ao menos no plano legal, as condições para que a educação escolar no país pudesse ser pensada em outro patamar.

Em Alagoas, que somente veio a se tornar política e administrativamente autônoma em 1817, passando, em 1822, de Capitania à Província, a implantação e expansão de escolas enfrentaram grandes dificuldades – talvez maiores do que em outras capitâneas/províncias - por não possuir meios humanos para efetivar o planejado e a simples regência de classes, nem recursos para dar a aparência de progresso, ao novo território independente. A Capitania de Alagoas somente receberia seu primeiro chefe de governo - Sebastião de Melo Povoas – em 1819 (VERÇOSA, 2006), dois anos passados do ato real que lhe dera autonomia político-administrativa.

Àquela altura, no campo intelectual, a nova Capitania contava apenas com três indivíduos detentores de diploma superior, sendo dois formados em Leis e um

¹³ Longe de querer afirmar que a educação escolar no Brasil, com a expulsão dos jesuítas, foi reduzida à terra arrasada, o que estou querendo dizer é que, consideradas as exceções que confirmam a regra, as políticas educacionais substitutivas implantadas por Pombal, se tiveram efeito imediato e até positivo em territórios da metrópole, no Brasil deixaram muitas regiões a descoberto, ou muito mal cobertas, por professores improvisados até, pelo menos, que para o Brasil veio Dona Maria I, com sua corte, em 1808. Como também importa dizer que a definição da nossa primeira Constituição de 1824, de que houvesse escola pública e gratuita em todo canto do país, também não conseguiu, por um efeito automático do que determinava a nossa primeira Lei Maior, tornar-se realidade.

em Medicina (COSTA, apud VERÇOSA, 2006), o que dificultava o desenvolvimento educacional no exercício da profissão e em cargos públicos.

Com a situação educacional delicada na nascente Província das Alagoas, ampliaram-se as aulas preparatórias para a política e a administração. Segundo Verçosa (2006), embora já houvesse, na capital, aulas de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Aritmética, destinadas aos rapazes ricos, somente em 1836 – quase 20 anos após a emancipação - é que iria ser criado o primeiro regulamento para o funcionamento das escolas de primeiras letras. Mesmo com um regulamento criado na Constituição de 1824, em seu Artigo 1º, este só chegaria à nova província mais de uma década depois.

De qualquer modo, mesmo com o despreparo escolar da população, indivíduos assumem o magistério, logo devendo seguir o método Lancaster, tido como um meio rápido e eficaz de estender a educação gratuita e ter sido fator de sucesso do capitalismo inglês¹⁴. Este contexto é ressaltado por Primitivo (1940, p.13) quando expõe a situação da educação na Província das Alagoas em 1836, dizendo que aí “a instrução pública não tem nada de lisonjeira, principalmente no ensino elementar”. A situação na formação educacional da província era, segundo os dados acima arrolados, deplorável, chegando ao ponto de, para ser professor, bastar apenas “saber ler e escrever, saber as quatro operações e ser versado na doutrina cristã” (VERÇOSA, 2006). Esta foi a forma adotada para o exercício da profissão, até que denúncias dos não beneficiados levassem a mudanças no plano legal, como a submissão a exames de todos, inclusive dos que já estavam lecionando, para poder exercer o ofício.

Da lei para a prática, porém, tem-se, em Alagoas, um longo caminho: segundo Costa (1931), “o ensino público era apenas um departamento administrativo sob a égide da politicagem”, tanto que a criação de um Conselho da Instrução Pública não trouxe grandes mudanças ao setor, já que a política vigente baniu ações construtivas, pois estava impregnada pelo que ele chama de “*afilhadagem*”.

¹⁴Importa, pelos limites desse trabalho, ainda que correndo o risco de simplificar a questão, referir as muitas críticas que mereceu esse método (inclusive na Inglaterra, onde se originou), que buscava massificar a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, consistindo a proposta educativa na regência, por um único professor, de classes numerosas e multisseriadas, contando, ele, para isso, com o concurso de estudantes mais adiantados da turma que, liderando um grupo menor, faziam as vezes de mediador entre os estudantes e o professor.

Assim é que, em 1848, em Alagoas, o panorama educacional apresentava-se pouco expressivo: de uma população de 207.249 pessoas, apenas 22.566 eram alfabetizados. No momento havia 44 escolas¹⁵ com 2.073 matriculados em cursos primários (VERÇOSA, 2006). Somente a essa altura – exatamente em 1849 – é que seria criado, na capital, o Liceu de Maceió¹⁶, que era um dos graus de instrução pública defendido em um projeto elaborado pelo Conde da Barca¹⁷, como se pode ver na citação a seguir:

As pedagogias, que compreendiam o ensino elementar primário; os institutos, que acrescentavam às pedagogias os conhecimentos necessários aos agricultores, artista, operários e comerciantes; **os liceus, que ministravam os conhecimentos científicos**; e as academias, que desenvolviam os conhecimentos das ciências abstratas e os estudos das ciências morais e políticas. [grifo meu]

O Liceu de Maceió, quando criado, centralizaria as cadeiras avulsas para o ensino secundário público. Mesmo assim a educação continuaria se apresentando fragilizada devido à forma como era conduzido o ensino na Província, sendo isto essencial para a expansão das escolas privadas, embora, na província de Alagoas, segundo Costa (1931), os estudantes preferissem Recife e Salvador para realizarem seus estudos em vez dos estabelecimentos locais, em razão da presença das faculdades de Direito e Medicina.

Todo este contexto educacional instalado em Alagoas foi reproduzindo-se nas décadas seguintes: a falta de recursos para a educação, o descaso e sucateamento não pararam de crescer, mesmo após a mudança do regime político. É que a República, em vez de fragilizar as formas autoritárias e elitistas como eram conduzidas as questões de interesse público em Alagoas, paradoxalmente mais reforçou o poder privado, com o fortalecimento dos coronéis e suas clientelas, agora legitimadas pelo poder do voto.

¹⁵ É importante entender que escola aqui significava, às mais das vezes, uma sala multisseriada, com apenas um professor e estudantes de todos os níveis de conhecimento.

¹⁶ É importante perceber quão tardiamente a capital de Alagoas – então já Maceió – iria ter a primeira escola mais próxima do modelo jesuítico, ao menos quanto á estrutura, já que representava, na prática, apenas a junção, num mesmo lugar e sob uma mesma administração, das antigas Aulas Régias, que eram dadas isoladamente por cadeira, na certeza de que o conhecimento da realidade era resultado da junção das diversas fatias, devidamente codificadas como “saberes”.

¹⁷ Após D. João ter compreendido a vantagem e a necessidade de organizar a instrução pública a partir de um plano sistemático, diante da necessidade detectada, o Conde reproduziu o ideário de Condorcet, dividindo a instrução pública em quatro graus (FÁVERO, 2005, p.38).

No século XX, durante a primeira década do que se convencionou chamar República Velha, é que, em Alagoas, se começou a ter uma política mais regular de ensino desenvolvida sobre a estrutura dos primeiros grupos escolares¹⁸, que foram substituindo as escolas isoladas, que funcionavam como “casa-escola”, na sala da casa do professor, sem as mínimas condições estruturais de funcionamento, para o aprendizado do ler, do escrever, do contar, do catecismo e da formação cristã.

Somente na década de 1930, em meio às políticas que surgiram com o Movimento Político-Militar liderado por Getúlio Vargas – contando com o apoio de um alagoano: Marechal Góes Monteiro, nas forças armadas e com Alagoas sob o comando de Osmar Loureiro, produtor de açúcar e cunhado dos irmãos Góes Monteiro – primeiro como interventor, a partir de 1944, como governador eleito, e, em seguida, no Estado Novo (1937), novamente como interventor – é que a educação primária ganha desenvolvimento, graças, evidentemente, à ajuda Federal. Surge, nesse período, a construção de prédios específicos para a educação estadual na capital e na sede de cada município do interior, com ampliação do número de vagas e melhoria da qualidade de ensino.

Entretanto, nos anos de 1950 e 1960 é quando Alagoas vai experimentar mudanças nos setores econômico e educacional, que teremos melhoramentos significativos em serviços, como estradas, luz elétrica, abastecimento de água e, conseqüentemente, também a construção de novos colégios na capital e interior, como São Miguel dos Campos, Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios.

No setor privado, a criação de ginásios, escolas de Comércio e de Formação de Professoras Primárias, com uma vasta rede escolar, a educação ganha destaque em Alagoas. Devido a essa expansão foi necessário criar uma Secretaria para tratar dos assuntos referentes especificamente à educação, com a descentralização da política educacional mediante representações regionais.

É nesta trajetória de construção do aparato necessário a educação escolar do mais remoto período em que se deu a instrução em Alagoas e, também em Palmeira dos Índios (1870), no contexto de cada época, que enquadro a análise, inclusive do Colégio Estadual Humberto Mendes, tanto no campo pedagógico, quanto no administrativo.

¹⁸Os grupos escolares desse período não são os primeiros em Alagoas, mas foram antecidos, com certeza, por menos de meia dezena deles, segundo os dados de que dispomos em Costa (1931) e Verçosa (2006).

Começando, pois, por reconstruir os caminhos da chamada “instrução”¹⁹ em Palmeira dos Índios, dando enfoque não somente aos documentos oficiais, mas, também, e, sobretudo, valorizando a participação da sociedade palmeirense como sujeito produtor desta história, com o Colégio Estadual Humberto Mendes, considerado como paradigmático ainda nos seus primórdios, parece ser possível afirmar como hipótese que modelou este estudo e sua trajetória teórico-metodológica, que a expansão do número de vagas, ou seja, o crescimento da oferta da escola pública em Alagoas de um certo tempo para cá seguiu um rumo diverso do que caracterizou as políticas educacionais do Estado, sobretudo entre os anos de 1930 e finais dos anos de 1970.

Como afirmado até aqui, a situação de descrédito por que passa hoje o Colégio Estadual Humberto Mendes parece poder ser explicada, ao menos preliminarmente, por uma reconstrução mais pormenorizada de sua história primordial, a qual, tomando como base o trabalho de José Ronaldo Batista Melo (2001), que analisou a trajetória deste Colégio de 1959 a 1995, poderá trazer um conjunto de elementos cujo conhecimento será capaz, quem sabe, de contribuir para a recuperação da qualidade dele e de outras escolas públicas que a ele se assemelham.

Para esta reconstrução, porém, surge outro elemento fundamental, porque, tendo Palmeira dos Índios se tornado cidade em 1889, no período republicano, somente em 1932 registrar-se-ia a existência do primeiro grupo escolar para instrução pública desta sociedade, tendo todos estes anos de história à margem, no município e no Estado, já que o interesse assentava-se nos campos político e econômico. Esta inquietação, que conduz à busca por relatos, explicações, esclarecimentos de fatos, e que dão a Palmeira dos Índios uma alfabetização silenciosa no recesso dos lares ou nas casas-escola, com professores que sabiam apenas ler e escrever, parecem ser um fundamento a ser recuperado, sem o que as explicações parecem insuficientes.

Nessa trajetória, um elemento que pensei impor-se para a minha discussão foi entender a dinâmica pedagógica aplicada por professores, a forma de conduzir a

¹⁹ A denominação de “instrução” ou “instrução pública”, segundo a dependência administrativa, presente na legislação e nos discursos escritos em tempos mais remotos – até a década de 1940, pelo menos – refere-se, em Alagoas, ao que hoje chamamos “ensino” ou “educação formal”, conforme seja o caso, representando, em última instância, o domínio dos códigos da escrita e do cálculo e tudo a que eles conduzem em termos de conhecimento formalmente ensinado e aprendido.

alfabetização de crianças e a influência da Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1940, com a vinda de escolas católicas para atender à população palmeirense mais abastada, de modo a lhe dar um maior grau de escolarização, sendo esses objetos necessários à compreensão de meu objeto central de estudo e, nesse sentido, convergentes e, portanto, indispensáveis.

Para conduzir esta pesquisa, que, segundo Rossman e Rallis, apud Creswel (2007, p. 186) “ocorre em um cenário natural [em que] o pesquisador qualitativo sempre vai ao local”, necessário se fez, além da observação do fenômeno, sempre que possível valer-me, na coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, documentos e materiais audiovisuais.

Nesse sentido, este estudo representa um esforço que, segundo Lüdke e André (1986, p. 18),

visa à descoberta, à interpretação em contexto, procura retratar a realidade de forma completa e profunda, utiliza-se de uma variedade de fontes de informações, recebe experiências vicárias [...] e por fim utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

Diante destas características, esse estudo busca ser uma representação singular, que necessita de uma determinação do foco de investigação, pois não seria possível explorar todos os seus ângulos, sendo, portanto, Palmeira dos Índios e, mais especificamente, o Colégio Estadual Humberto Mendes, o referencial de praticamente todas as minhas atenções.

Assim, o estudo traz, como cenário e como marca indelével, a historiografia das ações e, sempre que possível, também dos processos de letramento em Palmeira dos Índios - com destaque para o Colégio Estadual Humberto Mendes -, buscando compreender a atual situação em que esta se encontra envolvida, tendo como pressuposto a estrutura de efetivação da escolarização na cidade, respaldada nos interesses da sociedade, seu desenvolvimento administrativo e pedagógico, com enfoque para a gestão, fazendo uma correlação entre as gestões desta escola com o sucesso e declínio do sistema educacional deste estabelecimento.

O método qualitativo que norteia esta pesquisa, estabelece um leque de opções para a investigação, já que parte do estudado está disperso no passado, sendo justamente por isso que essa abordagem é essencial. As bases são, portanto,

em boa medida, os depoimentos, juntamente como as pesquisas bibliográficas e os documentos que fornecerão uma dimensão complementar aos discursos.

Assim sendo, busquei construir o resultado deste estudo a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Levantamento bibliográfico, para a fundamentação da temática proposta, bem como dados da Secretaria de Educação, do Diário Oficial, produções acadêmicas relacionadas ao objeto de estudo, dos quais foram selecionadas as contribuições sobre o tema. Dentre estas produções, a dissertação “Ação Política e a Expansão da Escola Secundária em Alagoas”, defendida por José Ronaldo B. Melo, junto à Universidade Federal da Paraíba, em 2001, sob a orientação do Prof. Dr. Elcio Verçosa, teve primazia;
- b) Depoimentos dos envolvidos no tema enfocado por esse estudo, mediante entrevistas semi-estruturadas que contribuíram com a reconstrução dos fatos, pois os mesmos são memória viva de todo um legado que se encontra guardado na história de cada um, que vivenciou momentos singulares do contexto educacional em análise;
- c) Documentos oficiais, como também os documentos da escola, como atas de reuniões, de formação de conselho escolar e o estatuto, projeto pedagógico da escola, entre outros que serviram de referência para a pesquisa, assim como material de jornais e revistas que se referiam, direta ou indireta, à Educação de Palmeira dos Índios, em geral, ou ao Colégio Estadual Humberto Mendes, em particular.

Estiveram envolvidos na pesquisa a comunidade palmeirense da cidade e do campo, como também membros do Colégio Estadual Humberto Mendes, que fizeram parte destas décadas em pesquisa - 1960 e 1970 – os quais são a história viva desse contexto.

A ênfase na História Oral deveu-se ao fato de que esta provê ao pesquisador que lida com situações passadas não documentadas ou com poucos registros, os mecanismos necessários para a concretude do que já não mais existe, mediante a valorização das memórias e recordações vivenciadas.

Como é frisado por Amado e Ferreira (2002, p.78),

não se trata apenas de entender as dimensões da memória coletiva no contexto da história, mas sobretudo de entender como a historicização formal e autoconsciente vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante do como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e cultura contemporâneas.

A história humana pode ser recuperada, dentre outros meios, também a partir das histórias orais, as quais refletem um passado fora das regras científicas, encaminhadas pelo dito popular, pela vivência dos grupos, os quais elucidam momentos culturais, jamais mencionados nos documentos oficiais. É isto que a História Nova nos trás porque, segundo Vieira (1995, p. 13), *muitas formas de registros da atividade humana foram durante muito tempo desprezadas devido a uma postura que não tinha como significativa para a história aquelas manifestações.*

Com este aparato de reapropriação e recuperação do passado que a História Oral possibilita, usufruindo dos recursos peculiares das entrevistas realizadas, foram produzidas passagens que envolvem as informações oferecidas relacionadas aos vários objetos de pesquisa, tendo sido essa, também, a minha opção. Para tal, a técnica foi aplicada com os gestores, professores e alunos da época em destaque. Desta forma, esta pesquisa propõe, sobretudo, a releitura das experiências vividas neste espaço social que é Palmeira dos Índios, com uma visão valorativa dos registros vivos, nos quais se acham diferentes relatos de fatos até então desvalorizados perante o contexto histórico rígido da História. Daí por que neste trabalho assumi as idéias concebidas na “*Escola dos Annales*”, segundo a qual todo acontecer histórico faz parte das ações do homem (VIEIRA, 1995, p. 15).

Assim, em busca de relatos, documentos que me conduzissem à produção deste trabalho, tendo como fio condutor o surgimento do letramento e a expansão do ensino no município de Palmeira dos Índios, permeado por sua história, nos traços de sua origem e na propagação de sua cultura, de modo a valorizar a contribuição dos homens e mulheres comuns que fizeram parte do legado histórico da cidade, fui buscar a base do conhecimento sobre o fenômeno que pudesse, por ventura, ter aqui produzido. Todos os materiais coletados, pautados em referencial teórico, resultaram em relatórios que compõem esta dissertação.

O trabalho, além dessa parte introdutória que explicita o objeto de estudo, as referências teórico-metodológicas e as técnicas utilizadas, tem um primeiro momento voltado para as referências bibliográficas que discutem a história da formação da

sociedade palmeirense e seu processo de alfabetização, bem como sua estrutura, no mais remoto período, precisamente a partir de seu povoamento aos anos 1920, o qual constitui o primeiro capítulo, com o título **“A FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS ATÉ FINS DA DÉCADA DE 1920”**.

Uma segunda parte, organizada como segundo capítulo, enfatiza a presença da instrução pública em Palmeira dos Índios, com ênfase nas décadas de 1930 e 1940, as quais marcam momentos significativos do letramento na cidade, a efetivação da “escola” no sentido clássico da palavra, a forte influência da Igreja Católica neste contexto, com a implantação, inclusive, de escolas confessionais nesta década, denominada **A EXPANSÃO DAS ESCOLAS E SEUS BENEFICIADOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – dos anos de 1930 à criação do Colégio Estadual Humberto Mendes**.

O terceiro e último capítulo tem como foco o Colégio Estadual Humberto Mendes e sua trajetória educacional, no contexto histórico das políticas educacionais em Palmeira dos Índios, objetivando entender a situação de seu declínio, levando como título **“A ESCOLA ESTADUAL PALMEIRENSE HOJE ANALISADA DE UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO”**.

Nas considerações finais faço um trajeto do letramento ao Colégio Estadual Humberto Mendes, com enfoque nas necessidades de cada época e as implicações dos fenômenos verificados, esperando, assim, contribuir com a história deste município e da educação em Alagoas, trazendo, quem sabe, elementos novos para a compreensão de ações e fatos da sociedade e da educação em Alagoas.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS ATÉ FINS DA DÉCADA DE 1920

Como já referido no final da introdução a este trabalho, encaminho, neste primeiro capítulo, um levantamento das referências bibliográficas que discutem a história da formação da sociedade palmeirense e seu processo de alfabetização, a partir de seu povoamento até os anos 1920.

A historiografia palmeirense tem sido apreendida, sobretudo, por meio das obras de Luiz B. Torres² (s/d), Mello (2001), Byron Torres¹ (2003) e Ivan Barros (2006), que relatam sucintamente o processo de formação educacional local, tendo como foco principal em suas pesquisas o contexto sócio-político, com pouca relevância para a origem e o desenvolvimento da educação neste espaço social em estudo. É que, buscando trilhar as mais diversas referências, fez-se importante rever a origem histórica de Palmeira dos Índios, presente nos documentos oficiais do município, que trazem, ainda que de modo parcimonioso, referências sobre a educação.

Palmeira dos Índios tem sua história semelhante ao processo de formação de muitos outros centros urbanos. Afinal, com nos ensina Carlos:

A história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna suas profundas marcas. O mundo é produto do homem, da sociedade e, portanto o espaço produzido em cada momento será concretamente diferenciado. [...] Esse mundo é sempre produto da articulação da atividade viva dos indivíduos que o compõem e do espaço que produzem (1994, p. 58).

Como, na formação territorial está presente toda ação da sociedade, nesta tentei mergulhar buscando a origem da cidade, a contribuição dos grupos para a formação deste núcleo urbano, dentro de suas peculiaridades sociais, políticas, econômicas e culturais. Claro que, para tanto, se faz indispensável trazer, ainda que brevemente, a inserção desta história no contexto mais amplo que da História do Brasil.

Foi, portanto, a partir das incursões realizadas pela Coroa portuguesa na nova terra, nos tempos coloniais, com o intuito especulativo de estabelecer rotas econômicas, que o local onde hoje se encontra Palmeira dos Índios foi visitado por várias vezes, por conta dos interesses ditados pelo mercantilismo europeu.

Por conta do projeto açucareiro, o qual vai fixar a colonização por séculos, no litoral e na zona mata, território hoje representado por Alagoas, somente por volta de 1764, é que as terras da futura cidade, pertencente à sesmaria de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (hoje Marechal Deodoro), que passam depois a integrar a antiga Vila Real de Bragança ou a Comarca de Atalaia, é que se desmembraria o território, dando origem a várias freguesias, dentre eles Palmeira dos Índios, que ficou sob a tutela de Anadia²⁰.



Figura 01 - Mapa de Alagoas com a localização da sede do Município de Palmeira dos Índios, na Mesorregião do Agreste.

Fonte: <http://www.frigoletto.com.br>

Seria apenas em 1872 – já criada a Província das Alagoas, portanto - que se criaria a comarca de Palmeira dos Índios, a qual foi elevada à categoria de cidade em 20 de agosto de 1889, pela Lei nº 1.113. (Enciclopédia dos Municípios, 2006). Assim, mesmo para o contexto nacional dá para afirmar que, do ponto de vista histórico, a cidade é bem recente. A explicação para seu nome está na existência, de índios Xucurus, na região, que haviam sido expulsos da Aldeia do Colégio, por volta 1762, sendo eles, por sua vez, oriundos da Aldeia de Ararobá, em Pernambuco.

Consta, nos dados mencionados por todos os historiadores de Palmeira dos Índios, que em 1770, quando a Arquidiocese de Olinda e Recife tinha ainda a responsabilidade eclesiástica por toda a região correspondente ao atual Estado de

²⁰Aqui Alagoas integra, ainda, a Capitania de Pernambuco, da qual irá se desmembrar apenas em 16 de setembro de 1817.

Alagoas²¹, foi enviado um missionário, da ordem dos Franciscanos, para fazer o trabalho de catequese daqueles nativos, sendo ele Frei Domingos de São José, que permaneceu na região até 1783.

Dados da historiografia demonstram que, tendo Frei Domingos, a princípio, causado grande espanto nos nativos, logo deu início ao trabalho de catequização, fazendo-se necessária a construção de uma capela, a qual foi concretizada em terras doadas pela sesmeira D. Maria Pereira Gonçalves e seus filhos, herdeiros legítimos da Sesmaria de Burgos (TORRES² s/d).

A capela foi construída em área de difícil acesso, pois o espaço cedido estava inserido numa área acidentada do Planalto da Borborema e, como o missionário tinha uma visão mais ampla de crescimento, logo percebeu a dificuldade de expansão no alto da serra. É aí que ele consegue, com toda sua imaginação, convencer os nativos de que era “necessário” construir outra igreja no sopé da serra da Boa Vista, local onde teria origem o futuro sítio urbano de Palmeira dos Índios.

Para conseguir seu intento, Frei Domingos contou com a ajuda de um nativo que “conduziu a imagem do Bom Jesus da Boa Morte e a escondeu num cupinzeiro existente no sopé da serra, local escolhido pelo Frei para construir a nova capela” (TORRES² s/d). Achado a imagem, obviamente, o franciscano – Frei Domingos - confirma que é desejo do santo ter sua capela ali mesmo, e assim erguem a capela, de 1778 a 1780. Neste período Frei Domingos é substituído pelo Pe. João Morato Rosa, primeiro vigário canônico da Capela de Bom Jesus da Boa Morte. Enquanto isso o povoamento cresce, passando a contar com mais terras, após doações solicitadas e conseguidas por Frei Domingos. (TORRES¹, 2003).

Na formação da cidade, não pode ser excluído o contexto geográfico: localizada no sopé da serra da Boa Vista, tendo a sua frente um imenso pedi-plano ou Vale da Promissão, como foi chamado por Frei Domingos de São José, com altitude de 309m, acima do nível do mar, a área é presenteada pela natureza com o Planalto da Borborema, que circunda a cidade, e que recebe diversos nomes pela comunidade, dentre os quais Serra do Candará, da Boa Vista, do Goití, das Pias, da Carangueja, do Amaro, entre outras.

²¹Alagoas toda se tornaria diocese autônoma somente no ano de 1900 – até aí esteve sob a jurisdição de Olinda e Recife.



Figura 02 – Espaço em que vai ser construída a sede do município de Palmeira dos Índios.

Fonte: <http://www.frigoletto.com.br>

Palmeira dos Índios chega à freguesia e recebe um novo pároco, o padre Julião Leite da Cunha, passando a ficar sob a proteção de Nossa Senhora do Amparo, em 1798. Como na freguesia - desde seus primórdios - os conflitos eram muitos entre nativos e brancos e isso era uma grande preocupação para os dirigentes da Capitania de Pernambuco, à qual ainda estava submetida toda a região das Alagoas.

Devido ao crescente número de mortes de indígenas, por não quererem se submeter a “vontade” dos homens brancos, com isso os dirigentes recriaram as Missões Indígenas, as quais, já tendo sido criadas em 1665, em face de um grande número de índios que viviam sem trabalho, junto aos brancos, criando problemas (TORRES², p.105), agora vão ficar sob a responsabilidade da paróquia²². Tendo as missões sido criadas inicialmente com a intenção de servir de intermediação entre brancos e índios, o cargo deixa de ser assumido pelo vigário e passa a ser político, em 1813, sendo ele definido pelo Conselho Municipal de São José de Anadia, ao qual a freguesia pertencia.

O período de 1817 foi fundamental para Alagoas: sua emancipação político-administrativa acontece e faz despertar nas lideranças palmeirenses, como em

²²Convém lembrar que paróquia e freguesia são hoje termos equivalentes. Isso se deve ao fato de que, na Colônia e no Brasil Imperial – tal qual em Portugal -, com a união entre Igreja e Estado, a freguesia, que era a forma de organização primeira e mais simples de jurisdição.

todos os que tinham terra, bens e algum poder na agora Capitania das Alagoas, a luta pela administração dos Conselheiros de São José de Anadia.

Já nos anos de 1820, a Junta Governativa da Província das Alagoas aprova a adoção de 3.000 braças de terras para os indígenas, as quais eram demarcadas com marcos de pedras e que não foram obedecidos pelos não-índios.

Com o passar do tempo a freguesia – como de resto toda a Província - foi se estruturando politicamente, com os dois grandes partidos políticos nacionais - o Partido Conservador (Cabeludos) e o Partido Liberal (Lisos) -, tendo este último como mentor o vigário José Caetano de Moraes²³, grande líder provincial que chegou a assumir a 4ª e 5ª Assembleia Legislativa Provincial (1842/1845).

Na sua atuação política, temendo o pároco perder as eleições para o segundo mandato na Assembleia Provincial, ordenou que fechassem a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, para que não acontecesse a reunião do colégio eleitoral. Tendo o grupo oposicionista ao padre, invadido o templo, isso dá origem a um grande conflito, que traz como consequência, tempos depois, a prisão do vigário e posteriormente a sua morte em tiroteio. Isso geraria grande instabilidade na freguesia, com a família Moraes²⁴ cometendo muitos crimes de morte para vingar o assassinato do padre.

Frente a isso, o Governo Provincial decide criar a Lei 26, de maio de 1846, rebaixando Palmeira dos Índios à categoria de Distrito, retirando, assim, a autonomia administrativa, enquanto reintegrava a região política e administrativamente a Anadia. Daí por que, somente em 20 de agosto de 1889 Palmeira dos Índios passaria à condição de cidade, tendo como seu primeiro intendente²⁵ o Sr. Luiz Pinto de Andrade. Tudo isso representará um freio ao desenvolvimento da cidade e da região que somente alçaria vôos mais altos no final do Século XIX.

Diante deste movimento de ocupação e fixação na região, além da catequese não havia destaque ou até mesmo relatos sobre o letramento, durante este período;

²³Mais político do que homem de religião – muito menos missionário -, o Vigário José Caetano de Moraes, teve papel fundamental na política alagoana, tendo sido um dos articuladores da luta pela transferência de capital da província de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul para Maceió.(TORRES², s/d).

²⁴Esta era formada pelos filhos do padre que viveu em concubinato com Maria Clementina Araújo, tendo tido com ela 8 filhos, dentre os quais cinco homens, segundo escritos de Byron Torres¹ (2003,p.07).

²⁵Se formos comparar o cargo de intendente com os cargos públicos hoje existentes diríamos que ele corresponde mais ou menos ao de prefeito municipal.

somente em 1824, por intermédio do diretor da Missão Indígena, Sr. Alexandre Gomes de Oliveira, que contratou uma professora (cuja identificação não se encontra registrada) para alfabetizar os silvícolas palmeirenses. Como os indígenas não consideravam a alfabetização algo tão essencial, poucos “curumins” frequentaram a escola.

Vai ser somente em 1838, com a emancipação da vila, que Palmeira dos Índios receberá sua primeira escola pública, a qual passou a funcionar em 1839, para o sexo masculino, sob a responsabilidade do professor palmeirense Félix Francisco Pinto, tendo sido a iniciativa resultado de projeto de lei do deputado provincial Lourenço Cavalcante de Albuquerque Maranhão (TORRES², s/d).

Antes deste momento, não havia escolas, pois a Comarca de São José de Anadia sempre foi omissa na criação de escolas em seu mais importante distrito. De qualquer sorte, pelos elementos apresentados por Craveiro Costa (1931) e por Primitivo Moacyr (1940), é possível perceber que Palmeira dos Índios vai seguir a política educacional geral adotada pelo Governo Provincial, cujos frutos traduzidos em forma de escolas públicas encontram seu registro apenas a partir desse período.

Mas, na ausência do Estado, e antecedendo o professor primário Félix Pinto, foram os vigários da freguesia aqueles que fizeram este papel de professores da cultura letrada, tendo primazia as crianças de famílias mais abastadas, pois as menos favorecidas estavam em sua maioria no campo, quando não fazendo atividades servis na cidade, para as quais as letras eram dispensáveis.

Somente no ano de 1859 é que a Vila de Palmeira dos Índios receberia a professora Capitulina Erothildes Alves Peixoto para assumir a cadeira das primeiras letras da Vila, Diário das Alagoas²⁶(1859), sendo essa nomeação²⁷, um reforço importante para o letramento que vinha se desenvolvendo de forma restrita na vila. Trata-se de uma professora revestida de todos os direitos de servidora pública da época, com direito inclusive ao afastamento de suas funções, com está explícito no Diário das Alagoas de 1861, em duas portarias assinadas pelo chefe do Executivo Provincial²⁸.

²⁶Foi comum o uso, pelos Governos Provinciais e, também, durante um tempo, pelo Governo Estadual, de Jornal de circulação comercial – como o Diário das Alagoas – como se fossem o Diário Oficial que dava publicidade aos atos do executivo.

²⁷A referida professora obteve a informação enviada em ofício nº293, do diretor geral da Instrução Pública, no dia 14 de outubro de 1859.

²⁸Uma primeira Portaria publicada no referido jornal afirma o seguinte: *O presidente da província, atendendo ao que lhe requereu a professora pública da Villa de Palmeira dos Índios, Capitulina*

Percebe-se com estas portarias, que Palmeira dos Índios tinha, a partir de então, um servidor provincial da educação que detinha seus direitos, no ato de suas atribuições, ainda que as condições de trabalho fossem bastante precárias, segundo nos revelam Craveiro Costa (1931) e Verçosa (2006).

Em 1861, o governo da Província publica no Diário das Alagoas o comunicado ao Vice-Diretor da Instrução Pública sobre a autorização a José Vieira Sampaio para criar cadeiras de primeiras letras, Latim e Francês, na vila das Palmeiras (Palmeira dos Índios)²⁹, como designa neste mesmo período o professor José Joaquim de Sant'Anna para cadeira das primeiras letras do sexo masculino para a Vila de Palmeira dos Índios³⁰. Por esses dados percebe-se que o governo provincial começa a ter preocupação com a instrução pública em Palmeira dos Índios, para além das classes de Primeiras Letras, pelo envio de professores e a criação de cadeiras, ainda que não se afaste o descaso geral com a estrutura montada para que tal ação acontecesse com êxito, como se pode concluir da cópia do Ofício a seguir, com uma nota do Diário das Alagoas, (1863):

Ofício a tesouraria provincial

Á vista do que Vmc. expediu em seu ofício nº 17 de 12 do corrente. Autorização do pagamento relativo aos alugueis vencidos a proprietária da casa onde funcionava as aulas das primeiras letras para o sexo feminino da Vila da Palmeira, os alugueis vencidos do 1º de abril a 27 de junho do ano, findo na importância de 17\$400rs. Pelo crédito aberto para pagamento das dívidas passivas dessa tesouraria. Devolvo os papéis que acompanharam o seu citado ofício.

Como está explícito no informe do Diário, o funcionamento, que era comum à época, em casas de morada que eram alugadas para funcionar a “escola”, tinha seus alugueis em atraso; enquanto os vencimentos dos professores pagos pela Província também apresentavam atraso, como pode ser comprovado o fato pela

Erothildes Alves Peixoto, prorroga por mais 30 dias a licença que lhe foi concedida para tratar de sua saúde nesta capital. Fizeram-se as comunicações do estilo. Expediente do dia 05 de fevereiro de 1861”; em outra Portaria, “o presidente da província prorroga por mais 03 meses a licença q’a professora pública da Villa de Palmeira dos Índios Capitulina Erothildes Alves Peixoto [...]”, constando que “comunicou-se ao diretor da instrução pública, assim como ao inspetor da tesouraria provincial”.

²⁹Diário das Alagoas. 1861, ano IV, nº 150, p.1. A busca por mais informações tornou-se impossível, vez que o referido Diário encontra-se em estado de decomposição, sendo arquivado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. As informações aqui contidas foram retiradas do acervo do grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas” – CEDU/UFAL.

³⁰Diário das Alagoas. 1861, ano IV, p.3.

divulgação, no Diário das Alagoas (1863), do que respondeu o governo à reivindicação de servidores solicitando seu pagamento:

Despacho do dia 30 de junho de 1863.

José Vieira Sampaio e sua mulher professores públicos da Villa de Palmeira dos Índios, requerendo que um dos suplicantes, seja pago de seus vencimentos pela agência de rendas daquela Villa. – Nesta data expedi ordem ao inspetor da tesouraria provincial para que sejam os suplicantes atendidos, no caso de que seja suficiente para pagamento dos vencimentos dos suplicantes o produto de arrecadação da agência de rendas provinciais da Villa de Palmeira dos Índios.

Este fato nos mostra a trajetória da valorização do profissional da educação pública em nosso Estado, permeado por um processo de falta de compromisso do governo provincial que para manter com regularidade a instrução na região, seria necessário solicitar o pagamento do salário e tê-lo dependente da disponibilidade de caixa da Vila, como se pode ver pelo despacho no Diário das Alagoas (1863), a seguir transcrito:

Ao inspetor da tesouraria provincial:

Expeça Vmc. as necessárias ordens para que os professores de instrução primária e os vencimentos dos professores públicos José Vieira Sampaio e sua mulher da Villa de Palmeira dos Índios sejam regularmente pagos de seus ordenados pela agência de rendas provinciais na dita Villa, se o produto da arrecadação daquela agência for suficiente para esse fim.

De qualquer forma, neste período Palmeira dos Índios apresenta ganhos no desenvolvimento de ações públicas de letramento, ainda que de forma fragmentada: em 1869, o jornal “O Liberal” publica a nomeação de professores para a povoação de Palmeira de Fora - povoação integrada a Vila de Palmeira dos Índios - para atuarem na instrução primária:

Portaria:

O presidente da província tendo a vista o resultado do concurso a que se procedeu, resolvi nomear professores de instrução primária da povoação de Sant’Anna, Aprígio Gonçalves de Andrade, de Palmeira de Fora, Francisco Xavier Accioli e da Igreja Nova Iago Antônio Coelho. – comunicou-se ao inspetor geral dos estudos.

A portaria acima traz uma informação bastante interessante, se considerar as críticas dos Diretores da Instrução Pública da época quanto ao uso político dos cargos de professor: Este professor nomeado em 1869 tinha conquistado o cargo

por concurso, esperava-se que, com isso, viesse a ter um desempenho docente competente.

Neste momento, como cita Primitivo Moacyr (1940, p.18) “a Lei de 24 de maio manda pôr em vigor o decreto geral de 1845 sobre o concurso publico de primeiras letras”. O mesmo seguia os passos de exame pela leitura, pela escrita e exame de aritmética, como também os princípios moral e cristã. Sob estes parâmetros, Palmeira dos Índios já era atendida com professores concursados, ainda que sem estrutura para desenvolver sua prática.

Como neste período parte da sociedade abonada da Vila já contava com um aprendizado adquirido em várias “casas-escola” particulares distribuídas em diferentes locais da comunidade, juntamente com professores públicos nomeados para o letramento da Vila, começam a fluir em Palmeira dos Índios os frutos do ensino, com o surgimento de uma tipografia, em 1864, pertencente ao Sr. Manoel Antônio de Oliveira Melo, conseguido no ano seguinte a publicação do primeiro jornal da terra dos Xucuru/Kariri, denominado “**O Interesse Público**”³¹, um dos mais antigos semanários de Alagoas e do Brasil, (TORRES², s/d).

Segundo relatado em escritos, Torres² (s/d) elenca vários nomes de docentes que fizeram parte deste contexto escolar em Palmeira dos Índios, ressaltando a instrução de caráter particular na cidade, pois a instrução pública era escassa, como se pode ver das nomeações que são poucas para atender à então Vila de Palmeira dos Índios. Assim, colaboraram com a escolarização das crianças palmeirenses, no século XIX, Luiz da Silva Pacheco (1860) – que, além de professor, foi dono de uma escola no povoado Buenos Aires, Maria Arroxelas Muritiba (1880), de família tradicional, que fundaria igualmente uma escola particular, sendo relevante também a participação de Ferreira dos Santos, em 1893, juntamente com Guilherme Aragão e José Emídio Teixeira, que instituiriam mais uma escola particular na vila de Palmeira dos Índios.

Parece ser importante destacar aqui o fato de quase todos os iniciadores da profissão docente da vila terem sido proprietários de escolas, o que permite apontar, desde então, as lacunas no ensino público, com prioridade para os que podiam

³¹O primeiro jornal de Palmeira dos Índios e um dos primeiros do Brasil – 1864 - foi feito na Typographia, com tipos de casca de cajá. Foi um periódico que se dedicou ao estudo das teses políticas e sociais que agitavam o país, nada tendo a ver com os indivíduos nem com a política local – com o interesse público mais próximo, em suma -, como propunha o seu nome.

pagar seus estudos, já que até professores designados pelo governo da Província, quando exerciam seu mister, o faziam em meio a grande carência de estrutura para desempenharem suas funções.

De qualquer forma, vale ressaltar que outros professores foram também importantes na escolarização das crianças e jovens palmeirenses no Século XIX: José Custódio da Rocha Padilha atuaria, desde 1871, na sede da vila de Palmeira dos Índios, criando uma escola particular, Clara Xavier da Silva Lima lecionaria, em 1874, enquanto o Alferes José Cirino da Silva Teles (1880) aparece como proprietário de uma escola na sede da vila, ao mesmo tempo em que ocupa o cargo público de Secretário do Conselho Municipal³².

Neste mesmo período, 1880, a cidade ganha o primeiro prédio construído especificamente para servir de educandário: o Colégio São Pedro, situado no local onde hoje se encontra a Praça Francisco Cavalcanti, sendo Pedro Leandro de Albuquerque Correia (1891) o dono de escola que, era privada.

Pelo que se pode perceber, as primeiras década da Vila foi marcada pela implantação da instrução escolar moldada segundo os parâmetros particular, com predominância para esta modalidade, e público, com atuação do Governo da Província das Alagoas.

Aqui, ainda que a presença municipal nas políticas de escolarização não fosse obrigatória por Lei, surge, no início do período republicano, um município com suas próprias ações, constando que, em 1893 – período em que Palmeira dos Índios estava sob a governança de Salviano José de Oliveira, 4º intendente (1892–1895), o Conselho da Intendência votou Lei criando 07 escolas de instrução primária, a serem instaladas em Palmeira de Fora, Caldeirões de Cima, Olho d'Água do Aciolly (hoje Igaci), Pau Sangue e Cacimbinhas – todas estas localidades eram integrantes do município de Palmeira dos Índios.

³²Lembrar que o Conselho Municipal foi, até o período republicano, mais ou menos equivalente à Câmara de Vereadores que temos hoje nos municípios, sendo seus integrantes eleitos por voto de todos os detentores de determinada renda durante a Colônia e o Império (a exigência de letramento para ser eleitor seria um fenômeno da República). A diferença – que não existe até hoje em Portugal e em países de colonização lusitana, os quais permanecem como antigamente – é que o Presidente do Conselho anteriormente exercia a função que hoje cabe ao Prefeito Municipal. Isso provavelmente fez com que o nosso alferes/professor/empresário do ensino tenha sido, simultaneamente, chefe do Executivo Municipal de Palmeira dos Índios.

Este cenário mostra a introdução do ensino municipal público na cidade, tendo neste momento atendido à área urbana de Palmeira dos Índios com duas escolas: uma para os meninos e outra para as meninas. (TORRES², s/d) É dessa forma que a trajetória do ensino na cidade de Palmeira dos Índios chega à República.

Segundo registros de Torres¹ (2003), o início do século XX em Palmeira dos Índios foi marcado por incertezas em todos os campos da vida social, como, aliás, aconteceu em todo o Estado de Alagoas (VERÇOSA, 2006), sobretudo porque a sociedade palmeirense esperava ansiosa a chegada do novo século que, segundo as previsões populares, não seria nada agradável, com a previsão do fim do mundo.

Foi criado, então, uma comissão para verificar a veracidade do fato, por meio de informações em outros lugares, a fim de proteger a cidade. Chegou-se, inclusive, a colocar cruzeiros nas serras que circundam a cidade, com o temor assolando o local. Afinal, a grande expectativa foi substituída por grandes festas na chegada do século XX, já que as previsões populares não seriam concretizadas.

É visível, pelo fato referido, que, neste início de século, Palmeira dos Índios encontrava-se ainda imersa numa estrutura cultural arraigada às crenças populares, à fé católica demonstrada pela fixação dos cruzeiros, os quais serviriam de proteção para livrar a comunidade de todo mal, inclusive do fim do mundo.

Palmeira dos Índios, no início de século XX, já concentrava e expressava fortemente a cultura da região, sendo significativos os momentos festivos na primeira década, sobretudo as festas religiosas católicas, que envolviam a maioria da população urbana e rural, já que, até então, toda hegemonia continuava com o Catolicismo Romano, sendo o maior evento da igreja a festa dedicada à padroeira, Nossa Senhora do Amparo, antecedida por “nove noites” de rezas, cantos e festa de rua – a chamada novena. Esse era o momento de grandes articulações para que a festa acontecesse com grande fervor.

Os comerciantes montavam suas toldas para vender diferentes produtos (TORRES², s/d, p. 3), sendo marcante a procura pelo “Cabacinho”, muito em voga na época, que nada mais era do que uma bola de cera, com água de cheiro em seu interior, que a rapaziada jogava uns nos outros, deixando-os perfumados, reeditando em outro contexto uma prática que seria bastante comum no Carnaval brasileiro.

Entre as guloseimas, as “Queijadinhas”, que eram um doce muito saboroso fabricado a base de farinha de trigo, com pasta de goiabada, se destacavam, sobretudo as de fabricação de D. Maria José, irmã de Zé Pretinho, famoso carnavalesco da época. A bebida “Gengibirra”, apreciada pelos adultos, e o refrigerante “Sísi”, vindo de outras regiões, para a garotada, eram outros itens muito apreciados pelos participantes das festividades.

Eram aqueles momentos de muita expectativa e animação, que marcaram época em Palmeira dos Índios, fazendo desta cidade, neste período, um ponto de atração de toda a região Agreste de Alagoas, com as comemorações aguardadas por todos.

Outro período de relevância era o dos festejos juninos, tradicional em todas as famílias palmeirenses: na frente das casas eram feitas enormes fogueiras, cada um querendo superar a fogueira do vizinho, na crença de que “aquele cuja fogueira não tivesse bastante lenha teria o demônio a dançar a noite toda em sua porta”. Na véspera dos dias dos santos principais do ciclo – Santo Antônio e São João, principalmente -, ao entardecer, começavam um ritual em que todas as fogueiras eram acesas, iluminando toda a cidade, as crianças soltavam os fogos, muita dança e rodas de conversas, bebidas, comidas típicas concretizavam as grandes comemorações de junho (TORRES¹, 2003).

Quanto ao carnaval, que já se inseria na vida brasileira, aqui e ali, deste o século XVII, em Palmeira dos Índios só começaria a se destacar na década de 1910, tendo no Sr. Zé Pretinho, um grande carnavalesco. A festa era realizada nas casas das famílias mais abastadas, no Paço Municipal ou nos grandes armazéns de cereais. A cidade dispunha então de grandes artistas: por não ter opção de lazer, aprendiam a tocar algum instrumento e naquela época formavam uma grande “filarmônica” que animava as festas carnavalescas, que contava com participantes locais, amigos e parentes que moravam em outras cidades. Durante os outros meses do ano, aconteciam serestas e saraus que animavam os domingos e feriados dos palmeirenses, projetando-se, dessa forma, artistas da terra que contribuía com a alegria da sociedade local.

Àquela altura - 1910 - a Igreja Católica, que ainda se impunha - embora já há mais de duas décadas tivesse sido decretada oficialmente a separação entre Igreja e Estado e a Sociedade declarada laica -, possuía três templos na sede do

município: a matriz de Nossa Senhora do Amparo (1798), a capela de Nossa Senhora do Rosário, que, segundo a tradição, teria sido construída por escravos, ainda em 1805, e uma capela particular, construída pelo Coronel Belarmino Teixeira Cavalcante, para atender as necessidades de sua família, mas, que somente em 1880 receberia da Igreja Católica esta categorização.

Os povoados que começavam a se consolidar como núcleos rurais também dispunham de templos nos quais as missas aconteciam uma vez por mês ou nas festividades: assim, Palmeira de Fora, Canafístula, Bonifácio, Riacho Fundo de Cima e Olho D'água do Accioly tinham seus pequenos e singelos templos, além de capelas particulares nas fazendas da redondeza. Por essa via fazia-se a maior parte da educação da população, por meio do magistério religioso dos padres e da catequese.

Com esta forte presença da Igreja Católica no município, não se pensava que pudesse chegar nova religião para dividir os fiéis. É quando retorna a Palmeira dos Índios a Sr. Hermelinda Bárbara de Souza Melo, professora, católica fervorosa, que abriu uma escola, local onde hoje funciona o Hotel Losângelos, dentro dos princípios básicos preconizados para alguém ser professor.

Tendo chegado, na cidade, um vendedor de Bíblia Sagrada, a Professora Hermelinda adquiriu um exemplar e passou a ler os textos Bíblicos, sempre em voz alta para que seus filhos assimilassem as mensagens ali contidas. Até então a fé católica era professada por ela e seus familiares. É quando aparece na cidade o jovem presbiteriano Júlio Sales, cuja missão era catequizar os cristãos (TORRES¹, 2003, p.7), o qual passa a frequentar a casa da professora e juntos começam a discutir e entender a palavra, até que Dona Hermelinda resolve se tornar protestante, sendo ela e sua família os primeiros evangélicos na cidade, os quais sofreram com as perseguições dos católicos, por professarem uma nova religião que não a hegemônica. Neste primeiro decênio do século XX, a sociedade dava, assim, seus primeiros passos para o crescimento de uma nova religião³³.

³³De forma reservada já se praticavam expressões religiosas oriundas de povos indígenas e africanos na cidade. Como, porém, essas religiões admitiam o sincretismo – além de serem consideradas inferiores e subalternas -, seria uma opção de caráter “protestante” e por uma professora que iria expressar mais claramente a repulsa a outras formas de viver a religiosidade em Palmeira dos Índios. É bom não esquecer que mesmo em reformas do Ensino levadas a efeito em Alagoas – na de 1906, por exemplo, que é contemporânea ao período a que me refiro – a religião católica, juntamente com a moral ilibada, são ainda elementos a serem dominados pelas professoras.

Em 1900, segundo dados de Marroquim (1922), Palmeira dos Índios contava com 22.237 habitantes que, apesar de terem ações culturais explícitas, viviam em grandes dificuldades, principalmente a classe mais pobre, excluída, na maioria das vezes, de vida digna, como perdura até hoje. As necessidades básicas não lhes eram atendidas, o campo da saúde extremamente precário, até porque era um período ainda muito distante da expansão da medicina, até na capital do Estado, sendo a saúde dos palmeirenses cuidada por donos de farmácia ou por curandeiros, destacando os relatos sobre esta “profissão” a atuação do Sr. Francisco Pinto, ou, como era mais conhecido, “Chico Pinto”.

Em 1905, por exemplo, Palmeira dos Índios ganha o abrigo São Vicente, depois transformado em hospital, o primeiro do interior do Estado, que teve como primeiro diretor o curandeiro Chico Pinto. A cidade acolhia também outros, vindos de regiões vizinhas para atender à população, dentre os quais se destacaram o Sr. Moreira, de Viçosa (AL) e o Sr. Pelado, oriundo de Bom Conselho (PE), cidade que fica bem próximo de Palmeira dos Índios (TORRES¹, 2003, p. 6). Como era de se prever, os medicamentos, em sua maioria, provinham da mata, na forma de raízes e folhas.

Vivendo-se os primórdios da República, os republicanos, porém, somente assumiram o governo da cidade em 1900. Mesmo com o regime monárquico tendo se esfacelado, ele ainda esteve presente nos ideais de parte significativa da sociedade palmeirense por décadas. Para a gestão eram escolhidos ou eleitos, conforme a conjuntura política, os intendentess³⁴, cargo então não muito cobiçado, pois não recebia remuneração. A renda bruta da intendência vinha dos impostos arrecadados no município.

A ajuda dos governos estadual ou federal só vinham, naquela época, em casos de epidemias, catástrofes naturais ou para construções públicas. Daí porque, ainda no primeiro decênio do Século XX, não foram feitas ações importantes para o município. A cidade contava, ainda em 1904, com uma escola particular da senhora Maria Amélia da Luz, na Brecha, hoje povoado do Município de Estrela de Alagoas. Em 1905, o então povoado do Bonifácio receberia sua primeira escola – também particular - com o proprietário Manuel Guilherme Barros.

³⁴Função de chefe do executivo municipal, correspondente ao “prefeito” dos dias atuais.

Em 1909, tem-se na cidade, o Externato São José, que funcionou onde hoje é a casa episcopal. Nesta escola destacaram-se os professores Sebastião Inácio de Lima, Santina Lopes Lima e Maria da Luz. Em 1910 tem destaque a professora Hermelinda Bárbara de Souza Melo, mãe da renomada professora Rosa Pimentel. Mais alguns nomes de educadores são destacados por registros de 1912: Pedro Leandro, Carminha Moreira e Cândida Wanderley, Astérica das Virgens Muritiba (Sinhazinha Muritiba) e Padre João Lessa. Sendo este, àquela altura, o vigário local, fundou a Escola Nossa Senhora do Amparo, instalada na sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em 1914. O grupo discente era formado por uma média de duzentos alunos e, para desempenhar a função de professor, obteve o padre a ajuda de outros padres e dos alunos mais adiantados. A escola fechou em 1917 com sua saída para Maceió (TORRES¹, 2003).

Até aqui estão elencados alguns nomes que contribuíram para o letramento em Palmeira dos Índios nos tempos mais longínquos. Os registros históricos pouco deixaram do legado estrutural da educação escolar ou a tratam de forma sucinta. As escolas, por não terem quase todas, merecido prédios próprios, não deixaram vestígios materiais firmes, muitas delas tendo durado menos de um ano, uma vez que a população da cidade tinha baixa renda, não podendo, por isso, pagar seus estudos, predominantemente oferecidos de forma privada.

Assim, ao examinar as bases da educação escolar de Palmeira dos Índios, é possível afirmar que ela foi estabelecida para bem poucos, pois predominavam escolas particulares destinadas aos que podiam pagar. Mesmo as que se firmaram nos povoados tornaram-se redutos das crianças com recursos financeiros, cujas famílias precisavam ter alguma posse ou posição para pagar o professor/mestre.

Considerando-se, ainda, o perfil quase que exclusivamente agropecuário da região, para que e em que extensão e profundidade se necessitava de instrução na região, naqueles tempos?

De qualquer modo, em 1920 surgiram mais algumas escolas na cidade: o Colégio Sagrada Família, da senhora Laura Mota de Barros, que funcionou no antigo espaço do Montepio dos Artistas, o Colégio São Sebastião, pertencente a Orlando Duarte, e a Escola Santa Cecília, da senhora Rosa Vieira da Costa (TORRES¹,s.d.), todos privados.

Antônia Macedo³⁵, irmã do Padre Macedo, o qual foi, por décadas, pároco de grande destaque em Palmeira dos Índios, fundou em 1921, o Externato Santa Terezinha do Menino Jesus, na Praça Guedes de Miranda/Palmeira dos Índios. Entre seus alunos, muitos se sobressaíram na vida, dentre os quais registro o Monsenhor Luis Ferreira e a menina Ananete Lima de Macedo, que se tornou aluna desta unidade de ensino, onde concluiu o Curso Primário, habilitando-se a estudar o Magistério, tornou-se posteriormente um dos nomes ilustres da história do ensino em Palmeira dos Índios.

Nessa trajetória de predominância da instrução escolar privada, Olival Lins funda, em 1924, o Ateneu Palmeirense, que, contudo, não chegou a funcionar, já que sua construção sequer chegou ao fim.

Em 1921, segundo Marroquim (1922) destacava-se em Palmeira a família do coronel Sebastião Ramos de Oliveira, na produção e beneficiamento de algodão, juntamente com a produção de cereais e de gado – os dois últimos por fazendeiros e sitiantes -, embora, ainda conforme Marroquim (p. 137), para esses dois últimos produtos vigorassem sistemas antiquados de produção.

De qualquer modo, a criação de gado também foi muito importante no município, como é relatado na historiografia local (TORRES², s/d) que, juntamente com entrevista a mim concedida pelo Sr. Davi³⁶, destacam o “Vapor” (Usina de beneficiamento do algodão) que pertenceu ao senhor Sebastião Ramos. Este comprava algodão na região e, depois de beneficiá-lo, fazia a produção chegar, por caminhão, até a estação ferroviária de Quebrangulo, distante cerca de 30 quilômetros de Palmeira dos Índios, (que, por volta de 1921, era ainda o final do ramal ferroviário que se desmembrava da ferrovia Recife/Maceió), sendo o algodão beneficiado e consumido pelas fábricas de tecido em Maceió ou exportado por seu porto marítimo.

³⁵Possuindo apenas o curso primário, Antônia Macedo fundara, em 1909, em Arapiraca, o Externato Nossa Senhora do Bom Conselho, que não vingou, por falta de condições financeiras. Tendo migrado para Fernão Velho, situado nas imediações da capital, onde ensinou aos operários da fábrica de tecidos ali existente, estudou numa escola normal em Maceió, após o que foi para Palmeira (FARIAS, 2007).

³⁶Entrevista realizada dia 04/11/2009, com o Sr. Davi Muniz de Almeida em sua residência, em Palmeira dos Índios. Nascido nesta cidade, em 1919, neto de sertanejos que migraram para estas terras por volta de 1877, o entrevistado vem de uma família que comprou um latifúndio na região serrana e passou a residir na fazenda do Caldeirão, hoje povoado do município de Palmeira dos Índios.

Utilizando-se de muita mão-de-obra, para atender suas necessidades produtivas, o algodão foi, sem dúvida, a mola propulsora da economia de Palmeira dos Índios, como de outras localidades do Agreste e do Sertão do Nordeste brasileiro.

A feira livre, outra expressão viva da vida palmeirense, era o momento de exposição e troca dos produtos tantos dos fazendeiros, como dos pequenos produtores. Ela acontecia no “quadro”, ou seja, diante do Paço Municipal, onde todos supriam suas necessidades. Segundo nos conta o Sr. Davi:

Havia duas feiras: uma no sábado em Palmeira, e outra na quarta em Palmeira de Fora. Nas feiras tinham predominância os homens, pois como eram distantes as localidades, vinham no lombo de burros. As carnes de bode eram penduradas nos pés de umbuzeiros que tinha na praça; no açougue tinha carne de boi e porco.

Nestes momentos de feira livre, os homens também desfrutavam da boemia: além dos bares no quadro, frequentavam o baixo meretrício, as rodas de conversas, bebedeiras e sexo, enquanto as prostitutas não podiam ir ao Paço Municipal antes das 23 horas, pois eram proibidas.

A atividade da feira livre do núcleo urbano principal de Palmeira dos Índios fez parte do cenário do primeiro decênio do século XX e, por décadas a fio, foi crescendo, até que o quadro torna-se lugar de comércio permanente, com os bancos, armazéns, mercearias, enfim, a compra e venda de bens além daqueles provenientes da localidade e de outras regiões, os quais supriam as necessidades dos palmeirenses e de quem morava nas circunvizinhanças.

No entanto, o acesso à cidade, como mostra Marroquim (1922), Torres¹ (2003) e Torres² (s.d.), era difícil, com estradas de terra batida, caminhos e veredas por onde trilhavam pessoas a pé, animais de montarias conduziam as cargas, bem como os raros carros que existiam. A ferrovia tinha sua última estação, em 1922, segundo Marroquim, ainda muito distante da cidade, somente vindo a passar por ali na década de 1930.

Na segunda década do século XX, Palmeira dos Índios já contava com 39.271 habitantes, segundo Marroquim (1922), os quais se ocupavam de diferentes atividades existentes na área urbanas e na zona rural. O povo dos sítios e fazendas abastecia a cidade com suas produções, tornando-a cada vez mais próspera, ainda

que a tecnologia utilizada fosse bem primitiva. Para enaltecer esta passagem a Sra. Mariquinha³⁷ comenta sobre o fato:

A agricultura era a mesma dos povos indígenas: plantavam feijão, mandioca, milho, banana. Seguiam o modelo tradicional e era autônoma, que era bem aceita e queriam alcançar mais lucros. Mesmo as vendas não sendo suficientes para comprar novos instrumentos, exerciam grande influência no fortalecimento do poder e prestígio das elites agrárias do município.

Nessa fala vê-se claramente o fortalecimento do sistema econômico em Palmeira dos Índios, que foi vigoroso, sobretudo da parte dos proprietários rurais, ainda que melhorasse, de certa forma, a qualidade de vida da população menos favorecida, já que se ampliava a geração de ocupações remuneradas. De qualquer forma, no plano do ensino, percebe-se um atraso que não atrai os trabalhadores rurais à escola.

Mesmo assim, a cidade não deixou no esquecimento o processo de ensino: permaneciam as escolas isoladas particulares e públicas, nos povoados e na cidade, contribuindo com o letramento de crianças e jovens, sempre aqueles que podiam de alguma forma pagar uma quantia ao mestre, que era tido como alguém muito importante para os que estavam sob sua responsabilidade e as famílias, passando a existir uma relação harmônica entre o mestre e a família.

Para concretude de tal fato em algumas regiões, foi preciso conhecer um pouco da história que envolveu a instrução na área rural, em específico no Povoado Buenos Aires, para qual foi entrevistado moradores antigos, à procura de informações sobre a vida escolar no povoado. Em entrevista realizada com o senhor Zezé³⁸, com 80 anos, ele traz o seguinte relato:

Eu estudava lá no Salgado, e pagava mil e quinhentos reis, mas era só até meio dia, quem pagavam dois mil réis era o dia todo, ai meu pai mandava eu estudar e todo mês eu ia pra rua vender uma carga de lenha pra fazer o dinheiro pra levar pra professora, que se chamava Rosinha Torres. Ela ensinava na casa do fazendeiro, o senhor João Torres, que era seu tio. Ela estava desempregada, ai ele deu a casa pra ela ensinar a nós.

³⁷Trecho da entrevista cedida pela ex-fazendeira do município de Palmeira dos Índios – Dona Maria Machado Cavalcante Ferro - em sua residência, na cidade de Maceió, no dia 03 de novembro de 2009. Migrante de Delmiro Gouveia, ela mudou-se para Palmeira dos Índios a fim de colaborar com a educação dos irmãos, tendo se tornado comerciante e, posteriormente, fazendeira, nesta localidade.

³⁸Trecho da entrevista cedida pelo Sr. José Ferreira, mas conhecido como Sr. Zezé, em sua residência, no Povoado Buenos Aires, no dia 09 de novembro de 2009. Nascido em 1929, na mesma região.

Ao analisar a fala do senhor Zezé, é notória a presença da prática de se disponibilizar um cômodo da casa para a instrução, que se constituía na “casa-escola” tão comum na Província e no início do século XX, como esclarece Verçosa, (2006, p. 106), que diz “ter sido até então [na República Velha] a forma quase única de escola”.

Prosseguindo com o depoimento do Senhor Zezé, sobre a “estrutura física da escola” e o “nível de estudo” existente em seu tempo (finais dos anos de 1930), ouvi dele o que segue:

Era uma sala grande com uma mesa bem grande com todo mundo, quem era de ABC, de cartilha, de primeiro ano, do manuscrito, que quem lia tava formado, era todo de letra, assim, quem nem letra de médico, ainda me lembro a primeira lição que estudei [...] era tudo junto na sala, na sexta-feira era o argumento e também os ensinamentos religiosos, as rezas, [...] eu levava um taquinho de rapadura pra comer no lanche umas 10h, e aqueles que não podiam nem isso levavam, só comiam em casa, meio dia.

Diante deste relato percebem-se as condições sociais precárias da comunidade, bem como os níveis de ensino, do ABC ao manuscrito, que era o último livro, todos juntos na mesma sala, com a mesma professora.

A professora era alguém que se destacava na comunidade, porque sabia ler, escrever, contar e disseminar os ensinamentos religiosos, em meio a uma multidão de iletrados. O mesmo entrevistado lembra-se das formas de cobrança “das lições, com uso de palmatória e castigos físicos, como ficar de joelho no milho, ficar em pé por alguns minutos, levar reguada na cabeça [...] e nenhum pai reclamava, diziam que lá a professora era quem mandava”.

Esse “método de ensinar”³⁹ mencionado já era discutido na Câmara Federal, desde 1827, pela Comissão de Instrução Pública, (FÁVERO, 2005, p.58), quando:

[...] o deputado Batista Pereira achou por bem propor a seguinte ementa: ‘Fica proibido o castigo corporal sob pena de culpa’. A esta ementa se opôs o deputado Holanda Cavalcanti: ‘...presumo que entre nós atualmente haverá pouca gente capaz de ensinar sem palmatória ... Então, para que vamos excluir a palmatória?’ A câmara em geral foi contra a palmatória. O que não impediu que, na prática escolar, a palmatória reinasse até este século.

Essa citação enriquece a fala do entrevistado, memória viva deste contexto educacional em Palmeira dos Índios, nas primeiras décadas do Século XX. E, nesse

³⁹Na verdade estou me referindo sobre o castigo corporal no ensino, reprovado já pelos jesuítas, mas, nem por isso, abolido de nossas práticas escolares até meados do Século XX.

sentido, o Sr. Zezé continua expondo sua vivência, como aluno de uma comunidade rural do município de Palmeira dos Índios:

[...] a professora era boa, castigava, todo mundo aprendia, ela exemplava os alunos, hoje se fizer isso os pais correm pra professora, naquele tempo não, os pais iam entregar os filhos e dizia que em casa ele era o pai e na escola a mãe era ela. O professor dizia quando um aluno escreve uma carta e lê outra, já está formado, pode procurar emprego. ... ninguém ganhava livro, era tudo comprado, o tinteiro e a pena pra cobrir as letras, depois ia pro tarlado⁴⁰.

A forma enfática como ele descreve sua vida escolar deixa transparecer uma certa nostalgia da rigidez – afinal ele não é mais criança -, acentuando o respeito ao mestre, como era chamado, por uma obediência que era, na verdade, expressão do medo dos alunos frente à autoridade de que estava investida a professora. Estou falando dos anos de 1930, na zona rural, sobre uma casa-escola que mais se destacou na região.

Ainda em entrevista com outro morador do mesmo povoado – Buenos Aires - o senhor Marcelino⁴¹, ele menciona alguns mestres que lhes ensinaram, no período de 1926, como também a forma e os métodos de ensino, inteiramente convergentes com o que afirmou o informante anterior:

Fui pra escola com sete anos de idade, os professores eram carrascos, tinha ordem e a gente tinha que aprender pra na sexta-feira não apanhar muito no argumento. O professor era o mestre Firmino do Nascimento Silvado⁴² do Povoado Moreira e meu sogro (na época, vizinho) deu um chalezinho pra ele ensinar, tinha uns 15 meninos, meu pai pagava por semana, era barato. Quando a gente chegava na casa/escola, antes de começar a aula, o mestre mandava ir buscar lenha pra cozinhar a janta dele. Ele era muito ignorante, quando não gostava de um aluno castigava, botava de joelhos nos caroços de milho [...] ele ensinava o ABC, o primeiro e segundo livro, tabuada e as rezas, na sexta-feira.

Na fala do senhor Marcelino também é visível a estrutura da educação palmeirense da época, não somente na área rural, como também nas demais localidades do município: as famílias com mais posses contratavam o mestre, que muitas vezes sabia o básico - ler, escrever, contar e fundamentos religiosos -, para

⁴⁰O “tarlado”, que, na verdade, deve querer dizer “traslado”, referia-se ao exercício de cópia, que nada mais era do que o traslado de palavras e frases do livro para o caderno.

⁴¹Entrevista cedida pelo senhor Marcelino Ferreira de Araújo, em 11 de dezembro de 2009, em sua residência, no Povoado Buenos Aires. É ex-combatente, nasceu no Povoado Buenos Aires, em 1919.

⁴²O mestre pertencia ao Povoado Moreira e passava a semana no Salgado para ensinar os filhos dos proprietários e vizinhos que podiam pagar, retornando, no final de semana, ao seu povoado.

ensinar a seus filhos e aos filhos dos vizinhos que podiam pagar, sendo esses as “escolas particulares”, que se expandiam pelo aglomerado urbano central e pela área rural, sem qualquer regulamentação oficial.

Neste momento não se falava em continuidade de estudos, porque era necessário somente aprender ler, escrever e contar, sendo o estudo na cidade somente para as famílias mais aquinhoadas financeiramente, as quais podiam manter os filhos nas escolas, que também eram escolas particulares, indo, até, quem sabe, ao ensino superior. Assim, quando foram indagados sobre isso, todos disseram que “só precisava ler, escrever e fazer contas, o estudo na cidade era pra quem tinha muitas posses”.

Enquanto isso, em Alagoas, era levantada a discussão por algumas autoridades sobre a importância do letramento⁴³, desde o período provincial. Os dois volumes organizados por Barros (2008) – constituídos das “Falas, Relatórios Provinciais e Mensagens Governamentais de Alagoas” -, dão-nos conta da situação e a busca, ao menos nos discursos, da melhoria da instrução pública em Alagoas. Isso se consolida nas leituras de Primitivo Moacyr (1940, p.17), ali ele retrata as constantes discussões sobre a implantação da instrução pública na Província, as dificuldades financeiras, a “qualificação” do professor, a necessidade de regras para nortear o ensino na Província, e assim por diante. São palavras do autor:

Em 1844, o Presidente Anselmo Francisco Peretti (Conselho permanente de Instrução Pública) foi em pessoa as escolas e afirma ‘não podendo ocultar, nem mesmo disfarçar o meu pensamento a quem devo dizer a verdade em sua plenitude, forçoso é significar-vos [diz ele a Assembleia] que o estado da instrução pública na província é a pior que se pode conceber.

É notável que a criação de escolas na Província e, nas primeiras décadas, do Estado de Alagoas, como foi possível verificar pelos depoimentos colhidos, de fato não apresentava o resultado desejado, inclusive nas condições pedagógicas, pois, para ser professor, como ressaltam Moacyr (1940) e Verçosa (2006) bastava saber o

⁴³Esse termo “letramento”, já antes usado neste texto, segundo pesquisas de Soares (2003) quer dizer que “se faz necessário alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torne ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”. Sob esse ponto de vista faço uma correlação entre o que define Soares e o percebido por mim das entrevistas realizadas: consigo ver a predominância explícita do alfabetizar nas práticas daqueles tempos, enquanto intrinsecamente se estava conduzindo a criança a ser letrado, evidentemente que para o seu tempo, espaço e condição social. Neste direcionamento, observando os relatos, percebo a fala de letradas, pois, usavam a alfabetização para desenvolver atividades no seu meio, como compra e venda de produtos, comércio local (bodegas). Neste cenário eles eram letrados, portanto, empregavam em seu dia-a-dia o que aprendiam na escola.

estritamente básico, caminhando assim na Província um ensino nem sempre bem ministrado.

Na Serra do Candará, zona rural de Palmeira dos Índios, onde a comunidade também buscava da forma possível se alfabetizar, destacou-se a Professora Maria Mestra, com sua escola particular, muito importante para o ensino na região, tendo sido, inclusive, responsável pelo aprendizado de sua mãe. Mas, muitas vezes o aprendizado da leitura e da escrita se dava em casa mesmo. Em entrevistada com a Sra. Maria de Lourdes Monteiro⁴⁴, sobre seu processo de alfabetização/letramento na serra do Candará, ela conta como foi alfabetizada pela mãe que conhecia um pouco das letras:

Sou filha de família pobre da serra do Candará, meu pai trabalhava no “alugado”, na roça para ganhar dinheiro para se manter, minha mãe, mulher que tinha grandes objetivos, mesmo da roça pensava no futuro, pedia sempre a meu pai que comprasse um ABC para me ensinar, mas ele nunca comprou, foi quando certa vez na compra de remédio para verme veio um livro de Jeca Tatu, ai ela foi juntando as letras, ela era excelente na matéria de assoletração, e me ensinou bem a ler [...].

A Sra. Lourdes mostra, assim, uma forma bastante usual à época de aprender a ler e escrever, mesmo dentro das limitações de cada família. Nesta região rural se destacou, por volta de 1916, a professora Maria Mestra, já referida nesse texto. Sendo uma moça solteira, filha de uma família grande, não casou e sabia um pouco ler e escrever, o que foi de grande importância para as crianças daquela comunidade. Admirada por todos, por sua dedicação e carinho com as crianças, procurava ensinar tudo o que sabia, tendo sido professora da Sra. Josefa Monteiro de Jesus que, com seu aprendizado na escrita e na leitura, conseguiu alfabetizar sua filha Lourdes Monteiro, antes mencionada.

Destaca-se, ainda, por volta dos anos de 1930, como professor, José Domingos, natural da referida serra. Ele colaborou com a instrução das crianças, ensinando-as a ler e escrever, bem como os fundamentos religiosos, com ajuda de um rico cidadão, o Sr. Miguel Monteiro, dono de muitas terras e muito religioso, que

⁴⁴Entrevista cedida dia 06 de janeiro de 2010, pela Sra. Maria de Lourdes Monteiro, em sua residência na cidade de Palmeira dos Índios, nascida em 04 de abril de 1926, filha de família pobre da serra do Candará, teve uma mãe perseverante, graças a ela tornou-se professora e desenvolveu na cidade na década de 1980, um grande projeto para as crianças carentes, que teve início em sua casa, mas, devido o grande número de crianças, passa para um espaço o qual foi denominado de FUDANOR (Fundação de Amparo ao Menor), o qual abriga crianças carentes da cidade retirando-as da rua: hoje atende meninos e meninas.

incentivava todos para a religião. Como confirma a Sra. Lourdes, sobre a ação do professor José Domingos:

Os ensinamentos religiosos foi uma espécie de freio educativo, eles aprenderam a viver, respeitar, agradecer, rezar as orações básicas, era uma espécie de educação que valeu porque serviu de freio para algumas coisas.

Esta fala corresponde ao que hoje chamam de ensinamentos para a formação do cidadão, eram os valores éticos, que após os anos de 1930 – depois do movimento cívico-militar liderado por Getúlio Vargas, chamado de Aliança Liberal – ainda tinha, entre nós, as bases da vida ancoradas na fé e na religião católica.

É em 1928 a 1930 o governo palmeirense é assumido pelo romancista Graciliano Ramos, aquele que depois ficaria famoso como expoente das letras nacionais. Sobre este período de governo, para surpresa, nada se encontra relacionado à educação no primeiro relatório feito pelo escritor/prefeito ao governo do Estado de Alagoas, em 1929. Nesse, que é tido como um dos modelos de relatório jamais apresentados por um administrador, são feitas menções à estrutura administrativa do município, sendo o autor enfático em sua conclusão, quando diz: “Evitei emaranhar-me em teias de aranha. Fechei os ouvidos, deixei gritarem [...] não favoreci ninguém. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fez falta” (RAMOS^{1 45}, 1976, p.169-170).

Naquele período, a cidade vivenciou uma prática administrativa severa, com o então prefeito seguindo a rigidez da Lei, independente da situação e dos envolvidos. O governo de Graciliano Ramos veio estabelecer algumas ordens na administração local, o que é confirmado em seu relatório.

O silêncio de Graciliano sobre a escola naquele relatório provavelmente se deve ao estilo econômico e conciso do escritor que se soma a pouca importância do poder público municipal no campo do ensino naquele tempo, pois em outros momentos ele não se cala sobre o tema. Em seu livro “Viventes das Alagoas” (1976), Ramos¹ faz referência à instrução na cidade, bem como no segundo relatório enviado ao governo do Estado de Alagoas, no qual diz:

Instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum, Canafístula. O Conselho [Municipal] mandou subvencionar uma sociedade aqui fundada por operários, sociedade que se dedica a educação de adultos.

⁴⁵Ramos¹ faz referência ao escritor, romancista Graciliano Ramos.

A sociedade a que ele se refere é o Montepio dos Artistas, fundado em 04 de maio de 1919, cujo objetivo era proteger os artistas da cidade (carpinteiro, sapateiro, pedreiro, engraxate), incentivar e assisti-los em momentos difíceis. Posteriormente ampliando-se, envolvendo a instrução aos filhos dos sócios e não-sócios, a sociedade citada teve papel fundamental neste aspecto, como enfoca o seu estatuto, no Art. 2º, que trata de sua finalidade: amparar menores, adolescentes e idosos; manter uma escola primária para associados, dependentes, também pessoas carentes da comunidade; promover cursos profissionalizantes que façam necessários para bom desenvolvimento da escola e comunidade; manter também direitos a associados, beneficentes e fundadores da sociedade, de acordo com o Art. 7º deste estatuto. (D.O.1995)⁴⁶.

O Montepio dos Artistas foi considerado de utilidade pública pela Câmara dos Deputados no projeto de nº 941, de 1949 (Anexo 1). Ele sempre buscou atender a todos no aspecto educacional, em meio à assistência aos necessitados. Como conta o Sr. Agostinho⁴⁷:

Os beneficentes se organizaram para ajudar os outros nos momentos mais difíceis, por exemplo, quando um artista adoecia, após as reuniões eles iam visitar este doente e sempre levavam um dinheirinho e feira para ele passar a semana até ele melhorar e voltar ao trabalho. Quando morria um membro a associação pagava o funeral e dava uma ajuda pra viúva pagar as outras despesas. **Como também cuidava da educação dos filhos dos beneficentes depois também dos filhos dos sócios (grifo meu).**

Dessa forma esta entidade colaborou significativamente com a educação em Palmeira dos Índios, tendo como destaque nesta época - precisamente em 1925 - Mestre Lúcio⁴⁸, que, segundo depoimento do Sr. Marcelino, seu ex-aluno, comenta: “O perigoso era uma ordem da pega, era um homem de idade, tinha um defeito no

⁴⁶Este estatuto foi reformulado e aprovado neste período, porém continuou com a mesma finalidade do anterior. O primeiro estatuto infelizmente foi perdido, quando pessoas de interesses divergentes assumiram a direção do Montepio dos Artistas. O mesmo sendo de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal encontra-se hoje somente nos “velhos papéis”: em seu lugar foi erguido um prédio sem que houvesse negociação alguma. Segundo o Sr. Agostinho (nota 47): *“forjaram uma documentação e destruíram o prédio para dar espaço a um hotel”*.

⁴⁷Entrevista realizada dia 02/03/2010 com o senhor Agostinho Monteiro Cordeiro, que foi diretor do Montepio dos Artistas na década de 1960, e hoje guarda todo legado documental que restou da Instituição.

⁴⁸O senhor Lúcio Felinto dos Anjos, conhecido como mestre Lúcio, era dono do Educandário Imaculada Conceição, o qual recebeu em 1955 a autorização da Câmara Municipal para o Poder Executivo conceder o título: Auxílio ao Estabelecimento, a quantia de Cr\$100 (cem cruzeiros) através da Lei 160 de 1954. (Anexo 2).

olho não enxergava bem, era muito carrasco. Ensinava bem, era pago pelo prefeito”.

Este depoimento sobre a atuação da Instrução no Montepio dos Artistas confirma a grande colaboração desta Associação para a instrução em Palmeira dos Índios.

Voltando ao segundo relatório enviado ao Governo Estadual, o Prefeito Graciliano Ramos não somente emite sua posição sobre a educação, como é enfático quando se refere à escolha das professoras, algo que já era preocupante em todo país (MOACYR, 1940; FÁVERO, 2005; VERÇOSA, 2006), visto que ainda nesse período a escolha de alguém para ensinar resumia-se no saber ler e escrever, além dos conhecimentos sobre a fé católica. Neste sentido, Ramos¹ (1976) diz, referindo-se as escolas da época:

Presumo que esses estabelecimentos são de eficiência contestável, as aspirantes a professoras revelaram, com admirável unanimidade uma lastimosa ignorância. Escolhidas algumas delas, as escolas entraram a funcionar regularmente, como as outras. Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão conteúdo, a habilidade precisa para ler jornais e almanaque, discutir política e decorar sonetos, passatempo acessível a quase todos os roceiros.

Há, na citação acima, uma preocupação explícita com o aprendizado e desenvoltura dos alunos, nessas escolas. Nesse relatório, o então Prefeito se refere ao povo dizendo que “o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão”. Temos aqui um discurso crítico, como o autor, que mostra, inclusive, a luta da sociedade palmeirense por seus direitos, entre eles a instrução.

A trajetória política de Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, porém, foi curta. Renunciando em 1930, seguiu para Maceió e assumiu a Direção de Imprensa Oficial do Estado de Alagoas, da qual se demite em 1931, para retornar a Palmeira dos Índios, onde funda uma escola no interior da sacristia da Matriz, que funcionou no período noturno.

Na verdade, a participação do mestre Graça para instrução palmeirense antecede este período, pois, como menciona Lima (1971, p. 98-99), em 1910, Graciliano Ramos instalou uma escola particular para atender “auxiliares do comércio, filhos de pais recursados, mas que não julgava necessário mandar suas

crias estudar fora, políticos jovens e modestos artesãos”. As aulas eram noturnas e o mestre cobrava de cada aluno a quantia de 20\$000 por mês. Ministrou aula, ainda, no curso de francês no Colégio Sagrado Coração, dirigido pela Sra. Laura Mota de Barros, professora muito empenhada no ensino primário na cidade.

Nos anos de 1930 o município veria maior incremento no ensino: em 1936, José Monteiro Bastos, vindo do Rio de Janeiro, onde passara um tempo trabalhando, criou uma escola na serra do Candará, para ensinar as crianças daquela localidade a ler e escrever e ao mesmo tempo aumentar sua renda familiar. Sua forma de ensinar, segundo sua filha Lourdes Monteiro, era cantando, e não ensinava muito, somente o ABC, o primeiro e segundo livro. Mesmo assim colaborou com instrução de algumas crianças naquela localidade.

É assim que podem ser traçados os primórdios da vida palmeirense que, em se formando como sociedade, constrói os modos de fazer a escolarização de seus filhos e filhas para a vida urbana ou, ao menos, que se desruraliza em parte, para o que se faz indispensável o acesso á cultura letrada. Mas esse é um assunto a ser tratado no próximo capítulo, para cuja leitura convido o leitor que até aqui me seguiu.

CAPITULO II

A EXPANSÃO DAS ESCOLAS E SEUS BENEFICIADOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – dos anos de 1930 à criação do Colégio Estadual Humberto Mendes

A partir do contexto sociocultural, econômico e político traçado brevemente no capítulo anterior foi que se encaminhou o perfil da educação escolar em Palmeira dos Índios, ampliando-se gradativamente o processo de letramento: mesmo dando sequência à predominância das casas-escola, cresce no município o saber ler e escrever.

O município de Palmeira dos Índios nasce e se desenvolve mais precisamente a base de atividades agrícolas e pastoris – estando as primeiras centradas no algodão, cultura que exigia significativa mão-de-obra para se desenvolver, na qual estavam inseridos os menos favorecidos, a massa que iria compor em definitivo a população palmeirense. A comunidade rural, que estava intrinsecamente ligada à atividade primária, pouco desfrutava do que a cidade crescente oferecia, sendo apenas o logradouro para a compra dos alimentos e bens necessários para a sobrevivência ou, então, para diversão.

Por força dessa estrutura social é que vai se configurar a sociedade palmeirense que chegará aos anos de 1930. A essa altura, no que tange à diversão, eram as festas da padroeira, juninas e natalinas que atraíam a população de todos os cantos, sendo então os momentos de encontro na praça principal da cidade: rodas de conversa, passeio nos brinquedos do parque, como barco, rodagigante e “estrivulim”⁴⁹ eram os principais atrativos para a moçada, sendo a santa missa o momento de parada onde todos iam para o pátio da Matriz – hoje Catedral.

No mais, as festividades eram fragmentadas em seus espaços de acontecimento, na praça predominava a população de classe baixa, que se divertia com o que era oferecido pelo poder público municipal, enquanto os mais abonados financeiramente ocupava os salões do Aeroclube. Sobre a condição da maioria dos

⁴⁹Termo que é sinônimo de “carrocel” e que é, na verdade, uma corruptela de “Tivoli”, nome de um parque de diversões famoso de Copenhagen (Dinamarca), que se tornou famoso no mundo inteiro desde os idos do Século XIX.

munícipes – sobretudo aqueles que viviam nos povoados e na zona rural – é emblemático o que conta o Sr. Zezé:

Meu pai comprou um par de sapatos, fui o primeiro a usar no povoado, todos me olhavam, mesmo o sapato sendo dois números maiores do que meu pé, pois já foi comprado de uma mulher da rua, que não deu mais para seu filho. Ia pra festa na rua (cidade), descalço, quando chegava no riacho, lavava os pés e calçava o sapato, na volta tirava o sapato botava no dedo, que era pra não gastar o solado e guardar para a festa do próximo ano.

Nessa fala tem-se a noção da estrutura socioeconômica da comunidade rural do município. Eles vinham para participar das manifestações culturais, como o pastoril, guerreiro, atividades do folclore alagoano que eram praticadas na cidade. Nessa estrutura econômica, é importante mencionar as mercearias, que comandavam o comércio, sendo Palmeira dos Índios o local de concentração econômica para sua circunvizinhança, pois era a porta de entrada para o Sertão alagoano, que era desprovido de tais mecanismos.

O meio de transporte era ainda predominantemente o lombo dos animais, pois a ferrovia tinha sua última estação em Quebrangulo. Para completar este trajeto, as pessoas e mercadorias contavam com o trabalho do Sr. João Bernardino, que teve papel fundamental, sobretudo no transporte de passageiros da estação de Quebrangulo para Palmeira dos Índios e vice-versa. Aqui já se contava com caminhões, ainda que pouco, sendo todas as estradas de rodagem com piso de terra.

A chegada da ferrovia *Great-Western*, em 1933, porém, vai alavancar a economia da cidade, pois, passa a receber passageiros oriundos de outras localidades que necessitam de hospedagem, alimentação, aquisição de produtos, transformando-se, enfim, a dinâmica da antiga cidade pacata, com movimentações durante o dia e a noite, sobretudo graças à chegada e saída do trem. Neste momento o Sr. João Bernardino continua carregador de malas, bagagens, enquanto passa a acordar os passageiros que dormiam nas pensões, pois o trem chegava às 22h e partia às 03h da manhã, fazendo, assim, com que a cidade contasse com grande dinamicidade durante o período diurno e noturno. Como feito, para essa nova feição da cidade, cito Barros (2006, p.54), quando menciona que:

[...] por causa dos passageiros, havia a Feira do Bacurau, na antiga Praça da Samba, onde se adquiriam frutas, pinhas, mangas, abacaxis, bananas, rapaduras. Uma atração para os passageiros, enquanto os maquinistas trocavam as máquinas, 'as marias-fumaças'.

O trem teve forte influência na vida dos palmeirenses, na economia da cidade: ele foi instrumento de progresso, interligando Palmeira dos Índios a outros centros produtores e de consumo, garantia de sobrevivência e de desenvolvimento para a região. Os escritos de Barros (2006) ressaltam a importância da ferrovia para este núcleo urbano, como responsável pelo movimento da cidade, ampliação do comércio, introduziu hábitos, ampliação do convívio entre as pessoas de diferentes localidades, enfim, sua função social, econômica e política, inclusive no surgimento de novas áreas urbanas. Infelizmente sua decadência foi inevitável com a expansão das rodovias nos anos de 1970, nesta área do Estado⁵⁰.

De qualquer forma, como a cultura é dinâmica, passando por transformações permeadas pelos valores, desta forma vale salientar que a influência trazida pela ferrovia nos anos de 1930 interferiu fortemente na feição da cidade. A trajetória carnavalesca, em Palmeira dos Índios, é um fato social que expressa essa dinâmica com bastante clareza. Tornando-se um forte atrativo para toda a região, pois era destaque não só no Estado, como também em outras unidades federativas, ali passam a sobressair os blocos e os bailes, animados por marchinhas, que abrilhantavam ainda mais o evento.

Para melhor retratar o fato, temos a fala do Sr. Davi, que assim descreve momentos carnavalescos da Palmeira dos Índios dos anos de 1930 e 1940:

O carnaval daqui era frevo, imitando o do Recife, bloco na rua [...] as prostitutas também faziam seu bloco, com balizas, todas fantasiadas, que era invejado pelas moças importantes da Palmeira, essas morriam de vontade de entrar [...] era muito bacana, no carnaval misturavam-se todos, depois iam para o clube, mas só a granfinagem [...].

⁵⁰Segundo depoimento do Sr. Davi Muniz de Almeida, a decadência deveu-se, também, ao fator político de quando no governo do Major Luiz de Souza Cavalcante (1961-1966), em visita a Palmeira dos Índios, que no momento era representada, na Assembleia Estadual, pelos deputados Juca Sampaio, Silvar Gaia, José Carvalho, Robson Mendes e Remi Maia. Estes, indiferentes ao governador, não compareceram ao evento, sendo este, recebido por engraxates, pessoas simples, o povão, em suma. Diante do que foi considerado um desaforo, mandaria o Chefe do Executivo Estadual abrir uma estrada de Taquarana para Arapiraca, fazendo com que Palmeira dos Índios perdesse todo fluxo de entrada e saída do Litoral e da Zona da Mata para as cidades do Agreste e Sertão alagoano.

Em sua fala transbordaram os risos, lembrando momentos felizes da época de menino, enquanto, ao mesmo tempo sentia falta daqueles momentos, deixando transparecer isso em seu semblante. Ao fazer um paralelo entre os entrevistados da zona rural, estes não mencionam participação nestas festas, apenas nas festividades religiosas.

Em relatos de Ramos¹ (1967), vemos que o Brasil é um país carnavalesco, representando Palmeira dos Índios um pouco deste todo, já que nesta festa contavam-se com “momentos de risos nervosos, gargalhada estridente que durava três dias [...] cantigas, danças, saltos, piruetas [...]”: o carnaval era reflexo de muita alegria.

No entanto, o Reverendo Pároco, Padre Macedo, em seus sermões, durante muito tempo atacava a grande festa, até que um aliado considerável do vigário viesse a entrar na folia, a partir deste ingresso, ele percebeu que tinha perdido terreno, passando a admitir a festa pagã, limitando-se a condenar exageros, desde que se fosse pagar a penitência na Quarta Feira de Cinzas.

Ramos¹ (1976) assim descreve o Carnaval palmeirense daqueles tempos:

Desfilam cordões, aproximam-se bandeiras em cumprimentos, e as cantigas do ano passado aperfeiçoaram-se. Abrem-se garrafas de cerveja. [...] duas charangas capricham nos sambas e nas marchas. A cidade não tem razão para se envergonhar. O largo ver-se enchendo. Na vizinhança crescem os rumores dum frevo honesto.

A festança reunia todas as famílias como também parentes e amigos de outras localidades, que vinham para se alegrar no carnaval da cidade, que contagiava a todos, nos frevos tocados por grandes orquestras de Alagoas e Pernambuco, diferentemente de hoje, quando se destaca o grande palco do consumismo acirrado, onde o capitalismo determina a folia.

Além do carnaval, Palmeira dos Índios apresentava um intenso movimento cultural, como vaquejadas, cavalhadas, pastoris, guerreiros, procissões religiosas, romarias para o cruzeiro durante a Semana Santa, leilões e os inesquecíveis forrós, estes não somente na época junina, mas durante o ano inteiro, principalmente na área rural, pois a necessidade de sociabilidade conduzia todos a se divertir, com os forrós em diferentes casas, nos finais de semana.

Neste momento de alegria constante na área rural, dentro dos traços culturais de um povo, é relatada pelos entrevistados uma forma de diversão e ajuda mútua: a tapagem de casa, comum nos sítios, para construir a casa de alguém: durante o dia os vizinhos se reuniam para fechar as paredes com o barro e à noite promovia-se o grande samba para formar o piso. Nesta ocasião o conhecimento popular se extravasava com as modas tiradas por cantadores, envolvendo a “intelectualidade” do homem da roça, considerado por muitos, selvagem, mas que ali expunha um traço nato, onde muitas vezes o letrado não consegue desenvolver tal habilidade.

É nesse clima, com a ampliação da demanda e o “compromisso” do poder público com a sociedade que surge das políticas produzidas pelo movimento político de 1930, que se inaugura em Palmeira dos Índios, em 1932, o Grupo Escolar Almeida Cavalcante⁵¹, primeira instituição pública estadual de ensino sediada na cidade, segundo os moldes da escola moderna, ao menos em sua estrutura organizacional inicial. Ela surge como os demais grupos escolares de Alagoas, primeiro no papel, nos decretos, procurando-se depois uma casa para efetivar a escola.

Desta forma o grupo escolar passou a funcionar inicialmente no interior do prédio da Prefeitura Municipal, cedido pelo então prefeito á época, Pedro Soares da Mota⁵². Teve como primeiro diretor o professor Orlando da Costa e as quatro mulheres, professoras, com menciona Ramos¹ na citação abaixo, eram Lourdes Barreto, Antonieta Lemos, Deolinda Araújo e Lili Torquato.

Em texto de Graciliano Ramos, sobre a escola alagoana, quando foi ele Diretor da Instrução Pública Estadual, em 1935, encontra-se descrito, ao modo bem próprio do autor, a estrutura do grupo Almeida Cavalcante:

Em Palmeira dos Índios, havia um desses, pessimamente instalado no prédio da prefeitura. Móvel nenhuma. Cada aluno levava sua cadeira, cada professor adquiria uma banca. Quatro mulheres e 152 crianças trabalhavam ali em 1933. Provido de bom material, esse estabelecimento tem hoje oito professores e 374 alunos. Dentro de dois meses será inaugurado o excelente edifício que para ele se está construindo. (RAMOS, apud VERÇOSA, p.61)

⁵¹O grupo escolar recebeu este nome em homenagem ao General do Exército Brasileiro Manoel Almeida Cavalcanti, parente de Francisco Cavalcante, prefeito de Palmeira dos Índios em 1937. Os Almeida Cavalcanti residiam no sobrado, ainda existente, na Praça da Independência. (Arquivo da Escola Estadual Almeida Cavalcante).

⁵²O então prefeito era pecuarista no município e ficou no cargo de 02 de novembro de 1930 – após a renúncia de seu antecessor, Graciliano Ramos – até 02 de fevereiro de 1933 (TORRES¹, 2003).

É neste período que surge a primeira professora diplomada em Magistério pela Escola Normal de Maceió, Ananete Lima de Macedo, ex-aluna do Externato Santa Terezinha do Menino Jesus, mencionada anteriormente de forma breve. Tendo sido nomeada para lecionar na Escola Isolada de Santana do Ipanema, após três anos, conseguiu sua transferência para Palmeira dos Índios, onde foi ser diretora e professora no Grupo Escolar Almeida Cavalcante que, segundo diz Ramos¹, começa com uma estrutura precária, o que é confirmado pela fala de Lourdes Macedo⁵³:

Tudo era muito rústico, cada criança levava seu caixote para sentar, enquanto preparavam a chegada das carteiras, depois começou a construção do grupo escolar, a comunidade ajudou, aí se passaram para o prédio, nessa época já tinha mais professoras se formando, antes ela era professora e diretora ao mesmo tempo.

A contribuição da Professora Ananete Macedo para a escolarização da sociedade palmeirense foi fundamental, por isso merece destaque sua trajetória neste cenário. Além de professora e diretora, também foi a primeira mulher a ser vereadora em 1935, quebrando os tabus de até então, mostrando que as mulheres também eram capazes de participar da vida política do município. Com toda sua vida marcada pela educação, exerceu o magistério por cinquenta anos, trabalhando nas mais renomadas escolas do município, dentre elas o Colégio Pio XII. Mesmo após sua aposentadoria, não se entregou à ociosidade, passando a ministrar aulas particulares em sua própria residência.

É desse período, também, o Educandário Sete de Setembro, que oferecia o ensino infantil, primário, secundário, supletivo e complementar, da professora Rosa Eulália Pimentel ou Rosinha Pimentel⁵⁴, como esta era conhecida por todos. Faz-se necessário, nesta passagem, um olhar especial para o prédio desta escola:

⁵³Entrevista concedida pela Sra. Lourdes Macedo, conhecida como Lurdinha, filha da primeira professora diplomada em Palmeira dos Índios, a Sra. Ananete Macedo, no dia 01/12/2009, em sua residência, em Maceió.

⁵⁴Rosinha Pimentel ministrou aula no Colégio Sete de Setembro, do qual era dona. Nasceu em 06 de fevereiro 1888, fez o curso Normal na Escola de Trabalhadoras Cristãs – Colégio Americano Batista – em Recife. Em 1936 já era dona do Educandário Sete de Setembro, sediado na Rua Major Cícero de Góes Monteiro e, em 1944, mudou-se para o prédio próprio, na Praça da Independência(VIANA, 2008).



Figura 3 - Prédio do Educandário Sete de Setembro-1944

Fonte: Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Arte

Para mais pormenores da história desta escola, contribuiu o depoimento do Pastor Israel⁵⁵, quando falou da professora Rosinha e da própria escola. Segundo ele, professora Rosa Eulália Pimentel tinha a seguinte postura:

deixou-se dominar sempre por um santo ciúme de seu Educandário à ponto de não confiar a nenhuma outra Professora, o ensino do Jardim da Infância e do Admissão ao Ginásio. Ela sempre dizia que queria ensinar as primeiras e a últimas letras de sua Escola. Dizia ela que quando a criança aprendia a ler e escrever erradamente, continuava fazendo errado até o final da vida. Até a posição de pegar no lápis para escrever e o modo como escrevia as letras tinha que ser corretamente.

Segundo o depoente, tinha-se aí uma professora, eximia alfabetizadora, procurada pela sociedade palmeirense, sendo ela sempre relevante para a educação alagoana⁵⁶, bem como para a comunidade palmeirense. As famílias de projeção na cidade tiveram seus filhos matriculados no Educandário Sete de Setembro e jamais vieram a ter decepções, como relata o Pastor Israel.

Datada de 1940, foi uma escola particular que ocupou lugar de destaque na cidade, no Estado e fora dos limites de Alagoas pelo seu jeito de fazer aprender. Sempre teve reconhecido seu trabalho em qualquer lugar em que seus alunos se submetessem a exames. Não somente zelava pelo ensinar a ler e escreve, contar, mas também educar – com educação e ensino andando juntos. A metodologia,

⁵⁵ Entrevista online, realizada no dia 25/10/2010, com o Pastor Israel Pinto Pimentel, sobrinho e ex-aluno da professora Rosinha Pimentel.

⁵⁶ Anos após seu exímio trabalho educacional a Professora Rosinha Pimentel (*in memoriam*) foi homenageada pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas através da **Comenda do Mérito Educativo Alagoano**, pelos relevantes serviços prestados à causa da educação em Alagoas, em 17 de dezembro de 2010.

porém, primava pela velha rigidez dos tempos passados, ainda que já se estivesse nos anos de 1940 e a pedagogia mais avança no mundo já fosse fundamentada nos cânones da psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, via Escola Nova ou Jean Piaget. Segundo depoimento de um de um ex-aluno, o Sr. Aberaldo Alves de Carvalho⁵⁷:

Tinha ordem, todos obedeciam e aprendiam, os castigos eram severos, o uso da palmatória, uma régua bem grande e puxões de orelha, quem não cumprisse as ordens era punido, porém nenhuma família repreendia ou discutia com a professora, ela tinha autonomia para exercer a função e era muito respeitada por toda sociedade palmeirense.

O fato é que ainda hoje, em pleno século XXI, os ensinamentos da Dona Rosinha são referendados como troféu por seus ex-alunos. Segundo alguns deles, ela não tinha a escola apenas como lugar de ensinar a ler e escrever: era espaço onde se aprendia também as boas maneiras. Os modos de se comportar diante de autoridades, de sentar à mesa, usar os talheres, ter postura. Isso era, segundo eles, preocupar-se com a formação integral do aluno, “que era para não passar vergonha em determinadas situações”. Quanto à aprendizagem, seus alunos se destacavam nas escolas da capital ou em Recife, que eram os lugares onde eles continuavam os estudos.

Abonando estes fatos relatados acima, transcrevo, a seguir, um trecho do depoimento do Sr. Aberaldo Alves de Carvalho:

[...] fui a Recife para fazer uma seleção para a Marinha, apesar de não querer nem meu pai, mesmo assim fui, a prova era escrita, composta por vinte questões, incluindo Português, Matemática, Historia e Geografia. O instrutor copiou as questões no quadro-negro e à medida que ele terminava a questão, eu terminava a resposta. Na vigésima questão terminei junto com ele, o instrutor sentou para esperar que a turma fizesse dentro do prazo determinado, quando me levantei e fui até o birô, ele me manda responder a prova, e digo que quero entregar. Ele arregala os olhos, pega minha prova, olha de cima a baixo e pergunta de onde sou, sou de Palmeira dos Índios/AL, e ele me pergunta se fui aluno de dona Rosinha? Sim.

⁵⁷Entrevista concedida pelo Sr. Aberaldo Alves de Carvalho, no dia 20/10/2009, em sua residência em Palmeira dos Índios.

Este depoimento mostra a eficácia e dedicação da tão renomada professora, que teve grande parcela de contribuição para o ensino em Palmeira dos Índios num período em que o letramento era privilégio de um grupo.

Assim foi pautado o trajeto dos primeiros passos da educação escolar em Palmeira dos Índios, com suas dificuldades na área pública e no crescimento das escolas particulares, ambas contribuíram para este contexto histórico no município. Na década de 1940, em Palmeira dos Índios: é possível dizer que a instituição escolar já era tida como essencial, sendo imensa a relevância dada pelas famílias neste cenário de aprendizagem. Infelizmente este êxito, como em todo o Brasil, continuava sem atingir a todos os jovens daquela sociedade, pois a mão-de-obra continuava sem letramento. Como enfatiza Vieira (1995, p. 8), “a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também sob formas ‘surdas’, ‘implícitas’”.

De qualquer modo, os dados referentes ao contexto escolar brasileiro, nos anos de 1930, dão conta do seguinte panorama:

TABELA 1 – ATENDIMENTO ESCOLAR NO BRASIL NO PERÍODO DE 1932/1938

Dependência administrativa	Ano	Unidade escolar	Corpo docente	Matricula	Conclusões de cursos
Ensino Federal	1932	261	2.211	35.031	3.857
Ensino Estadual	1932	15.719	36.583	1.376.035	81.263
Ensino Municipal	1932	5.290	9.613	363.515	19.664
Ensino Particular	1932	8.678	27.618	499.632	43.661
Ensino Federal	1938	239	2.477	32.253	8.576
Ensino Estadual	1938	19.258	48.530	1.868.863	129.812
Ensino Municipal	1938	12.101	17.036	738.088	36.448
Ensino Particular	1938	12.206	39.428	840.232	113.800

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Vol. V, ano 1939/1940: p. 711.

Este quadro mostra uma oscilação entre as instituições de ensino público e privado, diferenciando deste a ampliação das unidades de ensino até o número de concluintes de cursos. Neste panorama geral do ensino no país, o Estado de Alagoas, a se considerar a realidade de Palmeira dos Índios, presente no capítulo anterior, apresenta uma base educacional das mais frágeis, bastante semelhante as diversas Províncias/Estados brasileiros que também vinham lutando por ensino para sua população. Para esta afirmação, cito um trecho dos escritos de Moacyr (1940, p.06), quando ressalta a luta para a implantação da instrução pública. Segundo ele,

já na Assembleia Constituinte de 1823, em debates dos representantes das Províncias, tem-se a seguinte fala:

Os povos pagam um tributo especialmente consignado de tempo imemorial para se prover a educação da mocidade. Ele é rendoso e sobeja para o fim que se paga. Ao menos dê-se-lhes escolas de primeiras letras e latim, enquanto lhes não facilitamos o acesso às ciências maiores, por uma regular distribuição de cadeiras em todas as províncias mais notáveis do nosso continente. (fala do Sr. A. Ferreira França – Bahia).

A fala deste representante baiano mostra o descaso com a implantação da instrução pública nas Províncias do então Império brasileiro, que se efetivaram de forma muito rudimentar, pois havia uma preocupação em não somente criar a escola, mas depois mantê-la. E o sistema educacional alagoano se instala não diferentemente dos demais: quando conseguiu sua independência territorial, não havia na região quantidade suficiente de pessoas letradas para a quantidade de postos de trabalho que foram imediatamente criados, dificultando assim até a ocupação dos cargos públicos. Para o ensino mandava-se, conseqüentemente, quem simplesmente sabia ler e escrever.

Nesse contexto destaco a situação da implantação do ensino em Palmeira dos Índios. Após alguns relatos nas entrevistas ficaram explicitadas algumas situações que conduziam a ser professor ou mestres: a professora era separada, por isso foi ensinar para ganhar um “dinheirinho”, ou era tia, ou moça velha, porém sabia ler e escrever, contar e rezar, daí poder ser professora, ou, o que é pior, era algum homem que não tinha competência para outras atividades.

Neste período, já correndo o século XX em toda a sua plenitude, o papel da mulher foi fundamental ao letramento, ainda que a feminilização do magistério tenha surgido na segunda metade do século XIX, como tem-se observado nas falas dos entrevistados, ainda que as atividades das meninas estivessem predominantemente voltadas para as atividades domésticas ensinadas pela mãe.

Com relação ao ensino para meninas, ainda por volta do século XIX os escritos de Moacyr (1939, p. 72) dão conta de que o presidente da Província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto, apresenta a evidência deste fato, quando relata em 1837 o funcionamento de 129 escolas públicas para meninos, sendo 100 de primeiro grau e 29 de segundo grau, com uma frequência total de 4.857 alunos. Já para as meninas o número total era de apenas 14 escolas de primeiro grau com uma frequência de 352 alunas.

[...] entre estes, constam-se poucas meninas, porque, além de faltarem geralmente cômodos para elas, em lugares separados, há da parte dos pais ou educadores, alguma repugnância em tê-las entre os meninos.

Assim, ainda que se tenha a diminuta presença de professoras nos primórdios do Império, pois a permissão a acessibilidade era restrita aos meninos, a função sob a responsabilidade das mulheres vai ganhando respaldo com o passar do tempo. Neste momento, segundo Chamon, que delineia a entrada da mulher no magistério,

o incentivo à frequência das escolas normais partia do ideário das políticas públicas, que apelavam para uma missão civilizatória e patriótica das mulheres como mães e educadoras. Por outro lado, a oportunidade de ter um maior acesso ao espaço público, quer frequentando as escolas normais, quer atuando como servidoras da pátria no sistema de ensino elementar, constituía uma nova possibilidade para as mulheres abrirem uma fresta nos estreitos limites que a ideologia patriarcal lhes impunha.

Na busca por instrução, vale mencionar a existência, na Província das Alagoas, por volta de 1856, do gabinete de leitura, no mesmo modelo dos já instalados em outras partes do Brasil, com o intuito de despertar a leitura, condição que indicava desenvolvimento para uma nação, porém apenas um grupo seletivo ocupava estes espaços, abrindo grande discrepância entre a maioria analfabeta e a reduzida parcela da sociedade letrada.

Segundo Silva (2009, p.199), em suas pesquisas sobre gabinete de leitura em Alagoas,

[...] do pouco que se sabe, destaca-se o acervo de mais de dois mil livros, incluindo volumes oriundos de doação, não foram percebidos indícios da frequência dos virtuais destinatários – o povo. Contudo seriam necessários outros dados que justificassem tamanha ineficiência, a ponto de se afirmar que suas portas permaneceram fechadas.

De qualquer modo, é visível a busca permanente pela implantação da instrução, cujas condições precárias chegam até os anos de 1930 arraigadas aos modos herdados dos períodos Colonial, Imperial e mesmo da chamada República Velha, dificultando a eficácia de atividades voltadas para a formação intelectual da Capitania/Província e do Estado, conforme se pode constatar das discussões e relatos sobre a situação em Craveiro Costa (1931), em Primitivo Moacyr (1940) e em

Elcio Verçosa (2006), apenas para citar três autores que se debruçam sobre a educação escolar em Alagoas.

É notório nesta parte da história do ensino no Brasil que, nos anos 1930, a presença da Igreja Católica era forte no ensino, segundo dados do Anuário Estatístico do IBGE (1939/40, p.717). Ao ver os dados vislumbra-se que a Igreja Católica sempre deteve a primazia da educação no país e em Alagoas. Se, quando nos reportamos ao período Colonial, a grande base educacional vem da Companhia de Jesus, depois, com a presença das congregações religiosas a partir do Século XIX, mesmo com as escolas públicas começando a ocupar espaço, há a forte influência da Igreja, inclusive por meio da ação dos párocos, quando as comunidades não contavam com ordens ou congregações religiosas voltadas para tal fim.

Palmeira dos Índios teve também o respaldo desta interferência da Igreja Católica na educação, quando nos anos de 1940 a cidade recebe duas escolas católicas particulares mantidas por congregações religiosas que ali se instalando uma para meninos, administrada por padres, e outra para meninas, mantida por freiras.

O Estado de Alagoas naquele período possuía 945.156 habitantes, enquanto Palmeira dos Índios era habitada por 51.912 pessoas e uma área de 1.156Km² (Recenseamento Geral do Brasil, p. IX: 1952), tendo sua base econômica assentada ainda na agropecuária, com perfil industrial bastante limitado. O setor educacional já contava com melhor estrutura nos estabelecimentos públicos e particulares, os quais atendiam parte da demanda estudantil. A tabela abaixo mostra pormenorizadamente a situação da instrução em Palmeira dos Índios na década de 1940:

TABELA 2 – PALMEIRA DOS ÍNDIOS – EDUCAÇÃO ESCOLAR - 1940

INSTRUÇÃO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Sabe ler e escrever	6.724	3.466	3.258
Não sabem ler nem escrever	36.589	17.426	19.163
De instrução não declarada	111	41	70

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1952, p.94

Com os dados apresentados pelo IBGE, é notável a discrepância entre os que sabiam ler e escrever e os que não sabiam ler nem escrever, o que comprova a necessidade de ampliar seus estabelecimentos de ensino. É nesse momento que

fixam raízes em Palmeira dos Índios os Colégios Pio XIX e Cristo Redentor, trazidos para a cidade por intermédio do pároco Monsenhor Macedo⁵⁸, que teve grande influência na vida da sociedade – e, portanto, também, na educação - de Palmeira dos Índios.

Observando a instrução por gênero, as mulheres prevalecem entre os sem instrução, sendo isso justificado numa fala do Sr. Marcelino que diz: “a mãe ensinava a filha o que sabia, as coisas de casa, costurar, bordar”, estando essa postura de acordo com os dados do IBGE (1952, p.94) quando menciona que havia 10.235 pessoas envolvidas em atividades domésticas e escolares.

Em 1940, Palmeira dos Índios apresentava um total de 133 habitantes com mais de 80 anos, dos quais apenas 26 sabiam ler e escrever - sendo 14 homens e 12 mulheres (IBGE, 1952, p.95). Estes dados refletem os limites do letramento ainda no final do século XIX. Palmeira dos Índios possuía, na década de 1940, segundo dados do IBGE (1952, p.61. tabela 59), 34 pessoas com o grau médio completo, sendo 9 mulheres e 25 homens, enquanto que, com grau superior, existiam apenas 13 habitantes – sendo 12 homens e unicamente 1 mulher, a senhora Ana de Assis Vieira Sampaio, que tinha se formado em Direito no Recife. Aqui é que a grande disparidade entre sexos, no campo educacional, salta aos olhos: graças ao fator cultural, a mulher era mantida em casa, enquanto o homem podia “sair”.

Ora, estando às faculdades instaladas longe do município, em Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro ou já em Maceió, não era permitido que a mulher seguisse para continuar os estudos longe da família, sendo isso prerrogativa masculina, desde que se tivessem posses para pagar os estudos fora de sua cidade.

Segundo o IBGE (Anuário 1939/1940, p. 767), no final dos anos de 1940 Alagoas possuía 36 municípios e exatamente 36 estabelecimentos de ensino

⁵⁸Nascido em 03/12/1881, no Engenho Olho d'Água (Arapiraca), - hoje Limoeiro de Anadia, Padre Macedo, em sua juventude, optou por ser militar, e seguiu para Maceió, mas, devido sua pouca idade e instrução, não foi possível realizar seu desejo. De 1901 a 1905 foi aluno do Colégio Salesiano em São Cristóvão/SE, e, em 1906, conseguiu ser admitido no seminário de Nossa Senhora da Assunção, na recém-criada Diocese de Maceió. Primeiro sonhando com a vida militar e tento tido, nas escolas que frequentou, sempre o predomínio da disciplina, preparando-se para o sacerdócio, sempre numa luta entre a dúvida e a esperança, em 08 de dezembro de 1912 foi ordenado sacerdote e celebrou sua primeira missa em sua terra natal – Arapiraca – que, na época fazia parte do município de Limoeiro (MACEDO, 1962?).

primários estaduais⁵⁹, não havendo, então, ensino público municipal. Palmeira dos Índios contava justamente com uma dessas unidades escolares – o Grupo Escolar Almeida Cavalcante, já mencionado.

O final da década de 1940, precisamente em 1948, assume a prefeitura o comerciante Manoel Passos Lima. Em seu mandato a Instrução Pública Municipal foi um marco, criando ele, naquele momento, a Diretoria de Educação, cujo objetivo era dinamizar a escolarização de seus munícipes, para tal selecionando os povoados que seriam contemplados com uma escola. Neste período, Palmeira dos Índios contava com treze escolas e ao término do seu mandato um total de 65 unidades de ensino, que atendiam as comunidades: urbana e rural. (TORRES², s/d.).

Nesta trajetória educacional seria inconcebível deixar de mencionar a ação do então pároco de Palmeira dos Índios, Monsenhor Francisco Xavier de Macedo, ou, simplesmente, Monsenhor Macedo, que chegou a Palmeira dos Índios em 12 de março de 1920, quando tomou posse da paróquia de Nossa Senhora do Amparo, ali permanecendo até 1963, quando faleceu.

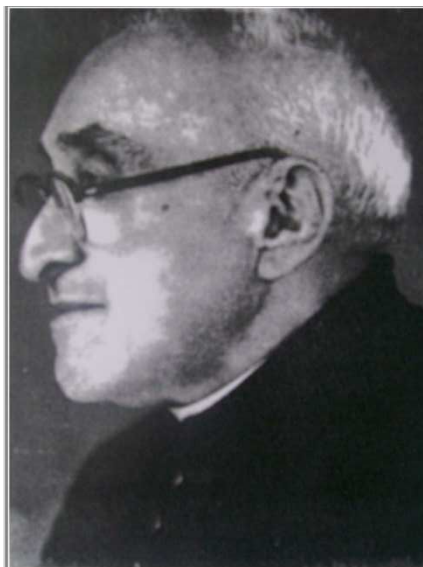


Figura 4 – Foto do Monsenhor Macedo
Fonte: Macedo (1962?)

⁵⁹Ainda a essa altura, mesmo com a substancial ajuda do Governo Federal após as mudanças encaminhadas com o movimento político nacional de 1930, os estabelecimentos públicos de ensino funcionavam com diferentes estruturas, ocupando prédios próprios (18), alugados (08), cedidos gratuitamente (06) e não declarados (03), (Anuário 1939/1940).

O Monsenhor – como era comumente chamado – caracterizou-se pelas atitudes severas e, sempre muito autoritário, procurou dinamizar o catolicismo da região palmeirense. Nesta luta tornou-se um marco na dinâmica educacional, destacando-se no campo da Literatura, tendo criado o semanário “O Índio”, em 1921, o qual permaneceu em circulação até 1925. Esse jornal tinha como objetivo oferecer oportunidade aos intelectuais locais para divulgarem seus escritos e irem aperfeiçoando seu estilo literário, ao mesmo tempo em que fazia os registros dos acontecimentos da sociedade.

Em 1922, em homenagem ao centenário da Independência do Brasil, editou O Álbum do “O Índio”. Entre suas iniciativas destaque, ainda, a construção da casa paroquial onde reside atualmente o Bispo Diocesano, o salão Dom Bosco, onde funcionou a primeira Escola Normal Dom Bosco e, que serviria, também, como teatro para a juventude. Por essas ações é possível perceber a influência do Monsenhor na cultura palmeirense.

Em suas pregações para as comunidades, Monsenhor Macedo sempre carregou consigo o inconformismo por ver a população rural sem uma assistência espiritual mais frequente, pois os habitantes dos povoados e do campo só recebiam o pároco uma vez ou outra. No sentido de minimizar esse problema, ele manda construir as capelas do povoado Anum Novo, Igaci, Lagoa do Caldeirão, Serra da Mandioca e reconstruir a de Cacimbinhas.

As atividades de Monsenhor Macedo à frente da Igreja Católica de Palmeira dos Índios foram fundamentais para justificar o fato de que a paróquia de Nossa Senhora do Amparo estava à altura de se tornar sede de uma nova Diocese. Tendo sido do Monsenhor a iniciativa da demanda, passaram-se, porém, dez anos para que se concretizasse sua meta, por ato do Papa João XXIII, em 10 de fevereiro de 1962. (TORRES², s/d).

Na área da saúde ele também foi fundamental, tendo fundado o Hospital São Vicente, que passou a atender a população da comunidade palmeirense. Mas foi na educação seu grande destaque, tendo sido o principal responsável pela vinda de dois grupos religiosos – um masculino e outro feminino – para a criação, na sede do município, de dois colégios, cujo objetivo era formar novas lideranças e dirigentes

bons e cristãos. É assim que chegam os Padres do Sagrado Coração de Jesus⁶⁰ para criar o Colégio Pio XII e as freiras da Congregação das Filhas do Amor Divino⁶¹, para fundar o Colégio Cristo Redentor. Para tanto, Monsenhor Macedo formou uma comissão⁶² com palmeirenses para que juntos pudessem estudar o que melhor conviria à comunidade.

No campo da educação Monsenhor Macedo tinha uma visão futurista e percebia sua responsabilidade diante daquela sociedade, como referência social, política e econômica, razão pela qual articula a vinda destas duas escolas que iriam contribuir com o desenvolvimento da comunidade palmeirense e seu entorno.

Não há como negar que a cidade de Palmeira dos Índios, para prosperar, tinha necessidade de escolas para além do nível elementar, já que até o final dos anos de 1940 contava apenas com um grupo escolar estadual e “escolas” públicas e particulares de ensino primário⁶³, que não atendiam a demanda sequer naquele nível de ensino. Ainda que cobrando mensalidades, portanto, as novas escolas do nível secundário passariam a ter grande importância educacional.

Nesse momento a sociedade já contava com o Montepio dos Artistas e a Maçonaria, os integrantes dos dois clubes se articularam para conseguir junto ao governo estadual uma escola pública e gratuita de nível mais elevado. Segundo Melo (2003, p.15), àquela altura (década de 1940) “Palmeira dos Índios disputava com Penedo e Viçosa a hegemonia intelectual do interior de Alagoas, visto que ambas dispunham de estabelecimentos de ensino superior aos de Palmeira”. É aí que vemos marcada a intervenção da Igreja Católica, acirrando-se um conflito político que tem como líderes, de um lado, o interventor estadual Ismar de Góes Loureiro e o interventor municipal José Pinto de Barros que contribuíram para o não atendimento imediato da demanda do setor educacional. Neste cenário a influência

⁶⁰Congregação Religiosa masculina foi fundada pelo francês Leon Dehon, na segunda metade do Século XIX, tendo chegado ao Nordeste brasileiro – em Recife, mais precisamente -, em fins daquele mesmo século. Hoje, ausente de Alagoas, onde teve inúmeras paróquias, os Padres do Sagrado Coração de Jesus (SCJ) – hoje mais conhecidos como deonianos -encontram-se nos cinco continentes, com presença marcante no Brasil, inclusive no Ensino Superior (VIANA, 2008).

⁶¹A Congregação, que teve origem na Áustria, em 1868, com Madre Francisca Lechner, hoje está instalada em 18 países de três continentes: América, Europa, África. (ARQUIVO DA CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DO AMOR DIVINO).

⁶² Fizeram parte desta comissão os integrantes da sociedade palmeirense: Manoel Passos Lima, Manoel Sampaio Luz (Juca Sampaio), José Pinto de Barros, Aristeu Teixeira Cavalcante, Leonardo Pinto, Lourival Pantaleão, Tenente José Antonio, D. Fernandes Gomes, Pe. Luiz Ferreira. Segundo Torres¹(2003, p.3), este grupo iria decidir o futuro dos jovens palmeirenses.

⁶³É o ensino que corresponde hoje à primeira etapa do Ensino Fundamental que vai do 1º ao 5º ano.

da Igreja foi primordial para minimizar o problema, a partir do momento em que conseguiu a vinda dos dois colégios religiosos para a cidade.

O Colégio Pio XII (1945)⁶⁴ se instalou no sopé da Serra da Boa Vista, em terreno do Sr. Manoel Gomes, espaço ocupado por sua marcenaria e que foi desapropriado pelo então prefeito, nomeado pelo regime do Estado Novo, José Pinto de Barros, o local foi escolhido por ficar próximo ao centro da cidade, além de poder atender perfeitamente ao crescimento almejado por seus dirigentes.



Figura 5 - Fachada do Colégio Pio XII
Fonte: Souza (2010).

A chegada do Colégio Cristo Redentor, que inicia seus trabalhos em 1944, tinha como principal meta a instalação de uma Escola Normal para moças, pois, como já assinalado, havia muita dificuldade para que as meninas concluíssem seus estudos em Maceió ou em outra cidade. Foi Monsenhor Macedo, que conhecia o trabalho das freiras da Congregação das Filhas do Amor Divino em Patos/Paraíba, em contato com Dom Fernando Gomes, Bispo de Penedo, quem solicitaria a vinda das irmãs e a instalação da referida escola.

⁶⁴O colégio pertencente à Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus teve sua fundação no dia 14 de julho de 1946, sendo seu primeiro diretor o Pe. Paulo Dimas de Brito, que conduziu esta casa de ensino até 1959. O Colégio teve como objetivo atender aos jovens palmeirenses que, até então, eram atendidos pelas escolas primárias particulares ou pelo Grupo Escolar Almeida Cavalcante, o qual, ainda que atendesse, em geral, os filhos das famílias mais pobres, teria vários de seus egressos – pagando ou pelo regime de bolsas – também como seus estudantes.

Aceito o convite pela Madre Provincial, Palmeira dos Índios aguarda ansiosa uma escola que viria a ser um marco para o crescimento intelectual da sociedade feminina. Em 20 de fevereiro de 1944 chegam as irmãs que vão fundar a Escola Normal Rural Cristo Redentor. Vieram para esta missão às jovens Irmãs: Maria Anunciada Caldas (supervisora), Maria Zélia Nóbrega (encarregada de pedir donativos), Maria Cornélia Antunes de Souza (Professora). Maria Adelaide Pinto de Queiroz (encarregada do internato), acompanhadas pela Madre Provincial, Irmã Cristina Vlastnik,(Arquivo da Congregação).



Figura 6 – As primeiras freiras do Cristo Redentor – 1944 - acompanhadas pelos padres, dentre eles Monsenhor Macedo – no centro.
Fonte: Arquivo da Congregação das Filhas do Amor Divino

A recepção às religiosas contou com a presença da sociedade local, em específico um grupo de jovens que pertenciam a Escola Normal Dom Bosco, já existente na cidade. No momento, o capelão, Pe. Luiz Cirilo e Monsenhor Francisco Xavier Macedo também aguardavam o encontro com as religiosas. As saudações de boas vindas foram dadas pelo Prof. Pedro Teixeira e, em seguida, a Irmã Cornélia faz os agradecimentos em nome da Madre Provincial.

A fixação das religiosas na cidade logo atraiu a juventude feminina dos grupos sociais mais aquinhoados, ainda que recebesse moças de famílias pobres, as quais, como bolsistas, tinham o ensino em troca de serviços prestados ao colégio. A estrutura da escola contou com donativos da sociedade palmeirense, adquiridos sob a coordenação do Monsenhor Macedo.

A inauguração do prédio do colégio ocorreu em 1º de março de 1944, tem início as aulas em 17 de março, após o exame de Admissão para o curso normal. A trajetória desta escola na cidade é relevante, desde seu início: além da educação escolar das moças, eram ali ensinadas a arte, a culinária, atividades que envolviam a mulher, enfim, de modo a torná-las “moças prendadas”. Sua credibilidade somente cresceria nas décadas seguinte, atendendo discentes de vários municípios circunvizinhos⁶⁵.



Figura 7 – Primeira sede da Escola Normal Cristo Redentor (1947)

Fonte: Arquivo do NEPEF



Figura 8 - Sede atual do Colégio Cristo Redentor - 2010

Fonte: Arquivo da Congregação das Filhas do Amor Divino.

Assim, Palmeira dos Índios chega aos meados do século XX, com um grupo escolar estadual e duas escolas religiosas – uma, de freiras, com o curso Normal para meninas e a outra, de padres, com ginásio e colegial para meninos - entre

⁶⁵ Hoje (2011), o Centro Educacional Cristo Redentor atende, quase 900 alunos, no Ensino Infantil, Fundamental e Médio e continua sendo referência educacional na região e relevância nos índices de aprovações nos vestibulares e IFAL (Instituto Federal de Alagoas).

outras estaduais e municipais de menor monta⁶⁶ - na verdade, a maioria casas-escola que ainda subsistiam, as quais atendiam às crianças, jovens e adultos no processo de letramento.

Com todas as dificuldades, para implantação e permanência dessas escolas, porém, os informes da época dão conta de que o município se destacava no cenário estadual, ampliando seu potencial intelectual mesmo de forma ainda mais seletiva do que simplesmente por meio de exames de Admissão ao curso Ginásial, já que os filhos dos grupos menos favorecidos economicamente ainda não tinham acesso integral à escola.

Durante todo este caminho do letramento em Palmeira dos Índios, muitos professores deram seu contributo, conduzindo os jovens palmeirenses ao mundo da intelectualidade, tendo como marco na história da educação da cidade no século XX as professoras Lili Barros (24/07/1917– 06/12/1966), Antônia Macedo (07/06/1884 – 22/12/1976), Ananete Macedo (28/08/1905–09/01/2000) e Rosa Pimentel (06/02/1888–02/02/1994), foram importantes professoras para o letramento e formação moral de muitos jovens.



Figura 9 – Mural em homenagem às professoras.
Fonte: Souza (2010).

O caminho percorrido pela sociedade palmeirenses em busca do letramento traz resultados significativos a esta comunidade; porém, mesmo com estas escolas

⁶⁶ A partir da década de 1940, foram surgindo, ainda que de expansão muito tímida, outras escolas como: a Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora do Amparo (ETC), o Ginásio Francisco Cavalcante (1961), o Colégio Normal Monsenhor Macedo (1967), criada pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), como também o Colégio Sagrada Família.

já existentes as lutas sociais ampliaram-se em favor de melhor educação e acessibilidade para os filhos, através de uma escola pública.

É aqui, justamente – já em plena década de 1950 – que entram em cena as lutas pela criação do Colégio Estadual Humberto Mendes, por meio das lutas da sociedade civil, de políticos e pelas relações interpessoais que se unem rumo ao novo panorama educacional em Palmeira dos Índios. Este é o foco do próximo capítulo, que vai além da criação, considerando o desenvolvimento pedagógico e administrativo deste novo estabelecimento de ensino público que nascerá.

CAPITULO III

A ESCOLA ESTADUAL PALMEIRENSE HOJE ANALISADA DE UM PONTO DE VISTA HISTÓRICO E SOCIOPOLÍTICO

O caminho educacional traçado, nos capítulos anteriores, até a década de 1940, foi, em síntese, a história da demanda de uma sociedade por escola, e a resposta dos poderes públicos e da sociedade a esses reclamos. Assim, mesmo as duas grandes escolas privadas que chegaram nesta década não superariam as necessidades da população.

A sociedade civil organizada – sobretudo por meio das forças populares - continuava reivindicando, agora mais fortemente, uma escola pública com outros níveis de ensino, para além do primário. Desse modo, a luta por uma escola estadual para ministrar o curso ginasial, normal e secundário acirrar-se-ia nos anos de 1950, pois a luta travada desde o início da década de 1940 resultara na vitória da Igreja Católica.

O contexto político da cidade, sempre permeado por interesses pessoais, com políticos locais extravasando suas rivalidades, terá um papel importante frente à demanda educacional a que me refiro. Para caracterizar essa situação nada melhor do que a pesquisa de Melo (2001), que estuda este trajeto histórico até os anos de 1980, na qual me apoiei.

Um pouco do cenário histórico da época fará entender o período da criação do Colégio Estadual Humberto Mendes e o seu declínio. O resultado das eleições de 1955, como conta Melo (2001), tinham levado à chefia do executivo estadual de Alagoas, Sebastião Marinho Muniz Falcão⁶⁷, do partido oposicionista a U.D.N.⁶⁸. Esta, ainda relevante, porque expressão de forças economicamente fortes, busca, mesmo com a derrota eleitoral, manter-se dominante, para o que insistirá num movimento cujo objetivo era desestabilizar e tirar do poder o governador eleito.

Muniz Falcão, ligado as forças mais populares, nas quais fizera sua base política como Delegado Federal do Trabalho, tinha, dentre as prioridades de seu

⁶⁷ Muniz Falcão, como sempre foi mais conhecido e consagrado nas urnas, assumiu seu mandato de Governador de Alagoas em 31 de janeiro de 1956, concluindo-o em 31 de janeiro de 1961.

⁶⁸ U.D.N. – União Democrática Nacional.

governo, a educação e a saúde, que representavam políticas indispensáveis à sua legitimidade e, conseqüentemente, à governabilidade. Assim, logo que possível, apresenta ao Legislativo Estadual um projeto de Lei em que determinava que os usineiros destinassem 0,05% para ser investido na educação e na saúde. A revolta dos usineiros, insuflada pelos derrotados da UDN, logo amplia a fúria dos opositoristas contra o governo.

O conflito amplia-se com o assassinato do deputado da oposição por Arapiraca - Marques da Silva -, fato que conduziu, por caminhos tortuosos, a política do Estado: sendo levado para votação na Assembleia Legislativa, em 1957, o processo de *Impeachment* do Governador, isso somente não se consumou porque, tendo ocorrido um confronto armado entre representantes da oposição e do governo, por ocasião da votação do *Impeachment*, a disputa foi parar no Supremo, que deu ganho de causa ao Governador. Nesse confronto armado, porém, foi assassinado o deputado Humberto Mendes⁶⁹, representante de Palmeira dos Índios e sogro de Muniz Falcão.

Enquanto isso, Palmeira dos Índios elegeria para deputado estadual Mendes de Barros e Remy Tenório Maia, este, o então prefeito da cidade. Com sua saída para a Assembleia Legislativa e o cargo ocioso, sendo necessário um substituto, o então governador, com acordo políticos, conseguiu entregar o poder da cidade à família Mendes, da qual passara a fazer parte com seu casamento com Alba Mendes. Eleito Robson Tavares Mendes⁷⁰, cunhado do Governador, para Prefeito de Palmeira dos Índios, em troca a comunidade local teria o tão desejado colégio estadual, que era o elemento central do acordo.

De fato, com Robson Mendes prefeito e cunhado do governador, foi impulsionada a iniciativa da criação do Colégio Estadual, que atenderia grande parte da sociedade palmeirense e circunvizinha menos privilegiada financeiramente. Para as escolas particulares – que tiveram papel fundamental na educação da sociedade

⁶⁹Humberto Mendes era uma liderança política estadual de grande expressão e sogro do governador. Segundo estudos preliminares de Douglas Apratto Tenório, este palmeirense, que integrava o grupo emergente dos novos senhores políticos alagoanos – dos “neocoronéis”, conforme Tenório, ainda mais acirraria com sua subida ao poder, junto ao genro, a reação dos senhores cujo poder político e social vinha de longe.

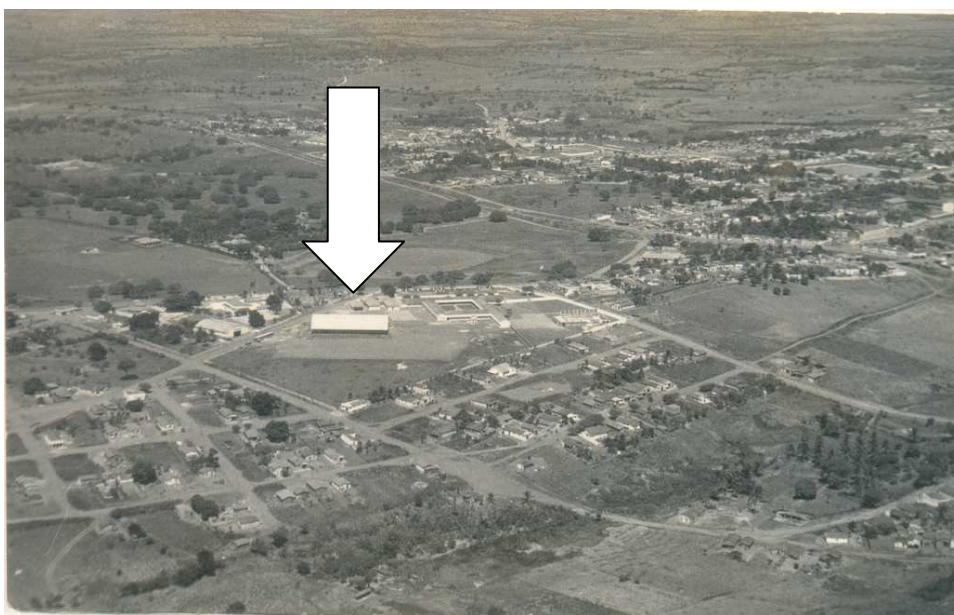
⁷⁰ Robson Mendes, filho de Humberto Mendes e cunhado do governador, em 1959, é eleito indiretamente prefeito de Palmeira dos Índios, pela Câmara Municipal. Com o poder em suas mãos, administrou a cidade num permanente confronto com seus opositores. Devido à violência que passou a dominar as relações na cidade, a elite foi buscar apoio nas camadas populares, que, na falta do patriarca dos Mendes e frente à violência dos filhos agora chefiados por Robson, aos poucos foi retirando seu apoio político à família Mendes. (MELO, 2001)

palmeirense até então - era um grande prejuízo a vinda de um colégio de porte para a cidade, pois tiraria seus alunos, dando-lhe, assim, sérios problemas.

Mesmo com todo o grupo oposicionista indo de encontro à ideia da construção do novo colégio estadual, o governador de imediato determinou o início da construção da nova escola, que se deu ainda em abril de 1959, vindo a ser concluído em tempo recorde, em dezembro do mesmo ano.

Em 19 de fevereiro de 1960 a comunidade palmeirense recebe, assim, funcionando o novo colégio com o nome de Colégio Estadual Humberto Mendes, numa homenagem ao sogro do governador, assassinado na Assembleia Legislativa em 1957 em defesa do mandato de seu genro (MELO, 2001).

É neste contexto político e histórico que ocorre a criação do Colégio Estadual Humberto Mendes, cuja trajetória pedagógica busquei entender, para tal lançando mão de depoimentos orais, entrevistas com diretores dos anos de 1960 e 1970, alunos deste período e professores, examinando, sobretudo, as representações pedagógicas que circulam no senso comum como sendo a educação de qualidade que teria sido ministrada pelo colégio na época.



**Figura 10 – Panorama Geral da área urbana de Palmeira dos Índios, com indicação do prédio do Colégio Estadual Humberto Mendes (1976).
Fonte:** Arquivo pessoal de José Correia.

A partir de então a historicização do Colégio Estadual Humberto Mendes teriam duas vertentes: gestor por gestor ou natureza comum as gestões, portanto a opção foi seguir cada gestão – no intuito de explorar a riqueza dos depoimentos, tendo em

vista a singularidade (aspectos específicos) de determinadas gestões, a par da riqueza do que pôde render a história oral utilizada por base.

3.1 O primeiro ano do Colégio Estadual Humberto Mendes – 1960

O Colégio teve seu início com duas turmas do curso Ginásial⁷¹. Os alunos para ingressarem na escola, nesta época, tinham que fazer o Exame de Admissão, um tipo de mini-vestibular para todos os que pretendiam avançar para além do curso primário. Desta forma fazia-se uma seleção, que neste caso era muito concorrida, pois a maioria dos jovens queria estudar neste colégio e não havia vagas suficientes.

De qualquer modo, se era negativa a eliminação, via Admissão, da maioria dos estudantes que concluíam o Curso Primário, esta forma de ingresso no Ginásio aumentava a dedicação de professores e alunos nos estudos da 3ª e 4ª série primária, pois era motivo de muito orgulho para professores e familiares a aprovação no teste de Admissão.

A respeito disso, a ex-professora do Colégio Pio XII, Maidê Brandão⁷², enfatiza:

Naquele tempo o 4º ano Primário era intensivo - os alunos iam para o colégio nos dois horários: de manhã, com aula normal e à tarde era pra reforço dos conteúdos, que já era uma preparação para o exame de Admissão.

Este exame é assim descrito pelo ex-aluno Abel Cordeiro⁷³, em sua época de estudante:

⁷¹ Falo dos anos de 1960, em que o curso ginásial correspondia ao segundo ciclo do hoje Ensino Fundamental, para cujo acesso era necessário um teste, que perdurou até 1971. Na cidade havia a Profª. Ananete Macedo, já mencionada, que tinha em sua casa um cursinho, para preparar os alunos para o exame de Admissão.

⁷²Entrevista realizada com Maidê Brandão Araujo, em sua residência, em Palmeira dos Índios, em 12 de maio de 2010. Trabalhou no Colégio Pio XII, até o momento do seu casamento, pois a Congregação do Sagrado Coração não aceitava mulheres casadas como professoras.

⁷³ Entrevista realizada no dia 19 de junho de 2010, com o ex-aluno/diretor Abel Cordeiro de Souza, em sua residência, em Maceió. Ele foi aluno, professor e diretor do Colégio Estadual Humberto Mendes, hoje trabalha em Maceió como professor de Espanhol da SEMED e também como

Muito rígido, pior que qualquer vestibular, o livro era muito grosso, lembro o livro de Admissão, tinha 12 fotos e o professor abriu e aquela foto do encarte surge o tema “A infância e a velhice”, veja como era difícil para um jovem de apenas 13 anos falar de algo que não viveu: a velhice. Para tal precisava ter experiência, mas tinha que escrever... A prova de Matemática o professor punha uma questão no quadro pra você resolver ao vivo... isso na minha época.

O estabelecimento foi criado com uma estrutura pedagógica bem articulada: os seus primeiros profissionais docentes eram mestres que já tinham trabalhado no Colégio Pio XII, alguns já tinham concluído sua faculdade em Recife, outros trabalhavam no Serviço Público Federal, ou vinham de Maceió ministrar aulas no Colégio Estadual Humberto Mendes. Enfim, o Colégio nasceu com um perfil profissional de “professores altamente gabaritados”, como mencionam muitos dos entrevistados.

Foram importantes para o sucesso inicial do Colégio Estadual Humberto Mendes professores como Vanda Ramos (Geografia – posteriormente docente da UFAL), Dr. Laércio (Matemática – engenheiro do DNOCS), Dr. Eraldo Wasconcelos (História Geral – Juiz da cidade), Pe. Odilon (Latim – inglês) Dr. Wilson Costa (Biologia – ainda exerce obstetrícia na cidade), Lêita Rego (Desenho Geométrico/Arte) Pe. José Araújo (Português), Maria Guerra (História), Milton Pitta, Maria Conceição, Amparo Neves, Sinvaldo Gama, Mons. Ferreira, Roberaldo, Wellinghton, entre outros que aparecerão ao longo da pesquisa.

Neste primeiro momento o Colégio ficou sob a direção do Sr. Milton Ferreira Pitta⁷⁴, que esteve pouco tempo na direção - apenas um ano -, sendo substituído por Pe. Odilon Amador⁷⁵, que era seu vice-diretor. O novo diretor foi convidado por Robson Mendes para assumir o cargo, permanecendo na direção de 1961 a 1966.

tradutor/intérprete, com trabalhos internacionais - viajando o mundo com empresários – tem o domínio dos idiomas Inglês, Espanhol e Francês.

⁷⁴ O Sr. Milton Ferreira Pitta era membro da justiça e irmão de Darci Pitta, Inspetor Federal de Ensino – que fiscalizava as escolas (Pe. Odilon). Importa assinalar que a família Pitta era muito influente em Palmeira dos Índios, tendo o primeiro diretor sido indicado pelo Governo, para tal função.

⁷⁵ Monsenhor Odilon Amador foi entrevistado no dia 27 de julho de 2010, em sua residência, na cidade de Palmeira dos Índios. Ele foi diretor do Humberto Mendes e também seu professor de Latim, Inglês e Religião.



Figura 11 - Foto do primeiro Diretor do Colégio Estadual Humberto Mendes

Fonte: Acervo da Escola

Durante este primeiro ano, o colégio começou com duas turmas ginasiais, as quais teriam passado pelo Exame de Admissão, contando com apenas 62 alunos. Foi o começo de uma longa História social, política, econômica e, sobretudo educacional na sociedade palmeirense.

Em conversa com a ex-aluna Divaci⁷⁶, ela extravasa seu orgulho, quando relembra que viu o início da construção e a satisfação era muito grande na cidade, pois muitos jovens não podiam dar continuidade aos seus estudos devido às condições financeiras, e muitos já trabalhavam no comércio. Então, o Colégio Estadual Humberto Mendes era a porta de entrada para estes jovens que estavam a margem da educação, nesta época.

O pequeno grupo de alunos que ingressou em 1960 demonstrava, segundo depoimentos dos entrevistados, orgulho por estar no Curso Ginásial, daí o respeito ao colégio e a qualificação dos professores como muito bons, sendo a disciplina vista como um exemplo e o colégio como a continuação de suas casas. Segundo a ex-aluna Divaci, “todos se esforçavam para obter melhores notas, os estudos em grupo eram frequentes”.

O rigor também estava presente no fardamento: o colégio possuía neste período um uniforme da diária (Figura 12) e, após 1963, com a banda marcial, surge

⁷⁶ Entrevista realizada com a ex-aluna Divaci Ferreira Lima, em sua residência, em Palmeira dos Índios, em 29 de julho de 2010. Ela se considera fundadora do Colégio, até porque, além de aluna das primeiras turmas, foi a primeira adolescente a pisar no Colégio Estadual Humberto Mendes, após o corte da fita pelas autoridades da época, dentre os quais Muniz Falcão, Robson Mendes e Dr. Milton Pitta.

a farda de gala (Figura 13), que orgulhava o alunado do novo colégio público estadual.



Figura 12 – Fardamento de diária - 1960
Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Divaci



Figura 13 – Fardamento de gala - 1963
Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna Divaci

3.2 Direção de Pe. Odilon Amador (1967 a 1966)

Daqui em diante, de modo a facilitar o acompanhamento dos modos como se desenvolveu a trajetória do Colégio Humberto Mendes, que, segundo uma de minhas hipóteses, assume características peculiares em períodos que coincidem com as diversas administrações à frente da escola, desenvolverei minha narrativa subdividindo-a por gestões, começando com a do Padre Odilon, que ficou cerca de seis anos à frente de sua direção.

Assim, após um ano de existência, o colégio assistiria paulatinamente a ampliação sucessiva de suas turmas, vindo a contar, neste período de 1961 a 1966, com 11 turmas, do curso Ginásial ao Científico, com um total de 452 estudantes de ambos os sexos⁷⁷. À frente do Colégio, Pe. Odilon Amador marcaria sua administração pelo compromisso, zelo e a responsabilidade na condução do Humberto Mendes. Isso, segundo depoimentos, foi a base necessária para a posição de destaque alcançada por este colégio no decorrer das décadas de 1960 e 1970, chegando a competir com as escolas da capital nos planos intelectual e esportivo, elevando, assim, o prestígio da sociedade palmeirense.



Figura 14 – Foto do Padre Odilon Amador – diretor responsável pela consolidação do Colégio Estadual Humberto Mendes
Fonte: Souza (2010)

⁷⁷ Dados fornecidos pela Secretaria do Colégio Estadual Humberto Mendes, em 14 de junho de 2010.

A disciplina e o respeito faziam parte, então, do cotidiano educativo do colégio. Mesmo tendo sido convidado pelo político Robson Mendes para dirigir o colégio, não havia, segundo Padre Odilon, interferência política que viesse inibir suas decisões como diretor. Nesse clima, o corpo docente sempre demonstrou a firmeza e o compromisso do ensinar.

Iniciados as dificuldades com a carência de professores, para resolver, o diretor Pe. Odilon, convidaria professores do Pio XII para lecionar no Colégio Estadual Humberto Mendes, sem contratação nenhuma, apenas pela amizade e confiança de que receberiam seus pagamentos no final da tarefa. Mas, nem tudo eram flores.

Conta Pe. Odilon:

Estes professores [substitutos] passaram algum tempo sem receber e eu fui à Secretaria de Educação tentar resolver [...] mas era sempre assim, esse descaso com a educação me fez deixar a direção, e também porque recebi o convite para assumir a Fundação de Assistência Cultural e Educacional de Palmeira dos Índios (FACEPI), pois eu dava minha palavra e os professores confiavam em mim, mas havia alguns entraves na Secretaria de Educação.

Na busca por relatos da época, que são escassos, pois boa parte dos que viveram os primeiros anos do colégio migraram para outros locais ou partiram, encontrei contribuições importantes deste período como o ex-aluno José Syneide⁷⁸, que teve papel fundamental na formação da Banda Marcial do Colégio Estadual Humberto Mendes. Ele relembra exultante desta época e de períodos mais à frente, como demonstra em sua fala:

Dá uma saudade tão grande daquele colégio, principalmente na época de vestibular. Os alunos do Colégio Estadual saíam da sala de aula, na última aula, pegavam o seu certificado e iam fazer o vestibular em Maceió, sem cursinho e eram os primeiros colocados [...] pra se ver o nível de ensino que se tinha naquela época.

Esta época também é lembrada pelo ex- aluno Abel Cordeiro, da seguinte forma:

⁷⁸Entrevista cedida no dia 22 de junho de 2010, em sua residência em Palmeira dos Índios. Ele foi aluno da 1ª turma concluinte, matriculado em 1963, sendo também o responsável pela formação da Banda Marcial do Colégio.

Odilon era muito dinâmico, o colégio já dispunha de laboratório de Física, Química e Biologia, havia muito material para estudo [...] os nossos professores eram excelentes, dentre eles Pe. Ludugero – ensinava Física, era um holandês rígido ao extremo, tinha um sotaque terrível, a escrita [...] nunca cortava o “T”, mas todos entendiam, teve uma educação muito rígida – ele passou isso pra gente. Foi muito bom ser aluno dele, o comportamento era diferente.

Também é citado em depoimento o Professor Chico Potiguar⁷⁹. Segundo o ex-aluno Audálio Ferreira⁸⁰.

O Mestre Francisco Vieira Barros, conhecido como Chico Potiguar (atualmente Professor de Matemática da UFAL), bem como o amigo Antônio Vasco Nunes Brasil, ambos foram decisivos para que eu entendesse que seria possível vencer e ter uma vida digna, por meio da Educação.

Segundo ele, o mestre da Matemática deixou sua história registrada em todos que por ele passaram no Colégio Estadual Humberto Mendes. Para este contexto educacional o próprio Chico Potiguar⁸¹ revela que:

O Colégio Estadual era o melhor do Estado, seus professores muito dedicados, apesar de não ter naquela época exigência de diploma do curso superior [para ser professor], tinham muitas pessoas só com o curso médio e faziam muito bem o trabalho, junto com o diretor. [...] os professores faziam um trabalho livre e tinham ótimos resultados, tanto assim que muitos saiam direto para o vestibular e eram aprovados... não havia essa proibição, essa pressão muito forte para não se reprovar. Com os professores exigentes havia maior dedicação e interesse do aluno.

⁷⁹O Mestre Francisco Vieira Barros, conhecido como Chico Potiguar (atualmente Professor de Matemática da UFAL), foi, segundo o ex-aluno Audálio Ferreira, excelente professor de matemática do Humberto Mendes, tendo educado muitas gerações, dentre as quais alguns estudantes se tornaram engenheiros, matemáticos por sua causa. “Quem estudou com Chico não esquece. Nunca chamou ninguém pelo número. No segundo dia de aula já sabia o nome de todos os alunos, isso era fabuloso, porque o aluno deixava de ser um número e passava a ser uma pessoa”, segundo a ex-aluna Valdez Nascimento”. Para o ex- diretor José Correia, “quem não aprendeu Matemática com o Chico, não aprende mais com ninguém, não que seja o melhor do mundo, mas só com a arrumação que ele faz no quadro, se aprende, Chico é maravilhoso”.

⁸⁰ Entrevista online realizada com o ex-aluno Audálio Ferreira Sobrinho, no dia 29 de julho de 2010. Sua formação: Mestrado em Direito; Especialização em Direito Constitucional; Graduação em Direito; Extensão Universitária em Ciências Militares nível Mestrado; e Extensão Universitária em Ensino Superior nível Bacharelado, pela Academia Militar das Agulhas Negras, AMAN, Brasil. Atuação: Advogado, Professor Universitário de Direito Constitucional e Coronel (R/1) do Exército.

⁸¹Natural do Rio Grande do Norte, Francisco Vieira Barros, professor de Matemática, ficou conhecido como Chico Potiguar. Mencionado por todos de sua época, contribuiu para a ascensão profissional de muitos de seus alunos. Migrou do Humberto Mendes para a UFAL, onde permanece. Entrevista realizada com Chico Potiguar no dia 04 de outubro de 2010, em sua sala, no curso de Matemática - UFAL.

Como também é mencionado o professor de História Antônio Soares, que era dentista na cidade, mas se desempenhava muito bem em suas aulas, segundo depoimentos dos ex-alunos. Naquela época, já quebrando um pouco a rotina, fazia júri simulado na classe, onde estudante era juiz, promotor, advogado, réu, uso de uma dinâmica que estimulava ainda mais o estudo. No júri, “o réu era, por exemplo, Calabar: Herói ou Traidor?”, lembra Pedro Olímpio⁸².

O orgulho dos estudantes deste primeiro momento parece muito grande, segundo se deduz das falas dos ex-alunos. Afinal, estavam ali muitos jovens que não teriam oportunidade de prosseguir na vida escolar se não existisse aquela escola pública e gratuita.

Com o passar do tempo, o destaque educacional do Humberto Mendes foi se ampliando e os filhos da “sociedade abastada” palmeirense aos poucos foram também ingressando no colégio público. Em 1963, José Syneide foi transferido do Colégio Pio XII para o Humberto Mendes, sendo logo indicado para concorrer à eleição para o diretório estudantil tendo como adversário Amauri Soares. Seu maior objetivo era adquirir instrumentos para formar a banda do colégio, pois “os colégios da cidade desfilavam no 7 de Setembro e o Humberto Mendes ainda não”.

Ganha a eleição e foi em busca do seu sonho e ao mesmo tempo de honrar o compromisso que tinha assumido com os colegas. Solicitou uma carta de apresentação do Pe. Odilon Amador (diretor) e seguiu para Maceió, juntamente com a Secretária da escola, Irene Souza Costa, foram ao encontro do Governador Luiz de Souza Cavalcante. Relembra José Syneide:

No Palácio passamos o dia inteiro esperando ser atendimento, nessa época Palmeira dos Índios tinha cinco Deputados⁸³, eles entravam por uma porta saíam por outra, assim terminou o expediente, e nada. Permanecemos em Maceió e voltamos no outro dia bem cedo para o Palácio e somente às 18h do segundo dia, por benevolência do chefe de Gabinete do Governador, fizemos adentrar ao salão de despacho. Após ler a carta, o Governador nos concedeu 200 mil cruzeiros.

Assim conseguiram dinheiro para a compra de parte dos instrumentos, os quais foram adquiridos em Recife, isso por volta do mês de julho, mas só chegaram ao colégio em 27 de agosto, pela grande dificuldade de transporte na época. De imediato começaram os ensaios que passaram a acontecer durante todo o dia e,

⁸² Entrevista realizada no dia 26 de julho de 2010, em sua residência, em Palmeira dos Índios.

⁸³ Os deputados eram Dr. Remi Maia, Juca Sampaio, José Rodrigues e Silvar Gaia e José Carvalho.

quando preciso, também à noite. Como não tinha energia na parte da quadra, os alunos levavam lamparinas para clarear o espaço onde ensaiavam.

O primeiro instrutor da Banda Marcial foi o Sr. Cícero Perequeté⁸⁴ ou Cícero do Piston, que em entrevista relata o convite que recebeu:

Pe. Odilon foi a Maceió, onde eu morava, e disse que precisava de uma pessoa para fazer a Banda Marcial do Estadual, então meu chefe me liberou e disse que eu fizesse uma banda boa, ai não prestou, no primeiro ano derrubou logo o Pio XII e Cristo Redentor. O diretor do Pio XII procurou saber quem eu era e andou um bilhete para meu chefe que disse que nunca mais eu voltaria a Palmeira dos Índios para tocar no Colégio Estadual⁸⁵.

Com a banda afinada para o desfile, surgiu um grande problema: nem todos podiam comprar a roupa de gala. Então houve uma reunião com os pais e cada um dizia o que podia comprar do fardamento e o que faltava seria comprado com o dinheiro arrecadado com o “Livro de Ouro”⁸⁶, que totalizou quarenta e dois mil cruzeiros.

Tudo pronto para o grande evento – o desfile de 7 de Setembro -, ali estava um momento muito especial para o novo Colégio, com todos os alunos entusiasmados para se apresentarem. A banda se formara, a farda de gala foi preparada e estavam todos prontos para a grande festa em que os estudantes, além de mostrar sua arte, passavam pelo crivo de uma comissão classificatória, para definir o primeiro lugar, que seria premiado com um troféu.

⁸⁴ Entrevista cedida pelo Sr. Cícero Moreira da Silva, no dia 25 de junho de 2010, em sua residência, Palmeira dos Índios. Natural de Marechal Deodoro, aprendeu música na Escala Santa Cecília e foi muito importante no Agreste e Sertão alagoano, no ensinamento musical a jovens.

⁸⁵ Infelizmente o grande maestro que em menos de 10 dias ensinou aos alunos que antes de nada sabiam sobre música, foi proibido de permanecer no colégio, porque fez o Colégio público superar a elite palmeirense - que estava com seus filhos nos colégios particulares. Regressou para Maceió e somente tempos depois, já na década de 1970, retornou à cidade para trabalhar como instrutor da Banda Marcial do Colégio Cristo Redentor, onde ficou durante oito anos.

⁸⁶ Era comum até o fim dos anos de 1980, o uso deste livro para pedir ajuda financeira no comércio, a políticos, empresários, com objetivos diversos, recebendo-se apoio desde que estivesse clara a finalidade de tal solicitação. Os doadores assinavam o livro confirmando sua colaboração e registrando os valores doados.



Figura 15 - Primeiro desfile da Banda Marcial do Colégio Estadual Humberto Mendes -1963

Fonte: Acervo pessoal do Sr. José Syneide.

A tão sonhada banda musical apresenta-se à sociedade palmeirense pela primeira vez, todos impecáveis em alinhamento e uniforme, com uma intensa harmonia entre todos e a grande expectativa do público. Para todo este espetáculo os estudantes contaram com o apoio da direção que sempre esteve presente e integrada em tudo que acontecia no Colégio, como relata José Syneide:

Foi um momento inesquecível, o Colégio desfilou garbosamente, foi um sucesso que até hoje não esqueço, diante da beleza, da bravura dos alunos, dos professores e de Pe. Odilon que nos deu muita força.

Após o desfile dos colégios, do Tiro de Guerra e grupos que acompanhavam, todos esperavam ansiosos o resultado e eis que o locutor anuncia o Colégio Estadual Humberto Mendes como vencedor.

A elite palmeirense não aceitou o veredicto: como poderia os colégios particulares terem perdido para um colégio público? E é desfeito o resultado, sendo reanunciado o Humberto Mendes em quinto lugar. Diante da grande revolta nos estudantes e na comunidade, os alunos do Colégio Estadual Humberto Mendes desfilaram junto do “vitorioso” Cristo Redentor. Este foi o início de toda a rivalidade entre as bandas dos colégios da cidade que perduraria até hoje⁸⁷. O feito marcou, definitivamente, o início dos anos 1960 para os jovens de classe menos privilegiada

⁸⁷ Até hoje há grande expectativa do público nos desfiles de 20 de agosto – Emancipação Política da Cidade – ou Sete de Setembro em esperar a passagem do Colégio Estadual Humberto Mendes e a comparação fervorosa entre as melhores bandas, roupas, evoluções. A população faz a classificação do melhor, sem que haja premiação ou qualquer outra vantagem para os colégios por parte do poder público.

de Palmeira dos Índios, dando-lhes a oportunidade de perceber que podiam competir com a elite palmeirense.

De regresso ao cotidiano mais especificamente escolar – do interior da sala de aula, quero dizer -, o marco nas diversas conversas com os entrevistados foi a disciplina como ponto de referência desta e de outras épocas. Para manter a ordem e colaborar com a direção havia o inspetor de disciplina que auxiliava nos corredores. Neste período, segundo José Syneide, “a inspetora era Dona Maria, muito rígida, parecia um sargento, mas também tudo se mantinha na mais perfeita ordem”.

Ainda segundo José Syneide, os professores ministravam suas aulas com muita vivacidade, eram entendidos por todos, nunca houve casos de expulsão ou suspensão. Quando algo de errado acontecia, o diretor chamava para o gabinete e aconselhava, nada de agressão verbal. Como também era destaque da época a recepção do professor: todos os alunos estavam na sala esperando-o e alguns eram recebidos de pé, as aulas seguiam o método tradicional, com um bom resultado na aprendizagem, segundo nos conta Abel Cordeiro.

O dia-a-dia dos estudantes era de muita rivalidade, pois cada um queria ser o melhor, para tal haviam grupos de estudo, pois cada classe queria se destacar, era uma rivalidade sadia, relembra Abel Cordeiro. Era vista muita matéria e no vestibular não tinha dificuldade. O Professor era exemplo de vida: mesmo muito rígido, ensinava os conteúdos e cobrava nos mínimos detalhes.

A rotina da escola era quebrada pelas festas, exposições de arte ou trabalhos manuais que eram desenvolvidos pelos alunos, enquanto as provas eram o instrumento medidor de conhecimento e a forma de ascensão. A rigidez mantinha o compromisso com resultados desejados. Como também era cantado por todos os alunos o Hino Nacional toda semana.

O esporte era marca de rivalidade entre as escolas. Na modalidade de futsal, entre Colégio Estadual Humberto Mendes e o Colégio Pio XII, os conflitos eram somente verbais e os alunos defendiam intensamente o Colégio Estadual.

Com relação aos jogos inter-classes, naquele período como não havia quadra, os jogos aconteciam no Aero Clube, conta a ex-aluna Graça⁸⁸. Como

⁸⁸ Entrevista realizada com Maria das Graças Barbosa de Oliveira, no dia 26 de julho de 2010, em sua residência em Palmeira dos Índios. Ela foi aluna do Humberto Mendes a partir de 1963. Hoje é professora aposentada pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas

aconteciam à noite ela e outras meninas nunca participavam do evento, porque seus pais não permitiam a saída de moças durante o período noturno, mas, segundo ela ouvia dizer que eram muito bons, todos se envolviam, com garra, pois era a oportunidade de todos participarem do grande evento, que contava com a presença do diretor e dos professores, familiares e comunidade local.

No contexto administrativo o Pe. Odilon foi diretor coerente, sempre agia com diplomacia, nunca gritou com ninguém, conduzia de forma tranquila, mas severa. Não existia assessor da direção e o diretor contava com o apoio da Secretaria, que naquele momento estava sob a responsabilidade de Cecília Branco, que assumia a parte burocrática do colégio.

A ex-aluna Graça lembra-se de fatos importantes como o do registro da frequência: havia uma carteirinha de acompanhamento que o aluno deixava na Secretaria logo na chegada, e na qual era colocado um carimbo de presença:

No final da aula a gente pegava, constava também as notas e o comportamento. Essa carteirinha de notas era um meio pelo qual os pais acompanhavam o desenvolvimento dos filhos no colégio: comportamento, frequência e nota.

Outro fato importante foi em relação ao Hino de Palmeira dos Índios, criado na época por Luiz Barros Torres. Então o Pe. Odilon colocou dois professores - Amélia Ribeiro e o Maestro José Gonçalves - para ensinar em todas as turmas o novo Hino, como também o de Alagoas. Segundo o ex-diretor Pe. Odilon Amador, “fazíamos tudo pela ascensão do colégio - mesmo com muita dificuldade, conseguimos fazer um trabalho importante para a sociedade palmeirense”. Como reforça o escritor Ivan Barros⁸⁹, “Odilon foi um dos grandes diretores daquele colégio”. Sobre seu trabalho a ex-aluna Graça diz que “era muito rígido, vez por outra ele estava passando pelas janelas, observando tudo [...] foi um tempo muito bom”.

Com relação às festas, o Pe. Odilon não abria mão, para que não houvesse problemas. Os estudantes eram jovens muito estudiosos, dedicados, que gostavam muito de frequentar os matinês dançantes regados a Rum e Coca-cola.

A força de gerir o colégio foi provada no Golpe Militar, quando várias pessoas foram presas na cidade. Segundo Melo (2001, p.45):

⁸⁹ Entrevista realizada com o Drº Ivan Barros, no dia 26 de julho de 2010, em sua residência, na cidade de Palmeira dos Índios. O mesmo é escritor, advogado e dono do jornal “A Tribuna do Sertão”.

o Pe. Odilon, de forma enérgica, não admitiu que nenhum professor ou aluno fosse perseguido ou mesmo expulso por sua posição política, afirmando que no colégio existiam jovens idealistas, mas que não eram subversivos.

Após 1964, período do Golpe Militar, o grêmio do Colégio, que era muito atuante, foi intensamente perseguido. Dirigido geralmente pelo professor de História Hugo Lima – naquela época - ou pelo professor de Português, era um espaço onde os alunos faziam discursos, recitavam, desenvolviam a parte literária, revela o ex-aluno Abel Cordeiro. O diretor era democrático e sempre conversou com os discentes sobre os perigos que corriam com novo sistema político pós Golpe Militar, mas a vida interna do Colégio continuava, sempre seguindo suas determinações.

Com todos os ensinamentos, os anos se passaram e chegou o dia da Colação de grau da 1º turma do Curso Ginásial do Colégio Estadual Humberto Mendes (Fig.16). A festa aconteceu no Aero Clube – único clube social da cidade - com todos os aparatos de uma grande formatura. O governador de Alagoas era o padrinho, tendo sido representado por Robson Mendes.



Figura 16 - Primeira turma concluinte - 1963

Fonte: Arquivo pessoal de José Syneide



Figura 17 - Beca da turma concluinte - 1963
Fonte: Arquivo pessoal de Divaci

Esta turma (Fig. 16) ganhou do Governador passagens aéreas para uma viagem ao Rio de Janeiro, onde passaram quinze dias. O último grupo a voltar, porque não tinha reservas para todos no mesmo voo, foi por volta de 27 de março de 1964, às vésperas do Golpe Militar. A presença do grupo de jovens alagoanos repercutiu nos jornais do Rio de Janeiro: segundo José Syneide saiu num deles a seguinte manchete: “*Comunistas de Alagoas fazendo turismo no Rio de Janeiro*”. Como na matéria saiu seu nome e o cheque de 750 mil cruzeiros⁹⁰, ele precisou ficar foragido por um tempo.

Para enriquecer o contexto em que se desenvolveu o ensino na gestão do Padre Odilon, foi entrevistado o professor Monsenhor José Araujo⁹¹, que relatou o período em que ministrou Português no Colégio Estadual. Ele ressaltou, em sua fala, a importância que era dada ao professor:

Naquele tempo – até com um pouco de exagero – havia uma espécie de reverência aos professores, muita consideração, é claro que numa turma mais expansiva, e quando notavam que o professor estava sem firmeza no que ensinava, eles também levavam na crítica⁹², mas sempre me senti respeitado e considerado pelos alunos.

⁹⁰ Este cheque correspondia, na verdade, a 75 mil cruzeiros que recebeu do Secretário de Educação do Rio de Janeiro para pagar a hospedagem do grupo de alunos, enquanto no jornal saiu 750 mil cruzeiros.

⁹¹ Entrevista cedida pelo ex-professor Monsenhor José Araújo, no dia 28 de junho de 2010, na Secretaria da Paróquia de São Cristóvão, em Palmeira dos Índios. Natural de Penedo, nasceu em 1925, ordenou-se padre e em 1964 chegou em Palmeira dos Índios, onde assumiu a Igreja de São Cristóvão - hoje Paróquia – e ensinou no referido colégio, durante 25 anos.

⁹² Fato curioso: tinha um professor de matemática que escrevia os problemas na mão, e uma vez fizeram uma pergunta ao mesmo, para testá-lo, e ele ficou tateando e o aluno disse: olhe na mão. (Monsenhor Araujo)

Por ter exercido o magistério durante 25 anos no Colégio Estadual, Monsenhor Araújo fala do perfil dos discentes, e que direciona as mudanças comportamentais no interior do estabelecimento de ensino aos novos diretores, cada um que chegava tinha seu jeito, muitas vezes deixaram a disciplina relaxar, tendo refletido na rotina dos alunos. Com essa flexibilidade, segundo ele, foi se ampliando a liberdade do alunado, a ponto de entrarem e saírem na hora que desejassem. Ele enfatiza a temática dizendo:

É preciso manter punho forte, no bom sentido, para manter a disciplina, quanto a mim e outros colegas nunca encontramos dificuldades, à vezes alguns alunos ficavam insatisfeitos com a minha postura, mas no fim tudo dava certo. Conversou, chamava atenção e até suspendia da aula, mas depois vinham me pedir desculpas e não repetiam, a direção era comunicada e concordava com a decisão [...] no tempo de Pe. Odilon, José Correia, Ciríaco, havia boa disciplina.

Neste momento é enfática a disciplina como base para o bom desenvolvimento das atividades educacionais. Além da administração, o destaque era para a inspetora de disciplina, membro importante nesta comunidade estudantil. Aqui cabe mencionar a professora Lourdes Sá⁹³, muito elogiada pelos diretores de sua época, dentre os quais Abel Cordeiro:

Muito boa professora, inteligente, um dos grandes valores do ensino de Palmeira dos Índios, que também exerceu esta função além de professora de Ciências e Coordenadora do Pedagógico, desempenhou suas atribuições com muito brilho, deixando o colégio sempre tranquilo especificamente no período noturno, onde havia maior número de adultos.

A Professora Lourdes lembra sua passagem pelo Humberto Mendes com muito orgulho. Sempre exigente em sua disciplina – Ciências, suas aulas sempre foram complementadas por um profissional da área. Segundo informa “eles tinham maior conhecimento e promoviam debates tirando muitas dúvidas do alunado, sempre levei o Dr. Valdomiro (Clinico Geral)”. Neste final da década de 1960 já havia a participação de outros profissionais auxiliando na formação dos discentes.

⁹³ Entrevista realizada com a Sr^a. Lourdes Silva Sá, no dia 14 de julho de 2010, em sua residência, em Palmeira dos Índios. A mesma foi convidada por Pe. Odilon, em 1966, para substituir a Prof^a Ananete Lima de Macedo, com a disciplina de Ciências. Como tinha somente o Pedagógico, posteriormente fez o curso de Suficiência. Hoje é professora aposentada pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

Esta professora, além de ministrar suas aulas e coordenar o curso Pedagógico, na década de 1970, também era responsável por todas as festas do Colégio: conclusão do Ginásio, do Científico e Formatura do Pedagógico, como também atividades internas - se preocupava com cada detalhe das roupas e ornamentações. Foi durante os anos 1970 um grande destaque no Colégio Estadual Humberto Mendes .

Assim se vislumbra como ocorria a administração, com a presença constante do diretor Pe. Odilon, que observava tudo e conduzia, na medida do possível, este estabelecimento de ensino. Nos serviços gerais o diretor contava com o apoio de Dilton, que ficava na vigília para ver quem fumava nos banheiros, e esse, uma vez flagrado, era, segundo Graça, conduzido até o gabinete da direção.

O zelo que Pe. Odilon tinha pelo Colégio Estadual Humberto Mendes ultrapassava o muro: observava principalmente as meninas nas calçadas e quando via uma com um comportamento diferente dizia 'moça sem brio'. Algumas vezes no final da tarde ia ao Cine São Luiz – cinema da cidade – ver se tinha alguma aluna com a farda de Educação Física no cinema, contam Graça e Pedro Olímpio⁹⁴.

Ainda com referencia à disciplina, Pe. Odilon conta que certa vez dois alunos do noturno brigaram no pátio do colégio. No outro dia os pais foram chamados e receberam a transferência, junto com esta uma carta para cada aluno, encaminhando-os para outro colégio, um deles em Viçosa.

Para manter a ordem, diz o ex-diretor:

se necessário os pais eram chamados para conversar sobre o que seu filho estava fazendo na escola, e eles resolviam, não lembro de grandes problemas, nada que uma boa conversa não resolvesse.

Os ex-alunos Graça e Pedro Olímpio lembram os trabalhos externos que eram realizados pelos alunos do Humberto Mendes, como pesquisa nos bairros, visita ao Fórum de Maceió e também no transporte de material de construção para a casa Diocesana: “todos os alunos e Pe. Odilon, fizemos uma corrente e rapidinho colocamos todo material para o local”.

⁹⁴ Pedro Olímpio de Oliveira, esposo de Maria das Graças, que contribuiu com algumas informações da época, é ex-aluno do Colégio Estadual Humberto Mendes.

Em busca de mais informações, busquei o ex-professor Dr. Mauro Feitosa⁹⁵, que corroborou com o até aqui levantado, contando um pouco de sua vivência no Colégio Estadual Humberto Mendes, onde ministrou aula de Química a partir de 1965, no primeiro ano Científico e também na 8ª série Ginásial, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela professora Lourdes Sá.

Mauro Feitosa ressalta em sua fala modesta que nunca foi um grande mestre:

não me dedicava ao ensino, só considero um grande mestre quem se dedica ao ensino, ministrava minhas aulas [...] tinha muito rigor na disciplina [...] quando tinha alguém conversando chamava ao quadro pra fazer uma reação química, era uma prova oral.

O Colégio, nos seus primórdios, trilhou caminhos de ascensão, com a dedicação do corpo docente e o interesse dos discentes, como se pode concluir dos relatos de vida de quem por este espaço estudou e trabalhou, como afirma o Dr. Ivan Barros: “o colégio formou personalidades que se projetaram no Estado de Alagoas, em todos os campos do saber”. Segundo os depoimentos dos ex-alunos José Syneide e Abel Cordeiro, o Colégio Estadual Humberto Mendes era visto pela sociedade palmeirense como uma *academia de intelectuais*:

Estudar lá era privilégio, vinham alunos de toda região para estudar no colégio. Os mestres promoviam a vida da gente, davam muitos conselhos, falavam sobre suas experiências de vida. Havia uma excelente relação entre professor e aluno, porém cada um em seu patamar.

Portanto, tem-se neste período o início de um grande estabelecimento de ensino público, que veio para atender a sociedade palmeirense no processo educacional – sobretudo os que estavam à margem, pois nem todos podiam pagar as mensalidades nos colégios particulares da cidade.

Com o anúncio da saída do então diretor Pe. Odilon, para assumir um cargo no município de Palmeira dos Índios, ficou a vacância, sendo substituído pela professora Maria da Conceição, após escolha/indicação dos discentes.

⁹⁵ Entrevista concedida pelo ex-professor e Odontólogo Mauro Alves Feitosa, em sua residência, em Palmeira dos Índios, no dia 05 de julho de 2010.

3.3 Direção de Maria Conceição Pacheco de Araújo (1966)

Com a renúncia do diretor Pe. Odilon, assume interinamente - por ser a mais antiga professora da escola - e após reunião com os membros do corpo docente, a professora de Língua Portuguesa, Maria da Conceição Pacheco de Araújo⁹⁶. Ela ocupou o cargo, porém, com muitos entraves em sua administração, por parte do Governo. Como retrata Melo (2001) “enfrentou o preconceito por parte da sociedade palmeirense, por ser mulher e além do mais se recusou a assinar a ficha de afiliação da ARENA⁹⁷”. Com isso enfrentou grandes problemas de vandalismo no colégio, até que renunciou. Mas, mesmo com todas essas dificuldades, Maria Conceição procurou sempre manter a ordem, as regras da boa disciplina e o do bom ensino.



Figura 18 – Foto da Professora Maria Conceição Pacheco de Araújo
Fonte: Souza (2010)

É ela mesma quem diz:

meu modo de viver não dava para dirigir uma escola, eu era muito rigorosa e arcar com um monte de professores era preciso ser mais maleável, e eu não era. De fato, como professora sempre fui muito rigorosa, exigente.

Esta professora-diretora é lembrada pelo ex-professor Monsenhor José Araújo que diz: “era uma excelente professora de Português, uma pessoa sisuda e

⁹⁶ Entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2010 com a ex-diretora/professora Maria Conceição Pacheco de Araújo, em Maceió. Formada em Letras pela UFAL. Lecionou Português, Inglês e Francês no Colégio Estadual Humberto Mendes.

⁹⁷ Aliança Renovadora Nacional, partido ao qual pertenciam os novos donos do poder local e estadual (MELO, 2001).

neste interregno entre um diretor e outro ela assumiu a direção, se portou muito bem na função”.

Também o Professor Mauro Feitosa e o ex- diretor Círiaco Barros fazem referência a excelente professora e diretora, que foi. Segundo comenta a ex-aluna Socorro Dionísio⁹⁸,

Ceiça, como era chamada, era um grande exemplo de professora, extremamente responsável e competente, de um conhecimento destacável na cidade, onde padres, juízes, advogados, sempre que necessário lhes pediam ajuda para correções de redações/textos. Teve grande destaque em sua administração, mulher de muito pulso, conduziu com firmeza o Humberto Mendes, tendo a disciplina com aliada da aprendizagem. O Colégio Humberto Mendes era o melhor, superior até aos colégios particulares, os nossos professores eram de alto nível. Para se ter uma ideia, a disciplina de Francês, era ministrado por um francês: Jean Segalen⁹⁹, tanto quanto as outras disciplinas. A disciplina era rigorosa dentro da escola.

O professor Chico Potiguar também faz suas alusões à referida diretora: “professora muito querida, muito respeitada, rigorosa, conseguiu fazer um bom trabalho”.

Após o pouco tempo da professora Maria Conceição à frente do Colégio Estadual Humberto Mendes, ocorreria a escolha/indicação do Pe. José de Souza Leite, que a substituiu na direção.

3.4 Período de 1967 – 1969 – José de Souza Leite (*in memoriam*)

Com a saída da diretora interina Maria Conceição, assumiu a direção do colégio o Pe. José de Souza Leite. Sobre sua administração, Monsenhor José Araújo relata:

Homem de coração muito generoso, por causa disso 'passava a mão na cabeça dos alunos' de modo que a saída dele não foi muito agradável, foi preciso vir a Palmeira dos Índios um membro da Secretaria de Educação, José Luitgard, mandar que ele se afastasse do cargo. Era uma pessoa boa, mas não tinha pulso.

⁹⁸ Entrevista cedida pela Sr^a Socorro Dionísio em sua residência, em Palmeira dos Índios, no dia 02 de julho de 2010.

⁹⁹ Jean Marc Leon Segalen, francês, que ministrava as aulas de Francês, no Colégio Humberto Mendes. Ensinou além do Francês, Inglês, Espanhol, Italiano, já que era um poliglota. (Gelva)

A causa de tal atitude do Governo teria sido porque, segundo Melo (2001), José Leite, em 1969, decidiu apoiar o candidato do M.D.B. para prefeito da cidade. Como esse candidato era de oposição ao Governo do Estado e do Planalto, o então diretor foi retirado do cargo de forma desagradável.



Figura 19 – Foto do Pe. José de Souza Leite
Fonte: Acervo do Colégio.

A passagem de Padre José Leite pela direção do Colégio Estadual Humberto Mendes também deixou suas marcas, como relataram os professores Mauro Feitosa, Abel Cordeiro e Pe. Odilon: José Leite era, segundo eles, um bonachão, era muito bom para os estudantes, comunicativo, muito atencioso com os pais dos alunos. Numa época, conta Abel Cordeiro, em que a direção enfrentava problemas, o governo abandonava a educação.

Na vida de padre, José Leite auxiliava o Monsenhor Macedo na Matriz Nossa Senhora do Amparo. Por ser muito bonito, as moças só queriam se confessar com ele e recebiam muitas broncas do Monsenhor. “Fiquei muitas vezes com minha confissão parada porque o Monsenhor Macedo estava tirando as moças da fila para Pe. José Leite, dizendo: - Querem tomar meu padre novo, o padre novo é meu...”, contou-me Círiaco Barros¹⁰⁰.

Com relação aos alunos, Mauro Feitosa afirmou a maneira como o colégio era conduzido “o aluno procurava estudar mais, não tinha essa malandragem de hoje, a

¹⁰⁰ Foi professor e diretor do Colégio Estadual Humberto Mendes, detalhes mais a frente.

família tinha mais responsabilidade com seu rebento, hoje parece que é muita liberdade”.

O corpo docente daquela época contava ainda com professores como Pe. Ludugero¹⁰¹, Chico Potiguar, Paulo Marinho (Matemática), Rita Mota (História), Margarida Ferro (História), Celso Canuto (Biologia), Amparo Neves, Léa Rêgo, Mons. Ferreira, Roberaldo e Aquiles (Bibliotecário).

O ex-aluno/diretor Círiaco Barros relembra as aulas de Geografia ministradas pelo Pe. Darci de Souza Leite: “Excelente – como não tínhamos material didático, ele enchia o jipinho - da década de 1950 – e nos levava para mostrar os riachos temporários, o rio Coruripe, era a aula prática dele”.

Foram práticas que permanecem até hoje, porém mais refinadas, mas que surgem como forma de contribuir com o aprendizado, é a relação teoria-prática.

O ex-aluno Audálio Ferreira relembra aquela época com muito orgulho: “as aulas diziam respeito a uma orientação, reflexão e discussão das situações vividas, bem como tratavam de discussões contextualizadas de artigos e textos estudados nas disciplinas”.

Nesse sentido, reforça o que Graça e Pedro Olimpio já mencionaram com relação às aulas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) de José Delfim da Mota Branco, que realizava debates que envolvia, algumas vezes, todos os alunos do Colégio, discutindo temas históricos, como, por exemplo, se Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo/Alagoas, tinha sido um traidor da Pátria ou não, e isto ocorria numa discussão ampla sobre a invasão holandesa e suas consequências, inclusive com a simulação de Júri.

Diante desta recuperação do que ocorreu na época da direção do Pe. José Leite, tem-se, como agravante, as questões político-partidárias estaduais, que traçaram, de forma indesejada, a saída deste diretor; contudo, deixou registros significativos para o colégio, traduzidos em ações como a inauguração da piscina, a instalação de bebedouros, mudanças pedagógicas, realizações que marcaram a passagem deste diretor, que teve como sucessor o Professor Mauro Daniel.

¹⁰¹ Membro da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, foi diretor do Colégio Pio XII e professor no Humberto Mendes, além de trabalhar com as comunidades indígenas da Fazenda Canto (aldeia dos índios Xucurus) e grupos rurais do povoado de Estrela – hoje Município de Estrela de Alagoas.

3.5 Direção de Mauro Daniel da Silva (1969 – 1972)

O Professor Mauro Daniel da Silva¹⁰² assume o cargo em maio de 1969 e traz consigo uma filosofia de trabalho peculiar de sua formação como ex-integrante da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, ciente das dificuldades, procurou atuar de forma objetiva nas questões pedagógicas e administrativas do Colégio Estadual Humberto Mendes.

No referido período o Humberto Mendes, contava com 1.671 alunos, ocupando 44 turmas, distribuídas nos três turnos. Mauro Daniel foi convidado e posteriormente indicado pelos professores junto à Secretaria de Educação para assumir a direção do Colégio, em vista da situação em que o colégio foi deixado com a demissão do diretor anterior, no que dizia respeito à disciplina, segundo alguns depoimentos discorridos no texto.



Figura 20 – Foto do Professor Mauro Daniel da Silva
Fonte: Souza (2010)

Em relação aos alunos, Mauro Daniel buscou meios para retomar a ordem vigente nos anos anteriores. Para tal contou com o apoio do Governador Afrânio Lages, do Secretário de Educação, Jaime Lustosa de Altavila e com o corpo docente, segundo depoimento da ex-aluna Valderez¹⁰³: “Sua gestão foi excelente, completo, com professores muito bons, não havia aula vaga, avaliação era uma

¹⁰² Mauro Daniel é ex-padre da Congregação do Sagrado Coração de Jesus e ex-professor do Colégio Pio XII. Pela sua formação, dirigia a escola com pulso, disciplina, tendo autonomia para fazer valer as suas decisões.

¹⁰³ Entrevista realizada com a Sr^a. Valderez Pereira do Nascimento, no dia 06 de julho de 2010, em sua residência, em Palmeira dos Índios. Ela foi aluna do Humberto Mendes e professora.

prova mensal e bimestral, só podíamos ficar em duas disciplinas para a segunda época”¹⁰⁴. Esta fala também é lembrada por outros professores e ex-alunos, que vivenciaram à época.

A parte administrativa funcionava muito bem, contando com a participação da Sr^a Shirley Ferreira Leal, como Secretária. Ela mantinha o “coração do Colégio” em perfeita ordem, muito organizada, segundo elogios do ex-diretor Mauro Daniel.

Shirley Leal, conforme depoimentos, foi um marco no Colégio Estadual Humberto Mendes. Mesmo sendo transitório o cargo de secretária, Shirley permaneceu como Secretária de 1965 até 1999, teve sua vida dedicada àquela Secretaria, onde toda história escolar de cada aluno ou aluna estava guardada. Fez este trabalho como muita dedicação e responsabilidade - em sua vida tinha como essencial a família, a igreja, o Colégio Estadual e fazer caridade, não necessariamente nessa ordem, foram 34 anos dedicados à parte burocrática do Colégio Estadual Humberto Mendes, segundo José Syneide.

A ex-aluna Valderéz também lembra a ordem que havia no colégio e faz referência à família, lembrando que na educação doméstica era sempre dito que “professor deve ser respeitado como pai e mãe”. E enaltece os seus professores, sendo enfática em relação ao professor José Delfim da Mota Branco:

Professor muito competente, ele deixou sua história no Humberto Mendes, como outros, ele foi uma figura muito engraçada, ele tinha duas notas (zero e dez), chegava meio nervoso, talvez pelo trabalho de advocacia em que atuava, e queria silêncio absoluto. Por causa de um *pio*, mais da metade da turma saiu, porém ninguém nunca foi reprovado. Um profissional polêmico em suas disciplinas História e O.S.P.B.

O marco neste colégio para a referida aluna e demais companheiros de sala era a forma como os professores ensinavam e se dedicavam. Na época, segundo ela, os docentes eram “exclusivos” deste colégio, ganhavam “muito bem”, tanto é que os rapazes sempre procuravam moças que fossem professoras para se casar.

O diretor Mauro Daniel tinha, na parte pedagógica, a maior preocupação, sempre trilhou caminhos os quais conduzissem para a excelência do ensino, que era refletido no índice de aprovação dos estudantes nos vestibulares. Foi nesta gestão,

¹⁰⁴“Segunda época” equivale hoje ao que chamamos de recuperação, somente que expressa por meio de uma prova feita após o encerramento do ano letivo. A reprovação na segunda época, que era por disciplina, significava reprovação, com repetição integral do ano.

segundo Melo (2001), que aconteceu a oficialização do curso Pedagógico, como também a criação do Caixa Escolar.

Em entrevista com Mauro Daniel, este afirma que trouxe muito da vivência do Colégio Pio XII, onde fora professor, dentre elas reuniões com os pais e a mesma filosofia de trabalho que aplicara no antigo colégio dos padres.

O Colégio Estadual nesse período se estruturava com o diretor (responsável pela administração), o supervisor (que trabalhava com os professores) e o orientador educacional (que cuidava dos alunos), diferentemente do que, segundo Mauro Daniel, ocorre hoje: “não tem mais orientador educacional e sim um Assistente Social, que vem para dar apoio ao aluno, sempre está certo, tem sempre algo a defender e os alunos foram tomando conta”.

A escola funcionava, então, com autonomia dos professores, pois, naquela época era inimaginável que um estudante faltasse com o respeito ao professor, pois ele era expulso imediatamente. A expulsão era fato constrangedor para o aluno e a família, pois continha na transferência o seguinte observação: “transferência expedida a bem da disciplina”. Com isso este aluno jamais se matricularia noutra escola pública. Para continuar teria que pagar uma escola particular. Com essa forma enérgica de conduzir a administração, a ordem era mantida com firmeza, sendo o objetivo do alunado do Humberto Mendes estudar com foco no vestibular.

Sobre este período, a respeito da disciplina o ex-aluno Audálio assim se pronuncia:

A disciplina funcionava de forma que o aluno ao infringir as normas internas, comportamento inadequado em sala, etc., logo era enviado para ser ouvido pelo Diretor, cujas sanções eram aplicadas de forma gradativa: advertência, suspensão ou mesmo expulsão do Colégio.

Um fato ocorrido no período de Mauro Daniel foi a ameaça de alunos ao professor de francês, Jean Segalen, que o obrigou a mudar as notas. Tendo a direção tido conhecimento do fato, preparou as transferências dos alunos – adultos que estudavam no noturno – e entregou em plena sala de aula, dizendo: “nosso colégio não tem competência para ensinar a vocês, que são muito inteligentes, procurem outro colégio”.

Este professor de Francês tem uma história curiosa e ao mesmo tempo curiosa - como e por que um francês vem residir em Palmeira dos Índios na década

de 1960? Para esclarecer o caminho deste mestre, fui em busca de sua filha Gelva¹⁰⁵ que relatou este processo migratório do professor de Francês que se fez palmeirense.¹⁰⁶

Durante os anos de 1960 e 1970, a filosofia administrativa do Humberto Mendes, pelo que se pode concluir, prezava pela disciplina e pela qualidade do ensino tida como desejável para a época – cujo corolário era a aprovação no vestibular -, com os melhores índices de sucesso nas universidades públicas, como destaca Mauro Daniel:

a forma de conduzir um estabelecimento de ensino está no regimento da escola, os direitos e deveres, onde todos os envolvidos devem ou deveriam saber, ter conhecimento, pois tem que seguir o regimento, não dá pra deixar o alunado fazer o que quer, é preciso ter regras efetivas.

O discurso acima aparece, direta ou indiretamente, em praticamente todas as entrevistas. Até o início dos anos de 1970, quando havia a ausência de professores para alguma cadeira, de imediato era resolvido, pois o diretor tinha o maior apoio do Secretário de Educação. O colégio nunca ficou com carência de professor nesta época, até porque não podia ficar com aula vaga. Quando isso acontecia e não havia substituto de imediato, outro mestre ocupava o lugar, desde que todos tivessem as aulas definidas para aquele dia.

Desse modo, a escola cumpria seu papel como instância do Estado: o direito do estudante ter suas aulas completas era cumprido, os alunos chegavam na hora de início e saíam no horário final, como estava distribuído em seus horários, nada de sair antes do término das aulas do dia. Isso já era uma filosofia que, segundo Mauro Daniel, ele tinha praticado na Congregação do Sagrado Coração de Jesus:

¹⁰⁵Entrevista realizada com a ex-aluna - filha de Jean Segalen - Gelva Márcia Segalen, no dia 26 de julho de 2010, em sua residência em Palmeira dos Índios. A mesma também foi professora do Colégio Humberto Mendes, lecionando Francês até início dos anos de 1980 e posteriormente Português.

¹⁰⁶Ele era ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e veio para o Brasil por volta de 1944, antes de terminar o conflito. Saiu da França num caixão, depois vestiu-se de palhaço [...] e chegou ao Rio de Janeiro onde foi trabalhar num circo. Como era mecânico, seguiu para o Recife e posteriormente para Alagoas, precisamente para São Luiz do Quitunde, onde trabalhou na usina, como Engenheiro Mecânico e professor de Francês na escola da usina. Sua família que ficou na França (Pai e Mãe), foram presos por Adolf Hitler e levados para o campo de concentração, onde morreram. Em sua trajetória após construir sua família em São Luiz do Quitunde, seguiu para a cidade de Penedo, onde fundou a Escola de Cultura Francesa que posteriormente transferiu para Palmeira dos Índios. Com sua permanência na cidade, foi convidado para ensinar no Colégio Pio XII, fez o concurso para professor do Estado e foi nomeado para o Colégio Estadual Humberto Mendes, no final dos anos de 1960, permanecendo ali até o final da década de 1970.

é o compromisso que a escola tem com a família, a qual entrega seu filho e tem a certeza de que ele sairá na hora marcada, então no colégio era feito de um tudo, mas o aluno só saía no final de sua aula.

A presença do diretor na escola é muito importante, como afirma Mauro Daniel:

as aulas começavam às 7h, às 6:30 eu já estava no colégio, olhava tudo e seguia para o portão de entrada, que era eu quem abria e fechava. Então os alunos sabiam que o diretor estava na escola, isto os três turnos, tinha muito ciúme do colégio, cuidava muito bem.

Sua fala é reforçada pela ex-professora Eliomar Cartaxo¹⁰⁷, quando afirma que “em sua administração [de Mauro Daniel] tudo andava em ordem, a disciplina era o segredo do sucesso na aprendizagem”. Como também afirma a ex-aluna Gelva: “o professor Mauro Daniel era uma moral, resolvia as coisas numa calma, muito tranquilo”.

A trajetória do diretor Mauro Daniel, segundo o professor José Correia, é assim descrita:

Mauro foi um excelente diretor, a parte pedagógica, principalmente do Científico, começou a nascer e a crescer com ele, porque ia para Maceió e conseguiu bons professores, momento em que o Estadual começou a ter nome.

O professor Chico Potiguar também contribuiu com a caracterização desta gestão, quando afirma que:

Mauro Daniel foi o principal responsável pela subida de qualidade de ensino, conseguindo professores da capital para ministrar aula no Humberto Mendes [...] o grande salto de qualidade aconteceu em sua gestão.

A professora Eliomar relata que nesse período exercia sua função com autonomia, as decisões tomadas eram acatadas pela direção, nenhum aluno esperava o mestre fora da sala, foi o período em que houve mais alunos aprovados

¹⁰⁷ Professora aposentada do Colégio Estadual Humberto Mendes, dedicou 22 anos de sua vida a esta escola, onde, além de ser professora, também assumiu a Coordenação de área. Natural de Igaci/AL, foi ser professora a convite de Mauro Daniel, para tal fazendo um curso em Maceió - Curso de Suficiência, que dava direito a ensinar - pois terminara o Científico, fizera o Concurso Público e começara em 1970, no Humberto Mendes.

Entrevista cedida por Eliomar Cartaxo Sampaio Leite, no dia 03 de julho de 2010, em sua residência, na cidade de Palmeira dos Índios. Ela foi professora no Humberto Mendes e hoje, mesmo aposentada, ainda leciona numa das mais importantes escolas particulares da cidade.

em vestibulares na UFAL. Os professores mantinham a ordem na sala de aula e desenvolviam todas as atividades, segundo a professora:

Tínhamos 40h, mas trabalhávamos 32h, porém o professor preparava sua prova e ia rodá-las no mimeografo e como eram muitas provas e na semana não dava certo iam no domingo rodar as provas, às vezes mais de mil provas.

Com relação a este trabalho do Magistério enfatizado pela professora Eliomar, a ex-aluna Valderez faz uma analogia, dizendo que:

nesta época não havia recuperações bimestrais, o aluno somente podia ficar em duas disciplinas para a chamada “segunda época”, que acontecia no mês de janeiro do ano seguinte, com todo assunto estudado durante o ano e os professores tinham maior desempenho em sala de aula. Hoje trabalha-se duzentos dias letivos com muita angústia e praticamente nenhum tempo para as tarefas de preparação das aulas.

Esta fase de Mauro Daniel na direção transcorreu, pelo que se pode perceber, muito bem. O próprio ex-diretor relata o grande apoio da equipe, principalmente de Chico Potiguar, na parte pedagógica do Curso Científico, de Margarida Ferro com o Curso Pedagógico e, na Orientação Educacional, da Irmã Marcelina¹⁰⁸ – freira da Congregação das Filhas do Amor Divino -, que recebera licença da Congregação para trabalhar fora, pois precisava ajudar sua família. O colégio atendia a todos da sociedade palmeirense, porém tinham que passar pelo exame de Admissão. Segundo Mauro, “uma vez precisei anular o exame porque vi que alguns professores estavam ensinando aos alunos na hora da prova”.

A formação pedagógica, do período, segundo Mauro Daniel, era realizada pela Secretaria de Educação: no período de férias, sempre haviam cursos para os professores, os quais eram convidados a participar, como também faziam cursos fora do Estado. A Secretaria de Educação era muito presente e a coordenadora do

¹⁰⁸ Irmã Marcelina, natural do Rio Grande do Norte, pertencente a Congregação das Filhas do Amor Divino – Centro Educacional Cristo Redentor - formada em Pedagogia, era uma freira futurista, vivia à frente de sua época, muito extrovertida, era professora de Educação Física no Colégio Estadual Humberto Mendes.

Já nos anos de 1970 ela trouxe um professor/doutor em Psicologia para uma palestra com os professores – mesmo sendo só professora ela o que conseguia de melhor era estendido a todos - passamos o dia no Seminário com este professor, que tinha acabado de defender uma tese nos Estados Unidos, sobre a Evolução Tecnológica e a era da Cibernética. Naquela época não se tinha nada disso, mas ela já tinha essa visão e sempre dizia: “vocês professores se preparem que o nosso futuro vai ser esse, tudo será comandado pela tecnologia”, comenta a ex-professora Eliomar Cartaxo. Também é mérito de Ir. Marcelina, em 1967, a implantação do Handebol, em Alagoas.

Primário, Maria do Rosário, sempre estava no colégio trazendo material, ensinando, orientando, vendo as dificuldades e acompanhando o desempenho de professores e alunos.

A Secretaria de Educação estava, nesse período, sob a direção de José de Melo Gomes e o Colégio Estadual Humberto Mendes não estava ligado à Coordenadoria Regional de Ensino e sim à Secretaria de Educação. Nesta gestão o então Secretário sempre chegava para visitar o colégio, para ver de perto o andamento do mesmo, conta o ex-diretor Mauro Daniel.

Durante quatro anos Mauro Daniel administrou o colégio com firmeza, como é citado pelos entrevistados. O grupo de trabalho sempre foi muito harmônico, porém, segundo ele, a renúncia foi inevitável, depois de uma atitude indesejada – na sua visão - para o bom andamento do processo:

Sou de pavio curto, renuncio com a maior facilidade, então chegou uma professora e me entregou uma carta e disse que estava nomeada para o Humberto Mendes, Eu respondi: - Não tenho carência, nem pedi professor... Sim, e você ensina o quê? - **Ensino qualquer coisa**, ela respondeu. Me deu uma tristeza, uma decepção e vi que ali era o começo do fim. [grifo meu].

É notório no trecho acima o início das indicações políticas, o apadrinhamento, em troca de votos. Neste novo cenário teve papel fundamental na pasta de Educação de Palmeira dos Índios, o Deputado Jota Duarte¹⁰⁹ que começaria a interferir nas indicações e a repercutir, especialmente a quantidade de contracheques que chegavam à escola, de pessoas lotadas e que não trabalhavam. Segundo Mauro Daniel devolvia todos para a Secretaria de Educação, e foi nesse contexto e com este novo perfil de gestor responsável que o professor Mauro Daniel demitiu-se do cargo de diretor, em 1972.

¹⁰⁹ Jota Duarte, natural de Palmeira dos Índios, estudou no Grupo Escolar Almeida Cavalcante e no Colégio Pio XII, tendo começado sua vida política na cidade, em 1962, como vereador, foi prefeito por dois mandatos (1966 e 1973) e garantiu lugar na Assembleia Legislativa por cinco vezes, sendo o primeiro mandato em 1978. Como Deputado Estadual ficou sob sua responsabilidade a pasta da Educação, na qual indicava os ocupantes dos cargos de diretor e de coordenador regional de ensino, além que empregar professores na rede estadual de ensino. Para as indicações do referido cargos, segundo o ex-deputado, seguia alguns critérios como: pessoas idôneas, que militavam na área, então indicava para o governo nomear. “Nunca interferi nas decisões da escola” – disse-me ele, “o diretor era autônomo, somente quando havia algum problema para ser resolvido junto ao governo eu acompanhava o diretor para facilitar seu acesso e reforçar as necessidades, então juntos íamos buscar as soluções. Quanto ao Colégio Estadual Humberto Mendes, indiquei muitos de seus diretores. Este contribuiu para a educação dos filhos da sociedade palmeirense, meus filhos estudaram lá, a escola merecia credibilidade, não havia rejeição”. Conversa da pesquisadora por telefone com o Ex-deputado Jota Duarte, em 25/10/2010.

Como resultado deste primeiro decênio foram muitos os destaques profissionais que tiveram sua base no Humberto Mendes, resultado do ensino público da época o setor de serviços com excelentes profissionais nas mais diferentes profissões para as quais se exigia curso superior.

Este percurso trilhado por Mauro Daniel foi o grande marco da ascensão da educação pública estadual no interior do Estado de Alagoas.

3.6 Direção de José Correia Filho (1973 – 1975)

De origem rural, do município de Palmeira dos Índios, José Correia veio para a cidade estudar no Colégio Pio XII, no qual fez a 4ª série – hoje 5º ano do Ensino Fundamental – com a professora Lourdes Monteiro (citada no capítulo anterior), que ensinava muito bem, mas continuava utilizando a palmatória, quando necessário. “Muitos são os/as palmeirenses que devem a esta excelente professora sua educação”, comenta José Correia¹¹⁰.



Figura 21 – Foto do Professor José Correia Filho
Fonte: Souza (2010).

Toda a vida escolar de José Correia foi no Colégio Pio XII, onde teve início sua carreira profissional. Do Pe. Ludugero – que sempre o orientou – quando fazia o 3º ano Científico, recebeu uns livros de Desenho Geométrico, começando a ministrar suas aulas nessa disciplina e, posteriormente, no Colégio Sagrada Família, Francisco Cavalcante e Pio XII, passaria a trabalhar também com Matemática.

¹¹⁰Entrevista realizada com José Correia Filho, no dia 28 de julho de 2010, na cidade de Maceió, em sua residência. Ele foi diretor do CEPA, foi Superintendente e Presidente da LBA/Maceió, Secretário do Trabalho, Diretor e Superintendente da Secretaria de Saúde.

Como muitos professores da época, José Correia passou pelo curso de Suficiência e, posteriormente, cursou faculdade em Arapiraca, na FUNEC – Fundação Educacional do Agreste Alagoano, em Ciências, vindo, depois, a fazer em Maceió o curso de Direito.

Ingressou no Colégio Estadual Humberto Mendes como professor na gestão de Pe. Odilon, a convite de Pe. Ludugero. Como mencionara Pe. Odilon anteriormente sobre esses convites, José Correia enfrentou um período de seis meses sem receber seus vencimentos, chegando a ir à Secretaria de Educação, como outros colegas fizeram, reivindicar seus salários.

Sua trajetória teve início no Humberto Mendes como professor de Matemática das 7ª e 8ª séries (hoje oitavo e nono ano do Ensino Fundamental) e do Pedagógico, também com Desenho Geométrico, passando pela gestão de Maria Conceição, Pe. José Leite e Mauro Daniel, do qual recebeu o convite para ser assessor.

Após a renúncia de Mauro Daniel, José Correia já sendo assessor (hoje vice-diretor) e, por indicação do Bispo da Diocese de Palmeira dos Índios, Dom Otávio Aguiar, que era muito amigo do então Secretário de Educação, Jaime de Altavila, assumiria a direção do Colégio Estadual Humberto Mendes, por nomeação do governador Afrânio Lages.

À frente do Humberto Mendes buscou seguir o caminho traçado pelo diretor anterior, recebendo todo apoio da Secretaria de Educação deixando na sociedade palmeirense a marca do período deste colégio que é lembrado por todos os entrevistados de forma muito positiva.

O segredo do bom funcionamento neste período, que, segundo alguns entrevistados, teria sido o mais destacado de todos os tempos, estaria agregado às relações interpessoais entre Direção da Escola/Governo do Estado (Afrânio Lages) / Secretário de Educação (Jaime de Altavila)/equipe de trabalho. De qualquer modo, devido aos laços estreitos de amizade com o Bispo da cidade, a Secretaria estava sempre aberta e disponível para resolver os problemas do Colégio Estadual Humberto Mendes, como cita José Correia:

era um apoio irrestrito, não faltava professor, a qualidade do ensino foi refletida nos vestibulares. Os professores eram de Palmeira dos Índios, Maceió e Arapiraca, o que tinha de bom estava no Humberto Mendes.

A estrutura do trabalho pedagógico foi articulada pelo então diretor, fazendo parte da equipe o Professor de Inglês, Lenilto Alves dos Santos, como assessor do matutino, no vespertino Ivaldo Buarque, professor de Geografia e, no período noturno, Ciríaco Barros, de Ciências.

O Esporte ficou sob a responsabilidade de Vitor Chuek¹¹¹ com sua equipe de natação, handebol, futebol de campo, atletismo. O mesmo diz que:

trabalhava no DNOCS e no Humberto Mendes, minhas aulas eram das 6h às 8h da manhã, depois consegui ficar só um horário no DNOCS, e tinha mais tempo para o esporte, porém, não tinha estrutura física para trabalhar com mais rigor. Os diretores vão passando e chega José Correia, que nesta época o Secretário de Educação era Murilo Mendes, com muita amizade conseguimos a recuperação da piscina e já solicitamos a construção do ginásio.

As mudanças de Secretário de Educação naquela época foram benéficas ao Humberto Mendes: com a chegada de Jaime de Altavila à Secretaria Estadual de Educação, os laços de amizade tornaria tudo muito fácil para o bom desempenho do Humberto Mendes, na parte do esporte e do ensino, conta Vitor Chuek.

O ex-aluno Roberval Melo¹¹² enfatiza o orgulho que era estudar no Humberto Mendes – segundo ele numa fase de ouro - e ao mesmo tempo ter sido o grande destaque no Handebol do Colégio Estadual Humberto Mendes e o primeiro atleta do interior alagoano a participar da Seleção Alagoana de Handebol.

Com um currículo esportivo importante, Roberval Melo discorre sobre o período estudantil neste colégio. Menciona o professor Vitor Chuek que, com seu dinamismo, construiu a história do esporte no colégio. Foi uma época de valorização da escola e do esporte, muitos investimentos aconteceram no colégio para sua melhoria.

Segundo Roberval, como o professor Vitor, que era muito atuante, preparava muito bem os atletas nas modalidades de futsal, handebol, voleibol e natação, junto

¹¹¹ Entrevista cedida pelo ex-professor Vitor Jacó Chuek, em seu estabelecimento comercial, em Maceió, no dia 09 de agosto de 2010. Sua história é traçada pela migração familiar, seu pai que era Médico da Missão Rural – órgão Federal, natural da Bahia. Vitor ficou em Salvador com sua avó, pois estudava no Colégio Salesiano e o irmão cursando Medicina. Quando se formou seguiu seu rumo e foi com a avó para Palmeira dos Índios. Deixaria Palmeira dos Índios em 1975 e seguiria para Maceió, onde reside até hoje.

¹¹² Entrevista realizada com o ex-aluno/atleta Roberval de Oliveira Melo, no dia 02 de agosto de 2010, na sede da Cooperativa Agropecuária de Palmeira dos Índios – CARPIL, em Palmeira dos Índios. Ele foi um grande marco no esporte deste colégio, onde estudou de 1972 a 1978, chegando a ser o primeiro atleta do interior de Alagoas a participar da Seleção Alagoana de Handebol, sob o comando do Professor Flaudizio.

com a professora Ana Clara, que trabalhava com as meninas, com a melhoria na estrutura para o esporte, foi necessário buscar mais professores. Assim, vieram de Maceió os professores Taneburgo, Lucas, Wellington e Ricardo Lessa, uma equipe completa para estruturar o esporte deste colégio, contam Vitor e Roberval.

Desta época ficaram grandes marcas no esporte, com campeões do colégio na nataçãõ, com destaque de Andréa Malta, campeões no futebol de campo, uma equipe de vencedores no futsal, tendo com destaque Ricardo Vitório – hoje advogado -, no Voleibol com Hélio – hoje Médico -, Edval Gaia Filho– hoje Deputado Estadual – tudo representando as marcas do trabalho do professor Vitor que ecoaram não somente em Palmeira dos Índios mas, em todo Estado de Alagoas.

Devido ao intenso e dedicado trabalho deste grupo, o Humberto Mendes foi um celeiro de atletas para Alagoas, mesmo sendo uma escola pública que enfrentava muitas discriminações. O trabalho no esporte estruturado pelo professor Vitor teve grande respaldo até o ano de 1978, com a contribuição de outros profissionais. Com a saída do professor Vitor Chuek para Maceió, chegaria o professor Givaldo Leôncio¹¹³, que deu continuidade ao que vinha sendo desenvolvido.

Neste momento - 1975 – o Colégio contava com toda estrutura física para o esporte e surgem as escolinhas de futebol e handebol, a grande novidade de então junto com os jogos internos. O professor Givaldo consegue ampliar a participação do Humberto Mendes, levando a seleção de adultos para participar do JEAL (Jogos Estudantis de Alagoas), prosseguindo o trabalho iniciado pelo professor Vitor, junto com a seleção feminina de Handebol, orientada pelo professor Roberto Wanderley (Beto Tampinha), nesta época.

Com o trabalho dos professores e os destaques nos jogos internos, surge a grande revelação da época - o aluno/atleta Roberval Melo, com apenas 15 anos, convidado pelo professor Givaldo para participar da seleção de Handebol do Colégio. Este momento mudou a história do colégio público do interior e a rotina da cidade na década de 1970.

Esta equipe formada pela Secretária Shirley Leal, a Coordenadora do Pedagógico Lourdes Sá, os professores e o apoio da Coordenadora Regional

¹¹³Givaldo Leôncio era formado em Educação Física, natural de Palmeira dos Índios, tinha uma experiência muito grande no esporte, foi jogador do CSE, CSA, chegou na escola e fez uma grande revolução, segundo Roberval Melo.

Djanira Santos, foi responsável pelo sucesso e crescimento do Colégio Estadual Humberto Mendes na gestão de José Correia. Era uma equipe fabulosa afirma o ex-diretor.

Na parte pedagógica sempre aconteciam às reuniões de pais e mestres uma vez por mês no Ginásio de Esportes, que ficava repleto, neste momento eram discutidos assuntos de interesse da comunidade estudantil, o que favorecia o bom andamento da escola. Para corroborar o que diz o ex-diretor José Correia, temos fala de Pedro Ferrari¹¹⁴ – ex-Juiz de Direito da cidade, que diz: *nunca faltei a uma reunião de pais, as quais se caracterizavam pela transparência, linguajar, carinho, respeito, a maneira de ser, o atendimento, não havia distinção de classe social.*

As reuniões como os professores eram semanais (Fig. 22), em cada turno, porque favorecia a todos, depois do que era feita uma reunião geral, conta o ex-diretor.



Figura 22 – Flagrante de reunião com os professores - 1975
Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

Desta época outros professores são citados, como Agripino, de Arapiraca, Pe. Alberto Azevedo (SCJ), Ir. Tadeia, que lecionava Ciências, Terezinha Muritiba, Marta Queiroz – segundo entrevistados um corpo docente rico, cujos integrantes deixaram sua história de vida marcada no Humberto Mendes. Neste contexto, a ex-professora Elionar Cartaxo fala sobre a importância do professor do Colégio Humberto Mendes: nos anos de 1970, segundo ela, ser professor deste colégio era mesmo que ser um doutor, PhD, um profissional do mais alto escalão da educação, era reconhecido e respeitado em toda Palmeira dos Índios.

¹¹⁴Pedro Ferrari foi Juiz de Direito de Palmeira dos Índios e seus filhos, alunos do Colégio Estadual Humberto Mendes.

José Correia utiliza-se de dois nomes que, segundo ele, contemplam todos os alunos deste período áureo do Humberto Mendes: Carlos Alberto – chefe dos Promotores de Alagoas - e Audálio Ferreira, entre tantos outros nomes que se destacam profissionalmente em nosso país e que saíram da educação pública.

Segundo José Correia, havia uma harmonia muito grande entre todo corpo docente, discente, direção e família. Aos domingos a piscina era aberta para os professores e familiares participarem, além de muitas festas comemorativas (Fig.23), como aniversários, encerramento do ano. Somente não se podia fazer baile, por razões óbvias, já referidas quando tratei da gestão do padre Odilon.



Figura 23 - Momento Festivo - 1974
Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

Para os estudantes, eram os jogos interclasses (Fig. 24) - que tinham a duração de duas semanas de competições a cada ano – um dos pontos altos da vida do colégio. Neste período, o ex-aluno Denisson¹¹⁵ menciona a tranquilidade que eram os jogos, a vibração de todos, sem violência alguma e cita a frase ainda existente no Ginásio de esporte "O IMPORTANTE É COMPETIR E NÃO VENCER", expressão do *fair play* que caracteriza o espírito olímpico. Nesses dias o colégio fechava as atividades em sala e todos participavam dos jogos, como atleta ou torcedor.

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo ex-aluno Denisson Calixto Barros, em seu consultório odontológico em Palmeira dos Índios, no dia 06 de junho de 2010. Ele, quando aluno do Humberto Mendes, da 6ª série ao 1º ano Científico, trabalhou como o "Menor Aprendiz do Banco do Brasil".



Figura 24 - Jogos Inter-classes - 1975

Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

A estrutura da escola sempre foi alvo de grandes cuidados: com muito zelo com o patrimônio público, toda a escola se mantinha muito limpa, os serviçais eram responsáveis pelo desempenho da função: “eu era muito disciplinador, tinha uma frase na entrada “EVITE CHEGAR ATRASADO”, o respeito era muito grande, a disciplina funcionava muito bem”, diz José Correia.

Para confirmar isso, trago o que diz a ex-aluna Gelva: “Zé Correia era muito paciente, dava agonia, nunca gritou com ninguém, tudo funcionava muito bem”. O mesmo diz o ex-aluno Audálio, quando afirma que a postura dos professores, de uma forma geral, era exemplar, pois a direção do Colégio primava pela excelente qualificação de seu corpo docente, e isto refletia positivamente, tanto em sala de aula quanto no âmbito externo.

O ex-aluno Denisson também faz referência à disciplina e ao respeito dos alunos com os professores:

após o toque da sineta, todos se dirigiam para as salas onde esperava o professor, quando o diretor ia à sala todos ficavam de pé e só sentavam quando ele mandava, era uma equipe muito boa, professores, direção e assessores de disciplina.

Pelo que é possível concluir, a disciplina é citada pelo ex-diretor, ex-professores e ex-alunos como fundamental para o bom andamento do ensino. Para tal o ex-diretor, como o seu antecessor, afirmou ser preciso estar sempre presente, pois começava por si mesmo a disciplina, o compromisso, a ética: “a presença impõe respeito, sempre estive presente nos três turnos e os alunos tinham respeito,

não era medo”, José Correia, o que é confirmado pelo o ex-aluno Audálio: a presença do Diretor tinha como consequência um ambiente harmônico e respeitoso.

Neste processo de ensino e disciplina, o ex-aluno Saulo Ferreira¹¹⁶ corrobora com o que foi dito, quando afirma:

O processo de ensino-aprendizagem era orientado pelo modelo da “educação bancária”, a escola tradicional. A disciplina se manifestava de forma diversa, nos mínimos detalhes: exigência de uniforme completo, desde a cor da meia, sapato, calça, camisa etc; hastear bandeira, cantar hino nacional (apelo ao patriotismo). Havia um rigor na aplicação das normas (suspensão, expulsão).

Dentre as reivindicações da escola, além da reforma da piscina, que voltou ao seu funcionamento, conseguiu José Correia a construção das oficinas – onde os alunos aprendiam uma arte, saíam praticamente com uma formação profissional - de artes industriais, técnicas agrícolas e educação para o lar. Como podem ser visualizadas nas figuras 25 e 26.



Figura 25- .Oficinas ao lado do ginásio do Colégio - 1974
Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

¹¹⁶Entrevista online, realizada dia 12 de agosto de 2010 com Saulo Ferreira Feitosa, ex-aluno e hoje professor de Bioética e atua também como indigenista – Conselho Indigenista Missionário(CIMI).



Figura 26 - Governador Afrânio Lages visita as oficinas do Colégio - 1974

Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

A inauguração do ginásio de esportes, que teve início na gestão anterior, dar-se-ia em 17 de junho de 1974, (Fig. 27), como também seria construída na gestão de José Correia a pista de atletismo, o campo de futebol (Fig. 28), além de salas de aulas, sanitários. Enfim, foi aquele um período de grandes mudanças, sobretudo na estrutura física do Humberto Mendes.



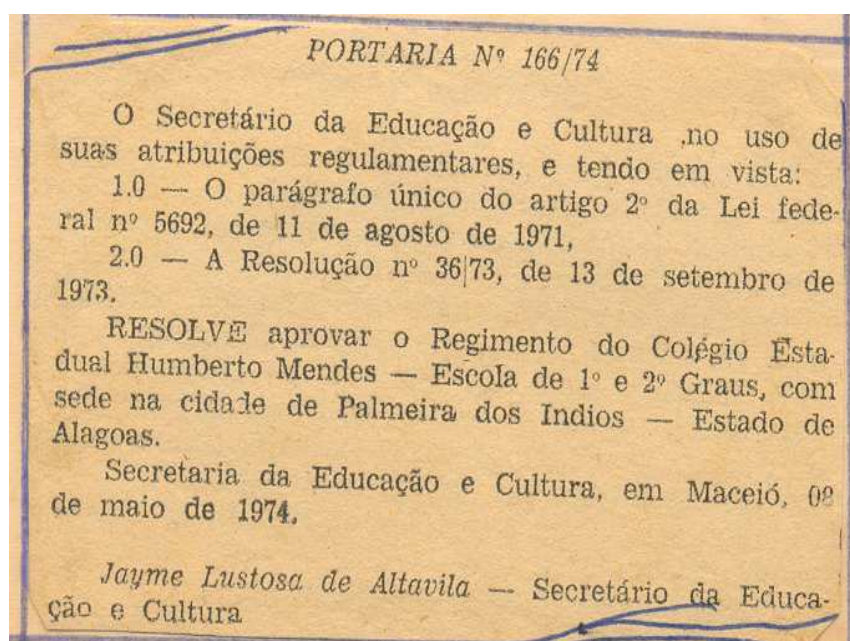
Figura 27 - José Correia fala em mesa que presidiu a inauguração do Ginásio de Esportes - 1976

Fonte: Arquivo pessoal de José Correia.



Figura 28 - Pista de atletismo e campo de futebol - 1975
Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

Segundo Melo (2001, p. 53), foi também durante a administração de José Correia que ocorreu a reforma do regimento interno e houve a implantação da reforma do ensino no Colégio Estadual de acordo com a Lei nº 5.692, de 1971, a LDBEN decretada pela Ditadura Militar, cuja prova material é a construção de oficinas para implantação da profissionalização legalmente acoplada à nova Lei. De fato, por meio da Portaria nº 166/74 é aprovado o regimento do Colégio Estadual Humberto Mendes pelo então Secretário de Educação Jayme Lustosa de Altavila. (Diário Oficial, 09 de maio de 1974), cuja cópia vem a seguir;

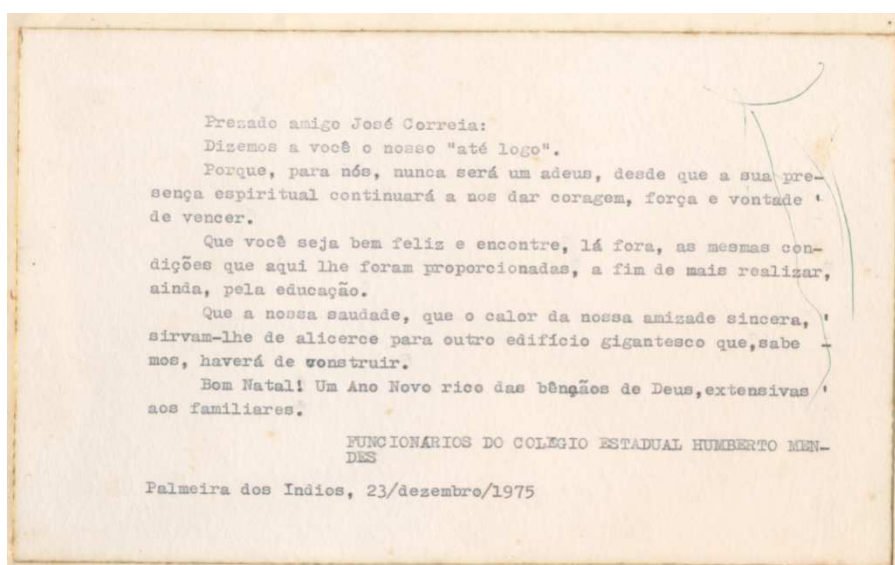


Documento 1 – Fac símile da Portaria que aprova o Regimento do Colégio
Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

O diretor também se recorda da Banda Fanfarra que continuava sendo uma das melhores do Estado de Alagoas, com sua presença nos desfiles que aconteciam em diferentes lugares do Estado e também fora, como Garanhuns(Pe.). A banda tinha o comando de Élson de Oliveira e, nos desfiles de 20 de agosto e Sete de Setembro, arrastava aplausos de toda multidão e quando passava encerrando o desfile, todos a acompanhavam.

Quanto aos alunos, alguns participavam do grêmio, representantes de sala, que era a partir dali que saíam oradores, políticos, líderes, pois as articulações no seio do grêmio conduziam os alunos a este campo da política.

Enquanto isso, o diretor continuava reivindicando das autoridades as soluções dos problemas existentes e ao mesmo tempo a ampliação do colégio. Com tal desempenho recebeu muitos elogios de amigos, representantes do governo, imprensa, como pode ser visto no documento a seguir:



Documento 2 – Texto de despedida do Diretor apresentada pelos servidores do Colégio – 1975

Fonte: Arquivo pessoal de José Correia

Ao encerrar a gestão, disse o Professor Correia:

tenho muito orgulho deste trabalho que junto com a minha equipe conseguimos fazer pela educação em Palmeira dos Índios, a confiança que os pais tinham em mim, quando eu ia até suas casas pedir para que suas filhas desfilassem, isso é motivo de muito orgulho. Como professor e como diretor eu estou muito feliz e não terminei os meus sonhos [...], plantamos e colhemos.

A saída do Professor Correia foi espontânea, já que ele recebeu um convite do ex-Secretário de Educação, Jayme de Altavila, para ir para Maceió, onde trabalhou no Colégio Maria José Loureiro e ficou como diretor administrativo do CEPA – Centro Educacional de Pesquisas Aplicadas - embora o objetivo principal de sua ida para a capital tivesse sido integrar o grupo da LBA – Legião Brasileira de Assistência - em 1976¹¹⁷.

3.7 Direção de Ciríaco Barros (1976 a 1977)

Após a entrega do cargo de diretor, pelo Professor José Correia, surge a vacância que foi preenchida pelo professor Ciríaco Barros¹¹⁸, com uma trajetória totalmente estranha à Educação, pois era Fiscal de Renda que, por perseguições internas, tinha sido transferido para a Secretaria de Educação, sendo lotado no Colégio Estadual Humberto Mendes, em 1967, onde passou a trabalhar na Secretaria.



Figura 29 – Foto de Ciríaco Barros
Fonte: Arquivo pessoal de Denisson Calixto

¹¹⁷ Sua passagem pela LBA (Legião Brasileira de Assistência) deixou frutos em Palmeira dos Índios, especificamente na Fazenda Canto – aldeia Xucuru/Kariri -, num projeto de criação de caprinos.

¹¹⁸ Entrevista realizada com o Sr. Ciríaco Barros, no dia 21 de julho de 2010, em sua residência, na cidade de Maceió.

Segundo ele,

na última vez [que viria a trabalhar em Palmeira dos Índios] havia na cidade um movimento político que protegia os amigos e os adversários eram massacrados e eu fui considerado adversário do meu grupo de trabalho, por não participar de orgias nem farras, era de casa para o trabalho e vice-versa, por isso eu ficava do outro lado. O chefe me perseguiu e conseguiu me transferir, sem nenhuma justificativa para a Secretaria de Educação, foi quando solicitei minha ida para Palmeira dos Índios, trabalhar no Colégio Estadual Humberto Mendes, em 1967.

O diretor de então era o Pe. José Leite, que o estimulou para o retorno do mesmo aos estudos, já que ele tinha sido impedido de estudar por dez anos. Apenas com o Curso Ginásial, recebeu muito incentivo do diretor e foi cursar o Científico, enquanto trabalhava no outro horário.

Em 1969, sendo o diretor Mauro Daniel e cursando o terceiro Científico (hoje 3º ano do Ensino Médio), e mais uma vez sob orientação, Ciríaco foi solicitado pelo diretor que escolhesse uma disciplina para fazer o Curso de Suficiência em Maceió. Mesmo relutando contra o convite – por não ter aptidão para o Magistério - decidiu por Ciências.

Fez o Curso que lhe dava o direito de lecionar em caráter precário, tendo recebido todo apoio do então diretor Mauro Daniel. Ao concluir o curso, retornaria a Palmeira dos Índios e lá recebera um convite do Pe. Ludugero para lecionar Ciências no Colégio Pio XII – de onde era ex-aluno – e também nos cursos de Comércio e Pedagógico que funcionavam no Grupo Escolar Estadual de Nova Jersey.

Já na década de 1970, sob a direção de José Correia, houve concurso público para professor e Ciríaco conseguiu aprovação em primeiro lugar e foi lecionar no Colégio Estadual Humberto Mendes, com uma carga horária de 40 horas semanal, distribuídas em sala de aula e como coordenador do curso noturno, auxiliando na disciplina, enquanto o diretor terminava o ensino superior em Arapiraca. Em seguida foi estudar na Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA).

O professor Ciríaco foi procurado pelo Deputado Jota Duarte, pois havia na cidade um movimento indicando-o para a direção do Colégio Estadual Humberto Mendes. Com muita luta contra a indicação, após dois encontros com o referido político que justificava a indicação dizendo que não iria buscar em outro lugar um

professor para assumir a direção. Neste momento, segundo Ciríaco, teria respondido ao Deputado Jota Duarte:

tem pessoas da sua preferência e o corpo docente tem o bastante para que o senhor escolha outra pessoa [...] após quinze dias voltei a casa do deputado e me convencendo, fui franco: Sr. Jota, você me convenceu mas eu vou aceitar com o intuito de prestar um serviço a comunidade de Palmeira dos Índios, não é para lhe agradar.

A trajetória do então diretor contou com o apoio da Secretária do Colégio Humberto Mendes, Shirley Leal, dos professores que assumiram as assessorias - Leonor Ramos (matutino), Ivaldo Buarque (vespertino) e Paulo Marinho (noturno). Segundo conversa com o ex-diretor Ciríaco, este grupo foi fundamental para o bom andamento de cada turno.

O ex-professor Paulo Marinho¹¹⁹ reforça o que disse o Professor Ciríaco, afirmando que:

este momento foi excelente, os professores tinham compromisso com o Colégio, hoje o problema está nas mudanças oriundas do sistema, mas naquela época havia respeito, a família era muito presente nas reuniões ou quando eram convidadas, havia essa parceria.

A gestão de Ciríaco, mesmo sendo por um curto período, enfrentou dificuldades, dentre elas a carência de professores, resolvida com contratações de substitutos (hoje monitores), inclusive de Garanhuns/Pe, como foi o caso do Professor Adilson (Matemática, Física e Química) que fixou em Palmeira dos Índios até a atualidade, onde se encontra aposentado. A migração de professores era constante, muitos estudantes da UFAL, do Curso de Engenharia, se habilitavam a ensinar no Colégio Estadual Humberto Mendes nesse período.

Com relação a este processo migratório de estudantes/professores da UFAL, destaco Roberaldo Carvalho¹²⁰ que trás seu contributo para este trabalho, quando conta que:

¹¹⁹ Entrevista realizada com o professor Paulo Marinho, no dia 25 de maio de 2010, em sua residência, em Palmeira dos Índios.

¹²⁰ Entrevista realizada com Roberaldo Carvalho de Souza, no dia 04 de outubro de 2010, na UFAL (CTEC), Ele foi professor migrante do Colégio Estadual Humberto Mendes, na década de 1970 e atualmente é professor da Universidade Federal de Alagoas e Revisor de periódico da Engenharia Sanitária e Ambiental.

chegou a casa dos meus pais o professor Mauro Daniel e meu amigo Wellington (aluno de Matemática – UFAL, que lecionou Química) e eu fui convidado para lecionar no Humberto Mendes, mas teve os entraves de horários, pois os professores já estavam estabelecidos em seus turnos e eu também trabalhava no Moreira e Silva (Maceió), mas a situação foi contornada e ministrava as aulas também aos sábados.

Sobre este momento de carência de professores, a ex-aluna Gelva enfatiza que sempre houve esta lacuna nas disciplinas da área das chamadas ciências exatas, para as quais vinham professores de Maceió para suprir a deficiência. As aulas eram ministradas aos sábados, porque durante a semana eles já tinham seus compromissos na capital.

Quanto aos alunos, o professor Roberaldo menciona a satisfação em aprender, quando ressalta que:

a meninada era fantástica, a vontade de ter aula era grande, era muito bom dar aula pela avidez da clientela estudantil [...] o Humbertão¹²¹ era privilegiado. Ao mesmo tempo em que escolas da capital enfrentavam problemas com a ausência de profissionais das áreas [das ciências] exatas, o colégio do interior tinha seu quadro completo, com problemas apenas de ordem interna para ajuste de horários, o que sempre foi resolvido.

A essa altura, as aulas aos sábados à tarde sempre com a mesma disposição dos discentes e docentes, que estudavam e trabalhavam durante a semana na capital e no fim de semana continuavam o trabalho em Palmeira dos Índios.

Porém os laços de amizade cresciam de tal forma que já aconteciam algumas fugas das aulas no final do sábado à tarde, vez por outra, como conta uma ex-aluna:

a gente convencia os professores para irmos à “Maloca do Índio”¹²² e certa vez nas vigílias do diretor Ciríaco, não encontrou ninguém no colégio e foi direto para a Maloca onde estavam alunos e professores [...] mas era um tempo muito bom.

Para enriquecer este momento, cito a professora Lourdes Sá que, pela carência de professores, ministrou no Colégio Estadual Humberto Mendes, no Curso Pedagógico as disciplinas de Biologia Educacional, Filosofia da Educação, Psicologia, Didática, Didática Geral, Estrutura do Ensino e Sociologia, embora a mesma tivesse licenciatura em Filosofia.

¹²¹ O professor Roberaldo, carinhosamente, se refere ao Colégio Estadual Humberto Mendes, como Humbertão.

¹²² A “Maloca do Índio” era um restaurante que foi construído em 1967 por Gileno Sampaio e o vereador Mário Alcântara Brandão e que logo foi considerado um dos mais bonitos do interior de Alagoas, devido à sua aparência típica (Tribuna do Sertão).

Outro ponto crítico nesta época era a piscina: destruída, *servia como criatório de sapos*, afirma Ciriaco. Sua recuperação contou com o empenho do diretor, com o mesmo indo comprar as bombas em Recife/Pe, em seu carro, sem custo nenhum para o Estado. O esforço foi válido, pois entregaria à comunidade estudantil a piscina semi-olímpica em pleno funcionamento, como também o ginásio de esportes, que precisou de alguns reparos para melhor atender aos atletas.

Na parte pedagógica, o Colégio Estadual Humberto Mendes começaria a apresentar fragilidades: sem recursos para investir nesta parte, a Biblioteca carente de livros e de um bibliotecário, quem tomava conta era um porteiro e os próprios alunos buscavam fazer suas pesquisas sem auxílio algum, conta Ciriaco Barros, como também a carência de material nos Laboratórios de Química, Física, para aulas práticas de Biologia com o Professor Celso Canuto, tendo sido usados, para tanto, os sapos da piscina.

Quanto à disciplina nesta gestão, vale considerar o que é mencionado pelos professores José Araújo, Eliomar, Mauro Feitosa e os ex-alunos Denisson, Valderez, Gelva e confirmada pelo próprio diretor: “a disciplina era razoável, foi muito bem executada na época do José Correia e eu dei prosseguimento a isso”.

Com relação ao respeito ao professor, porém, já começavam a aparecer alguns atritos, principalmente no noturno. O alunado continuava organizado no grêmio, atuante em prol da categoria, reivindicando, para tal, a disciplina O.S.P.B. ministrada por José Branco (já citado), que orientava os alunos para uma melhor politização.

Em se tratando de esporte, na época haviam grandes competições esportivas inter-classes, como a natação, futsal e o handball, que continuava sendo o “carro chefe” do esporte neste colégio. Com destaque para os professores Vitor Chuek e Givaldo Leôncio, segundo o ex-aluno Denisson, muito dedicados ao trabalho, a ponto de levar o colégio a campeão alagoano.

Para este evento esportivo do campeonato alagoano fui buscar informações com o ex-aluno/atleta Roberval de Oliveira Melo (já citado) que conta a trajetória do esporte nesta gestão. Tendo já iniciado o seu trabalho de atleta com o professor Givaldo Leôncio, estávamos no ano de 1976, com os atletas do colégio ávidos pela chegada do JEAL (Jogos Estudantis Alagoanos). Com os alunos bem treinados, seguem para o grande evento, segundo nos conta Roberval:

Ocorre um fato indesejado, um dos alunos estava fora da faixa etária, o mesmo tinha alterado o documento, isso gerou um dano muito grande à equipe, como também a desconfiança do técnico da seleção do CEAGB - Centro Educacional Antônio Gomes de Barros - com relação ao nosso goleiro Wilton Canuto, que tinha um estilo diferente, ele misturava a técnica do futebol ao handebol – suspeito de ser o goleiro do CSE (Centro Social e Esportivo) - isso gerou um impasse da torcida de Maceió e do técnico, sendo enviado ao Colégio Estadual Humberto Mendes um membro do CEAGB para conferir as fichas de matrículas dos atletas, que confirma o goleiro ser aluno do referido colégio e está dentro da faixa etária, mas descobre o erro na idade do ala Honorato, para grande tristeza fomos desclassificados, em 1976, porém o feminino foi campeão.

Após a grande decepção, o Professor Givaldo Leôncio fez um planejamento intenso para o time, que posteriormente foi grande destaque: além das atividades de treino interno, havia no calendário competições fora da cidade, cujo objetivo era conhecer outras realidades. Com este trabalho intenso o time foi campeão em várias cidades, dentre as quais Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema e também no Campeonato Alagoano. “Todas as taças de Handebol que havia no Estado e participamos, o Humberto Mendes foi campeão”, relata Roberval Melo.

Nesta mesma época, 1976, formou-se no Humberto Mendes o primeiro time de handebol juvenil, (Fig. 30) tendo a atleta Roberval Melo com vasta experiência, pois sempre jogou no time de adulto, devido seu porte. Com a orientação do professor Givaldo este time tinha suas características, até que chega o grande momento de participar do JEAL/1977.

Segundo Roberval Melo,

nossa camisa não nos identificava como colégio estadual, foi uma tática do professor Givaldo Leôncio, porque até então só quem era campeão eram os colégios particulares de Maceió – Marista, Guido, Sagrada Família, Escola Técnica Federal - e ficou na camisa apenas HUMBERTO MENDES. Todas as escolas públicas que entravam eram discriminadas, com vaias, palavrões...



Figura 30 - Equipe de Handebol – Infanto juvenil/1977

Fonte: Arquivo pessoal de Roberval de Oliveira Melo

Vencida todas as etapas, a seleção de Handebol chega a final com o Colégio Marista – colégio tri campeão do JEAL - o time juvenil palmeirense enfrentando alguns obstáculos como a torcida, os atletas e a conivência dos árbitros. Neste momento já havia toda uma equipe de apoio aos atletas como também a torcida do Colégio Estadual Humberto Mendes.

Na grande final a torcida maceioense, após descobrir que o Humberto Mendes era um Colégio Estadual, criou um grito de guerra: “pobreza, pobreza...”, para humilhar os alunos. Após um acirrado jogo, o Colégio Estadual Humberto Mendes ganharia o JEAL, na modalidade Handebol de 13 X12 contra o Colégio Marista.



Figura 31 - Professor Givaldo Leôncio, Roberto Carvalho (capitão do time de Handebol adulto), Murilo Mendes (Secretário de Educação), Roberto Wanderley (Técnico do time de Handebol feminino) e Roberval Melo (melhor atleta e artilheiro do JEAL/1977), juntos recebem a premiação.

Fonte: Arquivo pessoal de Roberval Melo.

Para coroar o auge alcançado pelo Humberto Mendes no esporte, na gestão do Professor Ciriaco Barros, o artilheiro Roberval Melo foi convidado pelo técnico Flaudísio para participar da Seleção Alagoana de Handebol (Fig.32), sendo isto um grande marco para o colégio e para a cidade, pois foi o primeiro aluno de escola pública do interior de Alagoas a participar da seleção, porque até então somente alunos da capital integravam a seleção.



Figura 32 - Seleção Alagoana em Brasília -1977
Fonte: Arquivo pessoal de Roberval Melo

Este contexto esportivo deixa o então diretor muito lisonjeado, como também por ser ele o primeiro ex-aluno a assumir o cargo de Diretor no Colégio Estadual Humberto Mendes. Além das dificuldades também são elencadas como outras conquistas a atuação da Banda Fanfarra, sob o comando do maestro Elson Araújo, que continuava sendo o grande destaque nos desfiles cívicos na cidade de Palmeira dos Índios e fora dela, como nas cidades de Pilar, Arapiraca, Taquarana, Maceió, tendo com sua maior concorrente a banda fanfarra do Colégio Bom Conselho de Arapiraca, que pertencia à rede Cenecista, muito forte na época.

Em Palmeira dos Índios, nesta época, havia uma sucursal da Gazeta de Alagoas, por meio da qual a oposição tecia críticas ao Colégio Estadual Humberto Mendes. Neste sentido, lembra o ex-diretor Ciriaco Barros da seguinte manchete: “O colégio estadual fechara por falta de giz”, afirmando ser esta uma inverdade, porque o Humberto Mendes sempre foi abastecido pela Coordenadoria Regional de Ensino e pela Secretaria de Educação.

Um fato que também marcou a gestão do Professor Ciríaco foi que o mesmo, tendo seus filhos estudando nos colégios particulares da cidade - Pio XII e Cristo Redentor -, no momento em que passou a trabalhar no Colégio Estadual transferiu para ali seus filhos. Segundo ele, por tal feito enfrentou muitas insatisfações dos filhos, que, mesmo assim, foram para a escola pública e obtiveram grande sucesso no vestibular e conseqüentemente na vida pessoal e profissional.

Durante a entrevista o Sr. Ciríaco elenca conseqüências importantes desta vivência como aluno e diretor:

Coincidência ou não eu escolhi a disciplina Ciências, porque no meu Curso Científico, havia dois caminhos para os concluintes: a turma de Medicina e a turma de Engenharia, tanto que a medicina passou a não estudar nem Matemática mais [...], se algum dia eu pudesse seria médico, mas para compensar, meus quatro filhos são formados na área de saúde...

Todo este trajeto deixou para o então diretor uma experiência como administrador, que contribuiu para as futuras funções de chefia que ocupou no Estado de Alagoas: “mesmo não tendo sido aspirado por mim ser professor, tenho a honra de fazer parte da galeria de diretores neste período áureo da educação no Colégio Estadual Humberto Mendes junto a grandes nomes que me antecederam”, disse ele.

Ao sair da direção em fevereiro de 1978, também se despediu do Magistério, pois retornou a sua função de origem, na capital alagoana, a qual foi cedido pelo governo para assumir funções administrativa, para tal apropriou-se do aprendizado como gestor no Colégio Estadual Humberto Mendes.

3.8 Direção de Abel Cordeiro de Souza (1978 – 1983)

Após a entrega do cargo de diretor por Ciríaco, o cargo foi preenchido pelo Professor Abel Cordeiro de Souza, sendo ele mais um diretor nomeado por indicação do deputado Estadual Jota Duarte. Consolida-se o período em que, em Alagoas, o cargo de diretor de escola é função de indicação política para fins eleitorais. Durante este período já não havia mais respaldo do governo do Estado e do Secretário de Educação para solucionar problemas do Colégio, as oposições

políticas eram gritantes, como também o descaso com a educação ganhava amplitude.

A gestão de Abel Cordeiro foi marcada por muitas dificuldades, completamente contrária aos bons tempos vividos, por exemplo, pelos diretores Mauro Daniel e José Correia Filho. Mas a administração transcorreu dentro de uma busca incessante para manter o ensino naquele estabelecimento.

A intervenção política partidária era muito forte neste período, de forma tão absurda que o Colégio chegaria a fechar nos anos de 1990, por falta de professores, dentre outros problemas de ordem administrativa. “Um absurdo, um colégio que formou muitos profissionais ter passado por um descaso total do Governo do Estado”, lamenta o ex-diretor Abel Cordeiro.



Figura 33 – Foto de Abel Cordeiro de Souza
Fonte: Souza, 2010

Mesmo com forte presença política partidária no dia-a-dia do Colégio, conta o ex-diretor que não permitia que interferissem em suas decisões. A escola era um espaço aberto, no período das eleições era muito visitada, porém não demoravam muito, pois os questionamentos dos alunos deixava-os muitas vezes incomodados.

O transcorrer da gestão do diretor Abel Cordeiro teve sua história perpassada por grandes obstáculos, como o quadro de professores com carência. Para solucionar o problema, diz o diretor, “conseguiu no Governo de Divaldo Suruagy através da Secretaria de Educação, o encaminhamento de quatorze professores, oriundos de Arapiraca, os quais foram contratados para suprir as carências no Colégio Estadual Humberto Mendes”.

“A situação educacional começou a oscilar, mas, ainda suportável, tendo como agravante para estas mudanças o sistema”, afirma Abel Cordeiro. O interesse

dos discentes diminuiu, não existia mais a concorrência acirrada entre os alunos como na década de 1960 e 1970 - que sempre queriam tirar melhores notas e, assim, conseguiam manter um bom nível de aprovação no vestibular.

Quanto aos laboratórios, que já tinham sido invejáveis, com tudo o que “era necessário para o seu funcionamento, infelizmente nesta gestão não se conseguia mais neles trabalhar, por faltar tudo, o sumiço de material como pipetas, balança de precisão, tubos de ensaio, entre outros”, conta a Eliomar, ex-professora de Biologia.

A disciplina continuava bem, o colégio sempre teve uma disciplina rigorosa, quando não havia aula os alunos não atrapalhavam, alguns ficam na sala estudando, outros no galpão e outros se dirigiam para o ginásio de esportes, o respeito aos professores era mantido, segundo conta Abel Cordeiro.

A ex-professora Valdez reforça a afirmação do diretor:

Abel foi um ótimo diretor, tinha uma equipe que funcionava bem, problemas sempre tiveram, mas nunca problemas gritantes como bombas nos banheiros, alunos armados, bebidas alcoólicas; pelo contrário havia regras, os alunos policiais deixavam suas armas na portaria. O respeito ao professor continuava, porém já apresentando fragilidade.

A mesma comenta sobre a eficiência sempre reafirmada da Secretária Shirley Leal: “no início do ano o corpo docente passava no máximo quinze dias sem caderneta, hoje você passa quatro/cinco meses para receber o diário de classe”.

Na parte pedagógica continuava a coordenação que auxiliava nos trabalhos diários, com destaque para a professora Lourdes Sá que, para mudar a rotina das aulas, proporcionava palestras com profissionais de diferentes áreas, para despertar nos alunos do terceiro científico maior conhecimento sobre as profissões, para as quais faziam o vestibular. Abel menciona o odontólogo Zuza, que muito contribuiu com as palestras.

Sobre as dificuldades deste período, cita-se, além da carência de professores, a manutenção da piscina. Por não possuir recursos para tal serviço, o então diretor optou por associar funcionários dos estabelecimentos bancários da cidade, os quais pagavam o uso, e este dinheiro era utilizado para manutenção e pagamento do funcionário desta área aquática. Essa solução encontrada pelo ex-diretor Abel Cordeiro foi motivo de muitas críticas, provenientes das diversas categorias, como do Secretário de Educação, José Medeiros, que segundo o ex-diretor:

não mandava nenhum recurso para a manutenção do Colégio Estadual Humberto Mendes e ainda era contra esta forma que utilizei para manter o patrimônio público em funcionamento. Foi o melhor tempo de atividade da piscina, exceto o período em que o colégio esteve sob a direção de José Correia Filho.

A essa altura o setor de serviços gerais era pago com os recursos arrecadados pelo Caixa Escolar, criado na gestão de Mauro Daniel, mas que não era suficiente para manter todas as necessidades do colégio, chegando ao ponto da Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios votar uma “moção” contra o diretor. Sem nunca tê-lo consultado, chegaram a ir ao colégio fazer uma vistoria, principalmente no bloco dos sanitários, que realmente se encontravam em situação deplorável, como reconhece o próprio ex-diretor.

Mas, com todas as dificuldades, também aconteceram conquistas no campo educacional – nos vestibulares, mais precisamente. No esporte, alguns títulos, com destaque para o handebol, sob o comando do professor Givaldo Leôncio, que continuava com muita eficiência o seu trabalho e o grande sucesso que era a Banda Fanfarra, sempre galgando os melhores lugares nas apresentações na cidade ou fora dela.

O diretor Abel Cordeiro fez uma análise deste período afirmando que realmente não conseguiu manter o padrão de ensino antes alcançado pelo Colégio Estadual Humberto Mendes:

porque os governos continuaram abandonando a educação e os políticos a intervir no processo educacional, como também alguns problemas com alguns docentes que junto aos alunos influenciava-os contra a direção e também junto à Coordenadora Regional de Ensino, Djanira Santos, que, pelo seu autoritarismo, nem sempre nos entendíamos. Não foi possível grande êxito porque a situação daquele momento não foi favorável para tal.

A saída do Professor Abel da direção do Humberto Mendes aconteceu após uma briga do filho de um deputado local. Segundo o ex-diretor,

a policia estava na escola para prendê-lo [o filho do deputado], o mesmo se prevalecia do poder do pai. Interferi junto ao delegado, resolvemos a situação e isso foi o estopim para minha renuncia ao cargo, decidi que não seria mais diretor daquele colégio. Seguindo meu trabalho na Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios a convite do então prefeito Helenildo Ribeiro.

Desta forma, o letramento de Palmeira dos Índios chegaria aos meados da década de 1980, trilhando seu caminho por grandes obstáculos políticos, às vezes

com avanços influenciados pelas relações interpessoais, outros momentos com dificuldades devido aos entraves existentes entre as relações pessoais. A esta altura, parece ser possível dirigir-me para o que denomino de “Considerações Finais”, seja porque considero que o que apresentei nas duas últimas gestões expressa a tendência a ser seguida pela educação escolar em Alagoas, pelo menos durante os anos de 1990, seja porque, diante de um processo em andamento, seria impossível apresentar qualquer conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os levantamentos procedidos no campo da historiografia palmeirense, com forte presença dos elementos elencados pela memória, configuram um percurso trilhado pela busca do letramento em Palmeira dos Índios, dos mais remotos tempos de sua ocupação, com a chegada de Frei Domingos de São José, até os tempos mais recentes, numa insistente trajetória de conquista, dos nativos até os habitantes dos núcleos urbanos, passando pela realidade rural, que, aos poucos, vai sendo introduzidas as primeiras letras, com vistas à construção do futuro das gerações que ali vão se sucedendo.

Mesmo quando se estava diretamente convivendo com os nativos indígenas, os missionários proporcionavam ensinamentos aos aborígenes, os quais, se não percebiam a importância do letramento, naquela época, no entanto eram socializados em saberes e viveres da sociedade nova que foi aos poucos se constituindo na região de Palmeira dos Índios.

Quanto à educação escolarizada – à instrução, como se dizia antigamente -, Palmeira dos Índios teve as origens desta e sua trajetória por décadas a fio calcada nos espaços privados ou nas “casas-escola”, nada diferente do que acontecia em outras localidades, a não ser pelo fato de que esse fenômeno, num certo sentido, tenha avançado por toda a segunda metade do Século XX, com, ainda, alguma presença hoje, ao menos na zona rural, por meio de algumas escolas isoladas.

Hoje ainda, como nos primeiros tempos, o destaque de quem sabia ler e escrever tornava-o mestre. Somente que, nos primórdios, o que hoje é exceção, então era a regra, já que eram os simplesmente iniciados na leitura e no cálculo que conduziam o letramento, geralmente para filhos de famílias que podiam pagar pelo serviço, em casas de proprietários, que ofereciam um cômodo para ensinar aos seus filhos, aos vizinhos que tinham posse ou a um ou outro agregado.

De todo modo, as casas-escola que se expandiam nas áreas rurais e urbana do município de Palmeira dos Índios, por muitas décadas, foram as principais responsáveis pela formação da sociedade letrada, ao mesmo tempo definindo os que iam ocupar cargos no poder local, pois, quem estudava tinha mais chance de estar no poder, inclusive porque geralmente era oriundo da parte da sociedade

palmeirense mais abastada, com a ascensão, aqui e ali, de pessoas oriundas dos estratos mais humildes, como exceção que confirmava a regra.

Quanto ao gênero dos que frequentavam a escola, nos primeiros tempos e por muitas décadas do Século XIX, o ensino era especificamente para os meninos, enquanto as meninas aprendiam com a mãe, com as irmãs mais velhas ou os agregados das famílias, os afazeres domésticos, tornando-se moças prendadas, educadas para o lar.

Desta forma, o perfil educacional do povoado, depois vila de Palmeira dos Índios, vai sendo desenhado, mesmo estando, nos inícios, sob a tutela de Anadia, que durante seu domínio sempre coibiu a participação da comunidade palmeirense nas decisões políticas e até mesmo a ascensão do letramento nos mesmos níveis da sede da Comarca.

Este perfil educacional de Palmeira dos Índios seguia em consonância com a realidade da então capitania de Pernambuco que, no período Colonial e, depois, Imperial, teve a definição das regras para o letramento longe dos interesses dos habitantes locais. Como corrobora Fávero (2005, p.7), “a tarefa de educação popular era, naqueles tempos, considerada de menor importância pela elite governante”.

Assim, durante o Século XIX, Palmeira dos Índios, mesmo após a autonomia político-administrativa das Alagoas e com a independência do Brasil, não conseguiria romper com os ditames estabelecidos. Ficando a comunidade palmeirense menos aquinhoadamente servindo aos senhores, que antes da Abolição usufruíam da mão de obra escrava de adultos e crianças, inclusive para atividades domésticas e de ganho, fortalecendo cada vez mais o poder senhorial, mesmo após a Lei Áurea, continuaria com a parcela mais pobre – que era a maioria – submetida ao exercício exclusivo dos trabalhos servis. Esta relação patrão/empregado criou laços interpessoais de submissão, bem ao estilo do *ethos* oligárquico senhorial (VERÇOSA, 2006).

Dados do IBGE correspondentes a 1940, por exemplo, dão conta de que, dos habitantes de Palmeira dos Índios, então com mais de 80 anos de idade, apenas 26 sabiam ler e escrever, sendo isto a expressão mais visível da ausência de ações de letramento expressivas da segunda metade do Século XIX até inícios do Século XX.

Mesmo assim, a vila de Palmeira dos Índios, no período Imperial, já contava com uma professora concursada, a qual ministrava aulas de caráter público e

gratuito e também dispunha dos direitos de servidora pública, como licença para tratamento de saúde, inclusive, como relatado no Capítulo I. Somente aos poucos é que a sede do município e o povoado de Palmeira de Fora foram recebendo professores para dar maior amplitude ao letramento por conta dos poderes públicos e somente até o final do antigo Curso Primário, correspondente ao primeiro ciclo do atual Ensino Fundamental.

A vinda de professores para Palmeira dos Índios, porém, não foi precedida ou mesmo acompanhada da construção de prédios especificamente destinados à educação escolar: o ensino permaneceria, por décadas, em casas de morada, que passaram a ser alugadas pelo Governo. Mesmo assim, como comprovam documentos arrolados, não somente os aluguéis das casas-escola como também dos professores sofriam atraso.

Palmeira dos Índios chega, assim, ao Século XX, com expectativas de crescimento educacional, que se dá aos poucos e com a presença dominante das casas-escola. Aos poucos a sociedade – sua base, sobretudo - começaria a despertar para a necessidade de que seus filhos e suas filhas tivessem acesso à escola. Com participação restrita dos poderes públicos nos seus começos, somente em 1932 é que Palmeira dos Índios receberia o primeiro grupo escolar estadual que, desta feita teve início, não nos moldes do século XIX, que era em casa de família, mas nas dependências da Prefeitura. Vindo logo a receber um prédio especialmente construído para fins educacionais.

Como explicito no *corpus* deste trabalho, a presença da Igreja Católica na formação cristã e nos ensinamentos dos princípios morais e letrados foi decisiva, sobretudo nos primeiros tempos, perdurando até meados do Século XX, quando surge na cidade o protestantismo. A participação da Igreja Católica volta a ter primazia ainda maior no ensino, na década de 1940, com a vinda de dois colégios religiosos para rapazes e moças – o Pio XII e o Cristo Redentor, respectivamente.

De qualquer modo, dos meados do Século XX em diante, a busca crescente pelo letramento, em graus cada vez mais elevados, mais se intensificaria, já que nem todos tinham acesso a estas escolas particulares, ainda que pudessem pagar. É que, como relata Spósito (2002, p. 75), ao estudar a ampliação do ensino em São Paulo, como os exames de Admissão selecionavam apenas parte do contingente que se candidatava às vagas nas primeiras séries do antigo Curso Ginásial, o único

grupo escolar estadual de Palmeira dos Índios, juntamente com as escolas particulares, formavam um contingente, cujos concluintes, em sua maior parte ficava de fora.

Assim, a comunidade continuaria lutando por um colégio público estadual para atender a demanda, E vai ser, entre discussões políticas, interesses eleitoreiros e relações de parentesco que se constrói, em Palmeira dos Índios, o Colégio Estadual Humberto Mendes, que abrirá teoricamente possibilidades de atender aos menos favorecidos economicamente.

Nesta perspectiva, a ampliação de escolas públicas com acessibilidade dos integrantes da base social da sociedade palmeirense, pelo que essa pesquisa captou, esteve diretamente ligada a uma política lastreada por relações pessoais como facilitador e a atuação de grupos com interesse no poder político local como responsável mais direto pela ampliação da educação escolar pública e de qualidade em Palmeira dos Índios.

Mas, até aqui, pelo que pude perceber, estavam implicados atos públicos que, em última instância, atingiam demandas populares, como testemunham depoimentos de ex-alunos que, de outra forma, não poderiam ter tido acesso a uma educação escolar em níveis para além do Curso Primário e, segundo eles, de alta qualidade.

Os inícios do Colégio Estadual Humberto Mendes, embora com acesso restrito devido aos exames de Admissão, pelo que foi possível perceber através das entrevistas, teve uma qualidade, nos termos do que era exigido à época, que irá perdurar até os fins dos anos de 1970, sendo significativo, para as possibilidades de democratização de acesso ao saber letrado, o rompimento do exame de Admissão, que amplia o ensino primário, unindo-o ao ginasial, com a criação, pela Lei 5.692/71, do Primeiro Grau de 8 anos, o que aumentaria massivamente o número de vagas, sem que, nesse primeiro momento, o Estado tenha deixado de manter a mesma qualidade de ensino antes ofertada.

Daqui em diante, meu estudo conduz a divisar dois caminhos implícitos no trilhar da educação em Palmeira dos Índios, considerando-se especificamente o que ocorreria no Colégio Estadual Humberto Mendes. Primeiro a estrutura política que, paradoxalmente, marca profundamente o desenvolvimento e crescimento deste estabelecimento de ensino, conduzindo-o para o tempo áureo que vai até o final da

primeira metade dos anos de 1970. Isso se dá em meio a uma política tracejada por fortes interesses de poder nas instâncias Municipal e Estadual que defendiam o crescimento da oferta por meio de escolas particulares, que já atendiam parte da população, vez por outra afirmando a preocupação com o letramento da mão de obra subalterna. De qualquer forma, parece possível, com apoio em Holanda (1991, p. 124), afirmar que este benefício do letramento trazido à massa populacional poderia ser perigoso para as oligarquias da época, que poderiam ter grandes prejuízos em suas atividades agrícolas, pastoris ou domésticas, pois perderiam o domínio daqueles que, recebendo instrução, poderiam almejar outras atividades na sociedade palmeirense. Daí a dificuldade na oferta e, sobretudo, na ampliação, em quantidade e profundidade, dos níveis de escolarização da população palmeirense.

Como a realidade, porém, se constituía no confronto de interesses contraditórios, em meio à contensão da oferta escolar restrita, havia também outra corrente em Palmeira dos Índios que fazia prosseguir e se aprofundar a luta, junto a políticos que se firmavam naquela sociedade, pela vinda de um colégio público estadual que ampliasse as oportunidades para os que não podiam pagar os estudos de seus filhos ou o faziam com muita dificuldade. Isso toma forma e se aprofunda justamente quando assume o Executivo Estadual, Sebastião Marinho Muniz Falcão (1958), justamente quando o Executivo Municipal palmeirense fica em vacância, com a eleição do então Prefeito Remy Maia como Deputado Estadual. É aí que os acordos políticos, que articulam interesses pessoais e de grupos se conjugam com anseios populares legítimos, fazendo com que, segundo relata Melo (2001, p.24), o interesse do Chefe do Executivo e de seu grupo de eleger como prefeito substituto Robson Mendes, cunhado do Governador, torne-se instrumento de barganha, que daria, em troca, a implantação do tão sonhado e reivindicado Colégio Estadual.

Dessa forma, através de acordos políticos, nasce no município o primeiro e por anos o único colégio estadual de Palmeira dos Índios, o que iria representar um grande feito político frente aos grupos políticos antagônicos a esta construção, que continuaram lutando pela sua não efetivação, afirmando ser um desperdício aquele investimento, já que a cidade dispunha de dois colégios que atendiam à população.

Frente à iniciativa educacional do Executivo Estadual, sugeriram a construção, em seu lugar, de uma Companhia da Polícia Militar, que, naquele momento, seria mais útil que o estabelecimento de ensino. Não sendo demovido de

seu intento, o Governador do Estado cumpriu o prometido, erguendo em tempo hábil o Colégio Estadual Humberto Mendes, ao tempo em que lhe dava condições apropriadas de funcionamento.

No que tange ao exercício administrativo e pedagógico do Colégio Estadual Humberto Mendes, seus gestores passariam, também, desde os primeiros tempos, pela escolha política dos que estavam no poder, o que pressupunha uma correlação entre quem indicava e quem era indicado. Vale dizer que, nos primeiros anos, a indicação era o mecanismo, inclusive, para constituição do corpo docente. Nesse particular, no que pesem serem mobilizadas, para a ação pedagógica, as relações interpessoais que seriam significativas, inclusive, para o desenvolvimento das ações dentro do colégio em análise, chama a atenção o fato de que esses mecanismos de constituição dos corpos gestor, técnico-administrativo e docente não tenham significado, nas duas primeiras décadas do Colégio, limites à sua qualidade.

Pelo contrário, os primeiros períodos administrativos que iriam organizar e conduzir as ações educativas do Colégio Estadual Humberto Mendes, na medida em que contariam com uma relação amigável com os gestores maiores do Executivo estadual, teriam favorecidas suas administrações – com destaque para três delas - e todo o processo educativo exigido para que se alcançassem os critérios de qualidade demandados pela sociedade de então. Isso se reflete nas falas dos entrevistados, que ressaltam a importância dessas relações para a manutenção e, mesmo, a ampliação das condições favoráveis ao sucesso do “Humbertão”, como o colégio também era carinhosamente chamado, até o final dos anos de 1970.

Como elucida Verçosa (2006) sobre as relações de vizinhança e compadrio que ainda eram fortes e dominantes, isso contribuiu para que os diretores que possuíam laços estreitos e diretos com os Secretários de Educação viabilizassem os recursos necessários para que o Humberto Mendes se tornasse um colégio modelo no Agreste alagoano e competisse de igual para igual com os colégios da capital. Chegando a dispor, inclusive, de uma infra-estrutura de que as escolas privadas não dispunham. Assim, em cada período administrativo percebe-se um crescimento na forma de existir do colégio, como foi o caso da gestão do diretor José Correia Filho, que é tido por todos como o melhor período, graças as suas relações interpessoais com o Secretário de Educação, que foram substanciais para o sucesso do colégio, no âmbito pedagógico e administrativo.

O que causa estranheza é que essas mesmas relações interpessoais, que foram fundamentais para o sucesso nas primeiras décadas, representariam o elemento fundamental para a decadência do colégio nas décadas que se seguem a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando as relações interpessoais, ainda presentes, inclusive para a constituição da direção, já não eram mais tão favoráveis à qualidade, tendo, neste período, o colégio passado por grandes dificuldades.

Como explicar esse fato de que o que é atribuído como virtude – as relações pessoais entre poder político e gestores escolares – possam vir a ser também a causa de suas mazelas? A ausência de uma linha direta entre diretor e gestor maior da educação? É possível se dizer que o fracasso é função da falta de apoio político a quem foi ungido por uma escolha/nomeação pessoal de quem estava no poder?

Segundo entendo, pelo que é possível concluir do presente estudo e da realidade política e social de Alagoas, essa aparente contradição pode tornar-se compreensível – ou, ao menos, ter a possibilidade de sua compreensão projetada - se considerarmos que:

1. Tendo sido o Colégio Estadual Humberto Mendes – como, de resto, a ampliação da oferta do ensino público, até à 8ª. Série, que se daria em fins dos anos de 1960 e por toda a primeira metade da década de 1970, em Alagoas – resultado de lutas das classes médias e populares para a oferta gratuita de maiores oportunidades de escolarização para seus filhos, essa educação teria que apresentar resultados, como condição de legitimação dos governantes que, primeiro representavam o que se convencionou chamar de “*correntes populistas*” (expressas nos Governos Muniz Falcão e Luiz Cavalcante) e, em seguida, pós 1964, representavam os usurpadores do poder político que, não tendo se constituído governantes pelo poder do voto, no entanto, careciam de apresentar serviço para aqueles a quem governavam, também como condição de alguma legitimação;
2. A mudança da lógica dessas mesmas relações interpessoais na política alagoana, a partir da segunda metade da década de 1970 vai se expressar por uma permuta direta de favores por votos, substituindo o que, num primeiro momento, se impunha por resultados, dando prestígio e,

consequentemente, apoio político a quem os promovesse e garantisse. Isso, num segundo momento, que coincide com a chamada “redemocratização da sociedade brasileira”, passa a significar, então, a alimentação pura e simples de interesses de uma clientela que, para se manter nas funções públicas que lhe eram atribuídas, como na de diretor do Colégio, por exemplo, precisaria contemporizar com transgressões ou conviver com a ausência pura e simples de meios para bem conduzir o Colégio, ao menos até o limite do suportável. Nesse jogo, ter apoio do chefe político local passa a ser insuficiente para manter uma atividade, como o ensino, que deixa de representar resposta, ainda que em parte, ao interesse público, para se transformar em vil moeda de barganha por votos, fazendo com que, na escolha para dirigir a escola, a capacidade técnica ou até integrar a carreira não venha a ser mais fundamental;

3. Ainda mais: na relação de poder que se daria a partir da segunda metade dos anos de 1970, a ampliação do número de escolas, com cursos de 1^o. e 2^o. Graus criariam um distanciamento pessoal dos dirigentes das escolas na relação com os Secretários da Educação que fariam com que o apoio àqueles para fazer funcionar bem a escola, fosse função quase exclusiva do poder do Chefe Político local que bancava a escolha dos dirigentes, sem contar que, nessa conjuntura, o poder dos próprios Secretários de Educação não era, nem de longe, comparável ao que tinham seus homólogos durante a Ditadura Militar. Na verdade, o critério para a escolha dos secretários estaduais de educação passará a ser diretamente ditado pelo interesse político/eleitoral;
4. De qualquer forma, por mais que se tente entender a decadência da educação pública desenvolvida pelo Colégio Estadual Humberto Mendes – no intuito de, com isso, lançar alguma luz sobre a decadência apontada pelos indicadores da educação escolar alagoana, como um todo -, fica difícil responder como uma escola, que, após a última constituição, passa a ter seus dirigentes escolhidos pela comunidade, seus professores investidos da função por concurso público e a comunidade teoricamente apta a controlar a gestão escolar – como é o caso dos tempos atuais -, mesmo assim ela – a escola - não consiga preservar e ampliar a qualidade

do ensino ministrado em épocas anteriores, como as décadas de 1960 e 1970.

Com esse último ponto acima apresentado – que, na verdade, é mais resultado de uma perplexidade, do que resposta cabal a uma pergunta -, espero que essas considerações finais, que não pretendem, nem de longe, serem conclusivas, como, de resto, todo esse trabalho, possam vir a abrir trilhas a serem percorridas por outros estudiosos da educação em Alagoas, de modo que venham a concorrer todos para o mesmo objetivo final aqui perseguido, que consistiu numa tentativa de lançar luz sobre os muitos espaços de sombra que ainda restam na complexa trajetória da educação escolar em terras alagoanas. Espero que as reflexões aqui contidas, além do mais, tenham contribuído, ao menos para trazer à baila, sob uma nova ótica, a problemática da qualidade do ensino que, segundo emerge deste estudo, é datada e, portanto, circunstanciada, sendo assim, também, as formas de alcançá-la.

REFERÊNCIAS

I – DOCUMENTAIS:

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 28 de novembro de 1859. **Diário das Alagoas**, Maceió, 14 de dezembro de 1859, ano II, n °285, p. 1.

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 18 de julho de 1861. **Diário das Alagoas**, Maceió, [data não identificada] julho de 1861, ano IV, [número n/identificado], p.3.

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 18 de julho de 1861. **Diário das Alagoas**, Maceió, [data não identificada] julho de 1861, ano IV, [número n/identificado], p.3.

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 13 de janeiro de 1863. **Diário das Alagoas**, 16 de janeiro de 1863, ano VI, nº 12, p. 1.

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 30 de junho de 1863. **Diário das Alagoas**. Maceió, 05 de julho de 1863, ano VI, nº148, p. 2.

ALAGOAS. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Expediente do dia 19 de maio de 1869. **O Liberal**. Maceió, 02 de junho de 1869, ano I, nº 43, p. 2.

RATIO STUDIORUM - Regime escolar e Currículo de estudos da Companhia de Jesus” (em latim “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”), Lisboa: Editora ESFERA DO CAOS (com tradução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda), 2008.

II – BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

APALCA – Academia Palmeirense de Letras, ciências e Artes. Patrono perpétuo: Luiz Barros Torres. Disponível em www.apalca.com.br . Acessado em 03 de outubro de 2010.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Abrindo a janela do tempo: memória e história**. Editora Graciliano Ramos, 2006.

BARROS, Luiz Nogueira (Org.). **Fallas, Relatórios Províncias e Mensagens Governamentais de Alagoas – 1835 – 1930**. Volume I. Maceió: Imprensa Oficial, 2008.

_____ **Fallas, Relatórios Províncias e Mensagens Governamentais de Alagoas – 1835 – 1930**. Volume II. Maceió: Imprensa Oficial, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos annales, 1929 – 1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

Chamon, Magda. **Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais**. Fundação Mineira de Educação e Cultura – Universidade FUMEC. Rio de Janeiro, 2006.

FARIAS, Maria Aparecida de. **O romper do silêncio: a trajetória da educação escolar em Arapiraca(AL), do povoamento até a década de 1950**. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira - Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2007.

FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823 – 1988**. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados. 2005. – (Coleção memória da Educação).

FRIGOLLETO. **A geografia em primeiro lugar**. Disponível em www.frigoletto.com.br/Cartografia. Acessado em 06 de novembro de 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 2. ed. – Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil – 1º de setembro de 1940, série Regional – Parte X – Alagoas**. Rio de Janeiro, 1952.

----- . **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano V. 1939/40.

INSTITUTO ARNON DE MELO. **Enciclopédia dos Municípios de Alagoas**. Maio de 2006.

LIMA, Valdemar de Souza. **Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios**. Editora Marco. Brasília/DF, 1971.

MACEDO, Francisco Xavier. **Meu exame de consciência**. Maceió, 1962?.

MARROQUIM, AD. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglione & Strini, 1922.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 3, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1940.

MELO, José Ronaldo Batista. **A ação política e a expansão da escola secundária em alagoas: o caso do Colégio Estadual Humberto**

Mendes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, 2001.

RAMOS, Graciliano. **Viventes das Alagoas: quadros e costumes do nordeste.** 6. ed. Rio, São Paulo, Record, Martins, 1976.

_____. **Linhas Tortas** (crônicas – obra póstuma) – 2. ed. São Paulo. 1967.

RAMOSb, Marili. **Graciliano Ramos. Maceió:** IGASA, 1979.

SILVA, Márcia Cabral da. **Uma história da formação do leitor no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. O povo vai a escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias.** Curitiba: HD Livros, 1997.

_____. **A tragédia do populismo:** o impeachment de Muniz Falcão. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

TORRES¹, Luiz Byron Passos. **E assim nasceu Palmeira dos Índios,** 2003. Vol I. (Biblioteca Municipal de P. dos Índios).

TORRES², Luiz B. **Educação em Palmeira dos Índios.** (s/ data).

_____. **A terra de Tilixi e Tixiliá.** P 105.

TRIBUNA DO SERTÃO. **José Duarte Marques** – 34^o prefeito de Palmeira dos Índios. Disponível em www.tribunadosertao.com.br/colunas. Acessado em 27 de julho de 2010.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas:** história, histórias, prefácio à 4^a edição: Cícero Pericles de Carvalho: apresentação: Maria Lúcia Montes – 4. ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História.** 3. ed. Ed. Ática. São Paulo, 1995.

ANEXOS

**ANEXO I – PROJETO DE Nº 941, DE 1949
MONTEPIO DOS ARTISTAS DE UTILIDADE PÚBLICA**

LEI N.º 5663 DE 29 DE Dezembro DE 1994

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A SOCIEDADE
BENEFICENTE MONTE-PIO DOS ARTISTAS DE PAL-
MEIRA DOS INDIOS-ALAGOAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a
seguinte Lei

Art 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a SO-
CIEDADE BENEFICENTE MONTE-PIO DOS ARTISTAS, sem fins lucrativos ,
com sede e fóro a Praça Monsenhor Macêdo, Nº 22, Centro, Cidade
de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, fundada em 04 de maio
de 1919, com prazo de duração indeterminado e com os respectivos
Estatutos Sociais em anexo.

Art. 2º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua pu-
blicação, revogadas às disposições em contrário.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO, em Maceió, 29 de Dezembro
de 1994, 106ª da República.


GERALDO BULHÕES

Henaldo Bulhões Barros

ANEXO II – AUXILIO AO ESTABELECIMENTO DO MESTRE LUCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS INDIOS

Of. N.

Palmeira dos Indios,

LEI Nº 160.

"Concede auxílio de Cr.\$ 100,00 mensais
Educandário "Imaculada Conceição"

À CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS INDIOS, DECRETA, E EU SANCIONO
GUINTE LEI:

Artº. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título
de auxílio ao Educandário "Imaculada Conceição", pertencente
ao professor Lúcio Felinto dos Anjos, a quantia de Cr.\$ 100,00
(cem cruzeiros) mensais.

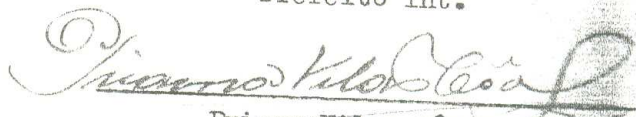
S. ÚNICO - O auxílio de que trata o presente artigo, vigorará enquanto
funcionar regularmente o mencionado estabelecimento de ensino.

Artº. 2º - A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro
de 1955, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Indios, 27 de Novembro
de 1954.

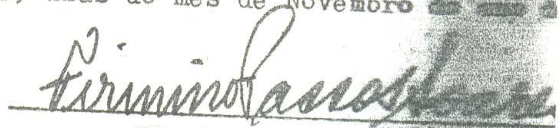


Canuto da Mota Acioli
Prefeito int.



Priame Vilas Bôas
Secretário.

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Indios, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Novembro de 1954.



Firmino Passos
Esc. da Secretaria.

APROVAÇÃO PELO CONSELHO DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Maceió – AL, 04/12/2009

Senhor (a) Pesquisador (a), Elcio de Gusmão Verçosa
Josefa Adriana Cavalcante Ferro de Souza

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 04/12/2009 e com base no parecer emitido pelo (a) relator (a) do processo nº **018511/2009-75** sob o título, **A educação pública estadual no interior de Alagoas: O caso do colégio Estadual Humberto Mendes** vem por meio deste instrumento comunicar a aprovação do processo supra citado, com base no item VIII.13, b, da Resolução nº 196/96.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 196/96, item V.4).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o(a) pesquisador(a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV. 2.e).

Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Res. CNS, 196/96.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra - referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido. (*) Áreas temáticas especiais

Prof. Dr. Walter Matias Lima
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa